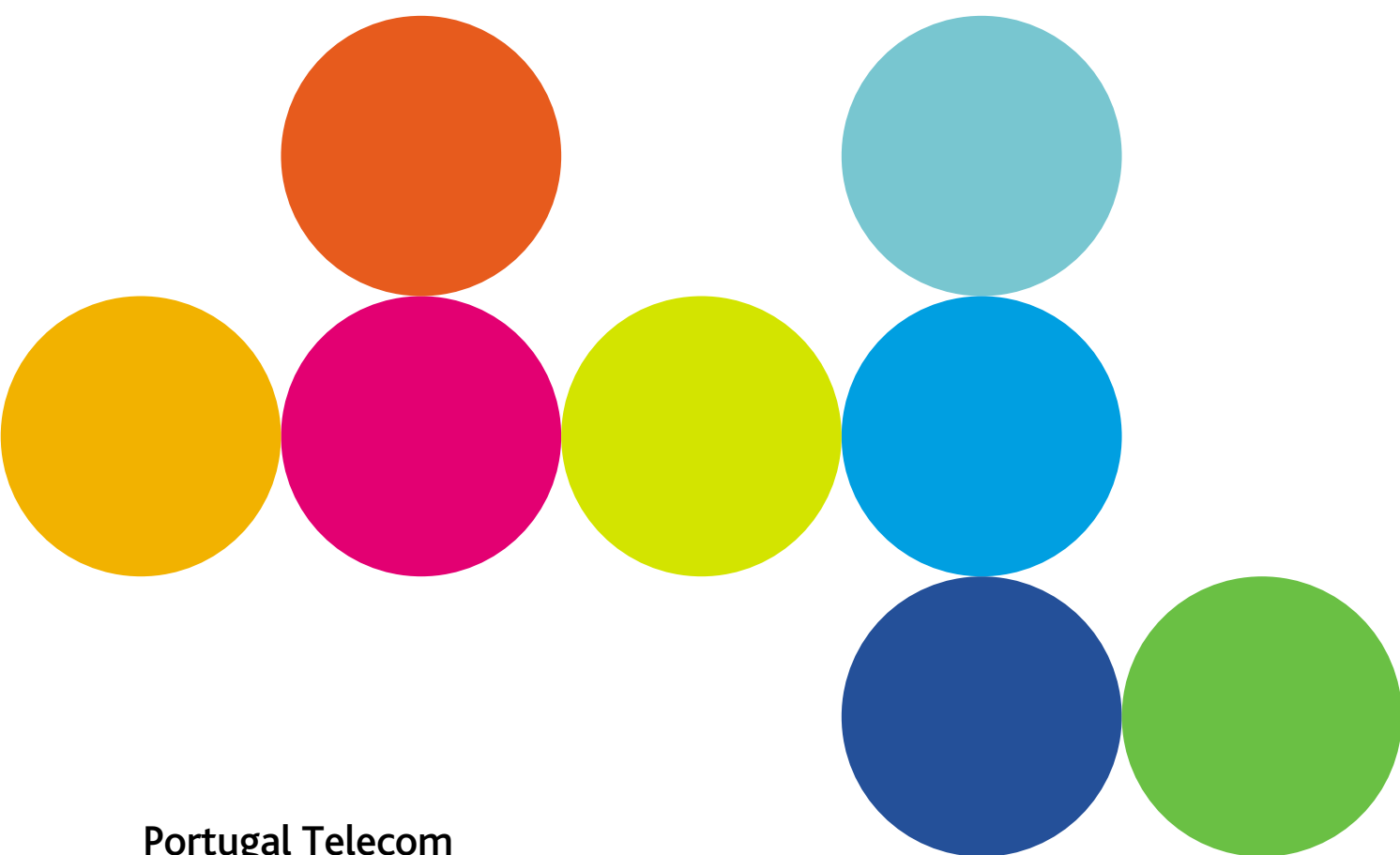




Relatório e Contas Consolidadas

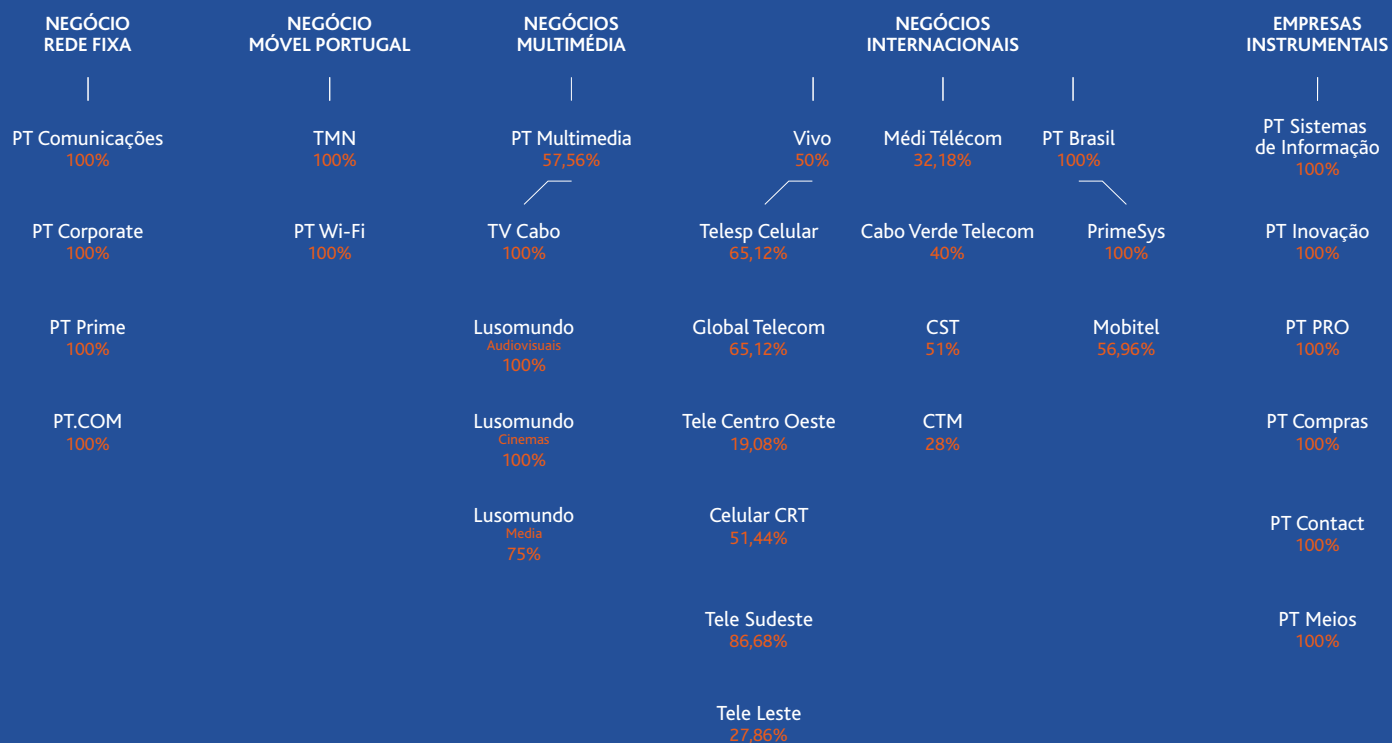
PRIMEIRO SEMESTRE

2004



Portugal Telecom

Portugal Telecom



- 4 ▶ Síntese dos Indicadores
- 5 ▶ Principais Indicadores por Negócio
- 6 ▶ Principais Acontecimentos

Relatório de Gestão

- 8 ▶ Enquadramento Macroeconómico
- 11 ▶ Mercado de Capitais
- 16 ▶ Informação Financeira
- 18 ▶ Governo da Sociedade
- 25 ▶ Recursos
- 32 ▶ Análise Económica e Financeira
- 47 ▶ Negócios do Grupo
- 54 ▶ Eventos Subsequentes
- 55 ▶ Perspectivas para o Segundo Semestre

- 57 ▶ Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 116 ▶ Certificação Legal das Contas Consolidadas
- 117 ▶ Relatórios de Auditoria

- 118 Dados Operacionais por Negócio
- 120 Gestão da PT
- 122 Informação aos Accionistas

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Pessoa Colectiva n.º 503215058

Capital social 1 254 285 000 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4.ª Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 LISBOA



SÍNTESE DOS INDICADORES

RESULTADOS CONSOLIDADOS

em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ %
Proveitos Operacionais	2 921	2 725	7,2
EBITDA ⁽¹⁾	1 166	1 074	8,6
Resultados Operacionais	698	607	15,1
Resultado antes de Impostos e Interesses Minoritários	541	260	108,2
Resultado Líquido	323	143	124,8
Resultado Líquido por Acção (em euros)	0,26	0,11	124,8

MARGENS E INDICADORES

em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ %
Margem EBITDA (%)	39,9	39,4	0,5pp
EBITDA / Juros Líquidos (x)	12,2	14,4	(2,2x)
Dívida Líquida / EBITDA (x)	1,3	1,9	(0,5x)
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex) ⁽²⁾	247	220	12,4
EBITDA menos Capex	919	854	7,6

SITUAÇÃO FINANCEIRA

em milhões de euros

	30Jun04	31Dez03	Δ %
Total do Activo	12 873	13 558	(5,1)
Dívida Líquida	3 107	3 216	(3,4)
Capitais Próprios	2 711	2 941	(7,8)
Dívida Líquida / (Dív. Líq. + Cap. Próp. + Inter. Minor.) (%)	48,3	47,3	1,0pp

CLIENTES/ACESSOS

em milhares

	1S04	1S03	Δ %
Rede Fixa	4 278	4 189	2,1
Negócios Móveis	28 446	22 364	27,2
Televisão por Subscrição	1 487	1 369	8,6
Banda Larga (ADSL Retalho + Cabo)	529	268	97,8

PESSOAL

em unidades

	30Jun04	31Dez03	Δ %
Pessoal ao Serviço no Grupo	28 437	24 872	14,3
Rede Fixa	9 012	9 075	(0,7)
TMN	1 112	1 109	0,3
Vivo	3 521	3 500	0,6
PT Multimedia	2 598	2 588	0,4
Outros	12 194	8 600	41,8

A informação financeira apresentada nesta Síntese dos Indicadores é extraída das demonstrações financeiras em formato internacional (ver Informação Financeira e Análise Económica e Financeira, intra).

⁽¹⁾ EBITDA = Resultados operacionais + Amortizações.

⁽²⁾ Não inclui goodwill.

PRINCIPAIS INDICADORES POR NEGÓCIO

REDE FIXA

em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ %
Proveitos Operacionais	1 123	1 149	(2,3)
EBITDA ⁽¹⁾	453	461	(1,6)
Margem EBITDA (%)	40,4	40,1	0,3pp
Capex	84	60	40,4
EBITDA menos Capex	369	401	(7,9)
Capex / Proveitos Operacionais (%)	7,5	5,2	2,3pp

TMN

em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ %
Proveitos Operacionais	755	715	5,5
EBITDA ⁽¹⁾	359	316	13,9
Margem EBITDA (%)	47,6	44,1	3,5pp
Capex	39	72	(45,8)
EBITDA menos Capex	320	244	31,4
Capex / Proveitos Operacionais (%)	5,2	10,0	(4,9pp)

VIVO⁽²⁾

em milhões de reais

	1S04	1S03	Δ %
Proveitos Operacionais	5 264	4 719	11,6
EBITDA ⁽¹⁾	1 914	1 828	4,7
Margem EBITDA (%)	36,4	38,7	(2,4pp)
Capex	503	293	71,4
EBITDA menos Capex	1 411	1 535	(8,1)
Capex / Proveitos Operacionais (%)	9,6	6,2	3,3pp

PT MULTIMEDIA

em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ %
Proveitos Operacionais	360	326	10,4
EBITDA ⁽¹⁾	91	57	60,4
Margem EBITDA (%)	25,3	17,4	7,9pp
Capex	26	26	3,0
EBITDA menos Capex	65	31	107,2
Capex / Proveitos Operacionais (%)	7,3	7,8	(0,5pp)

Os valores acima apresentados incluem transações intra-grupo.

A informação financeira apresentada nesta Síntese dos Indicadores é extraída das demonstrações financeiras em formato internacional (ver Informação Financeira e Análise Económica e Financeira, intra).

(1) EBITDA = Resultados operacionais + Amortizações.

(2) Os valores apresentados neste segmento correspondem a 100% da Vivo (incluindo os resultados da Tele Centro Oeste Participações (TCO) desde Maio de 2003), sendo que as demonstrações financeiras da Vivo são consolidadas pela PT em 50% através da aplicação do método proporcional.

Principais Acontecimentos

1S04
PRIMEIRO SEMESTRE 2004

1 JAN Constituição da Comissão de Auditoria e aprovação do respectivo

regulamento que estabelece as competências, deveres, responsabilidades e prerrogativas, a composição e o funcionamento desta comissão do Conselho de Administração, bem como a designação, destituição, os requisitos e incompatibilidades dos seus membros. Foram designados como membros da Comissão de Auditoria para o mandato do Conselho de Administração em curso, os administradores João Mello Franco, que presidirá, Nuno Silvério Marques e Thomaz Paes de Vasconcellos.

13 JAN Cancelamento da operação de incorporação de acções da Tele Centro Oeste Participações (TCO) pela Telesp Celular Participações (TCP), na sequência da emissão de uma opinião da Comissão de Valores Mobiliários Brasileira (CVM) de que esta operação não estava totalmente de acordo com a legislação em vigor. Embora as administrações da TCP e da TCO discordem dos argumentos e da conclusão constantes na decisão da CVM, consideram que a decisão da CVM torna, na prática, incerta a implementação da operação de incorporação de acções, conforme proposta originalmente, pelos potenciais entraves que possam vir a ser causados por terceiros, pelo que, tendo em conta o melhor interesse dos seus accionistas, cancelaram esta operação.

22 JAN Alteração de alguns pelouros da Comissão Executiva da PT. Neste contexto, Miguel Horta e Costa, em acumulação com as suas actuais funções de CEO do Grupo, assumiu directamente a responsabilidade do negócio de Rede fixa. Zeinal Bava e Iriarte Esteves, em acumulação com as suas actuais funções executivas no Grupo, foram também nomeados como Vice-Presidentes Executivos do Conselho de Administração da PT Comunicações, com a responsabilidade, respectivamente, pelos segmentos residencial/SoHo e empresarial/wholesale da Rede fixa. Carlos Vasconcellos Cruz passou a supervisionar todos os negócios internacionais do Grupo, com especial enfoque na Vivo no Brasil.

11 FEV Anúncio pelo Conselho de Administração da proposta a submeter à Assembleia Geral, convocada para o dia 2 de Abril de 2004, para a redução do capital social da PT em até 125 428 500 euros. Tal redução, inserida no âmbito do programa de share buyback, deverá ser efectuada pela extinção de até 125 428 500 acções próprias, representativas de 10% do capital social.

15 MAR Assinatura pela PT Comunicações de um acordo com a Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (Deco) que veio pôr termo ao litígio existente entre estas duas entidades e que deu origem a processos judiciais intentados pela Deco contra a PT Comunicações, em 1998 e 1999, nos quais era pedida a declaração de nulidade do tarifário, aprovado pelas autoridades competentes e subsequentemente ratificado pelo Governo, e a condenação da Empresa à restituição das importâncias cobradas a título de activação de chamada. Com este acordo a Deco e a PT Comunicações encontraram uma solução alternativa ao reembolso daqueles valores aos consumidores, através do qual são assegurados aos clientes/consumidores determinados benefícios.

2 ABR Aprovação em Assembleia Geral do pagamento de um dividendo em dinheiro de 0,22 euros por acção, o que representa uma distribuição de dividendos aos accionistas de 276 milhões de euros. Aprovação na mesma Assembleia Geral da redução do capital social da PT no montante de até 125 428 500 euros e da correspondente alteração dos estatutos da PT. Esta operação, inserida no âmbito do programa de share buyback, será concretizada através da extinção de até 125 428 500 acções próprias, representativas de 10% do capital social.

19 ABR Lançamento pela TMN do UMTS em Portugal, permitindo a oferta de um serviço de videochamadas. Os terminais de terceira geração (3G) suportados em tecnologia GSM/GPRS e UMTS permitem a utilização de todos os serviços de voz, multimédia e de dados já disponibilizados pela TMN. Exclusivamente para o acesso à Internet, a TMN oferece ainda o cartão de acesso 3G. A cobertura da rede UMTS está a estender-se gradualmente a todo o território nacional, centrando-se, numa fase inicial, nas principais cidades do país.

24 MAI Aprovação pela Anacom da proposta da PT Comunicações relativa aos preços do serviço fixo de telefone para 2004. Estes preços foram estabelecidos no âmbito da Convenção do Serviço Universal, tendo subjacente um price cap de IPC-2,75%, em termos de variações médias anuais e assumindo um intervalo para a taxa de inflação de 1,5% a 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2004. Os preços entraram em vigor no dia 1 de Agosto de 2004, com um aumento da assinatura de 2,9% e decréscimos de 20,7% e de 28% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente, permitindo assim reforçar a posição competitiva da PT no mercado doméstico.

Relatório de Gestão



► Enquadramento Macroeconómico

► Internacional

Os indicadores de actividade referentes ao primeiro semestre de 2004 revelaram uma tendência de evolução positiva nas principais economias mundiais. No entanto, os últimos sinais vieram sugerir uma ligeira desaceleração na segunda metade do ano, situação que se poderá prolongar para 2005, em alguns casos. O clima de incerteza no mercado do petróleo, alimentado por novos receios relativos a quebras na oferta do Médio Oriente, constituiu um factor de risco permanente para a economia global.

Nos Estados Unidos, o Produto Interno Bruto deverá ter crescido em torno de 4% (anualizado). O forte estímulo das políticas monetária e orçamental continuou a sustentar um ritmo elevado de crescimento do consumo privado e do investimento das empresas. Por outro lado, foi visível uma recuperação do mercado de trabalho, tendo a primeira metade do ano assistido à criação de cerca de 1,2 milhões de empregos, com reflexos positivos sobre os índices de confiança dos agentes económicos.

A evolução em alta dos preços das matérias-primas e a recuperação do mercado de trabalho levaram a uma aceleração do nível geral de preços. A nível core, a taxa de inflação homóloga subiu, no primeiro semestre, de 1,1% para 1,9%. Neste contexto, a Reserva Federal iniciou, no final de Junho, um novo ciclo de subida dos juros de referência, elevando a taxa dos fed funds em 25 pontos base, de 1% para 1,25%. Com a tendência para a aceleração nos preços sustentada pelo reforço da actividade e da confiança empresarial, acompanhadas de pressões dos preços da energia, instalou-se nos mercados financeiros a expectativa de uma subida gradual das taxas de juro ao longo de 2004 e 2005.

Na Zona Euro, o fortalecimento da procura externa e do investimento das empresas levou o Produto Interno Bruto a crescer 0,6% nos primeiros três meses do ano, esperando-se um crescimento em torno de 0,5% no segundo trimestre. Neste contexto, a taxa de inflação homóloga subiu de 1,9% em Janeiro para 2,4% em Junho. Subsistem, ainda, no entanto, alguns obstáculos a um crescimento mais forte do consumo privado. A taxa de desemprego atinge 9% da população activa e o crescimento do Produto, estimado em cerca de 1,6% para este ano, deverá continuar a ser função de ganhos de produtividade, mais do que da criação de emprego. Os custos de mão-de-obra por hora de trabalho ainda exibem uma tendência descendente, tendo passado de um crescimento homólogo de 3% no primeiro trimestre de 2003, para 2,3% no primeiro trimestre deste ano. Neste quadro, o Conselho de Governadores do Banco Central Europeu optou, no primeiro semestre de 2004, por manter a taxa principal das operações de refinanciamento em 2%.

Ao longo do primeiro semestre de 2004, o euro registou uma apreciação acelerada em relação ao dólar até Fevereiro, atingindo a cotação máxima de euro/dólar 1,285 em meados desse mês, mas as expectativas crescentes de subida das taxas de juro nos EUA colocaram o euro numa trajectória de apreciação mais moderada face ao dólar, situando-se a cotação do euro face ao dólar, no final de Junho, em euro/dólar 1,216.

► Portugal

A economia portuguesa registou uma evolução positiva na primeira metade de 2004. O PIB, após uma queda de 1,2% em 2003, regressou a variações positivas no primeiro trimestre, com um crescimento trimestral de 0,6% (0,1% em termos homólogos). O consumo privado subiu 0,5% no trimestre (1,6% homólogo), mas o desenvolvimento mais positivo deu-se no investimento, com a formação bruta de capital fixo a crescer 2% no primeiro trimestre, depois de uma queda de 3,9% no quarto trimestre de 2003. Em termos de variação homóloga, este agregado caiu durante sete trimestres consecutivos antes de crescer 0,6% nos primeiros três meses de 2004. Na base deste comportamento positivo esteve uma subida de 8,6% no investimento em material de transporte e um crescimento de 3,5% na despesa em máquinas e equipamentos. A construção mantém-se desfasada em relação aos restantes sectores, tendo a respectiva despesa caído 2,8%, em termos homólogos, no primeiro trimestre.

O consumo público caiu 1,5%, em termos homólogos, no primeiro trimestre, e os dados mais recentes da execução orçamental sugerem uma tendência de melhoria do défice do subsector Estado. Por outro lado, as exportações mantêm-se fortes, com um crescimento homólogo de 3,8% e a variação trimestral a subir de 0,9% para 2%. O crescimento de 5% nas importações é explicado, acima de tudo, pela aquisição, quer de máquinas e equipamentos, quer de bens duradouros (como automóveis e equipamentos de telecomunicações de terceira geração), bem como por uma subida dos stocks de bens alimentares. Em parte, esta evolução em alta das importações pode ser atribuída à realização do festival de música Rock in Rio Lisboa e ao Euro 2004, podendo, assim, ser vista como temporária.

A sustentabilidade da actual retoma da economia portuguesa é também suportada pelos indicadores de actividade mais recentes, relativos ao segundo trimestre. O sentimento económico tem evidenciado uma tendência de recuperação, tendo a confiança dos consumidores, em particular, subido em Maio e Junho. Os agregados familiares mostram-se menos pessimistas em relação à evolução do desemprego e da sua situação financeira num prazo de 12 meses. Deve ser referido, também, o facto de o mercado de trabalho mostrar sinais claros de estabilização. A taxa de desemprego desceu de 6,5% para 6,4% da população activa no primeiro trimestre e o emprego cresceu 0,1% no mesmo período (em termos homólogos), depois de uma queda de 0,8% em 2003. Adicionalmente, os principais indicadores avançados de investimento em máquinas e equipamentos (de natureza qualitativa) têm registado uma tendência de subida no segundo trimestre.

A retoma da economia portuguesa deverá prosseguir a um ritmo gradual, com um crescimento moderado neste ano e no próximo. Para 2004, espera-se um crescimento do PIB em torno de 1,1% e, para 2005, em torno de 2,2%. O crescimento da actividade deverá continuar a ser restringido pelo processo de ajustamento da procura interna, que tem vindo a ocorrer nos últimos dois a três anos – dados os elevados níveis de endividamento das famílias e das empresas – mas que ainda não está totalmente concluído.

► Brasil

No Brasil, completada uma década de Plano Real, o cenário doméstico apresenta um processo de consolidação consistente frente às incertezas observadas ao longo do primeiro semestre do ano. A retoma no nível de actividade tem sido observada ao longo de toda a cadeia económica e perspectiva-se um crescimento acima de 3% em 2004.

Os compromissos de metas fiscais acordados com o FMI têm sido cumpridos com larga margem, contribuindo para manter os índices de endividamento estáveis com melhorias no perfil do mesmo. Com um superavit de 5,9% do PIB (meta de 4,25% no ano) e estabilidade na dívida pública, as perspectivas de resultado fiscal para o ano permanecem altamente positivas.

Os índices de inflação têm evidenciado uma tendência ascendente, pelo que o Banco do Brasil tem assumido uma postura de cautela e manteve em Julho, pelo terceiro mês consecutivo, a taxa Selic em 16%. Acompanhando a tendência de recuperação da economia, verificou-se uma apreciação do real face ao dólar a partir do final de Maio (o mês em que a cotação do real face ao dólar atingiu o valor mais baixo do ano de USD/BRL 3,21), registando-se no final de Julho um valor próximo de USD/BRL 3.

Performance bolsista • Acções

O primeiro semestre de 2004 foi marcado por alguma instabilidade nos mercados financeiros, com o regresso dos receios inflacionistas associados ao aumento do preço do petróleo e riscos de abrandamento económico por via da subida das taxas de juro pela Reserva Federal. No entanto, e apesar do impacto negativo provocado pela evolução em alta do preço do petróleo, particularmente sentido durante o mês de Maio, a generalidade dos mercados accionistas terminou o primeiro semestre com um comportamento positivo.

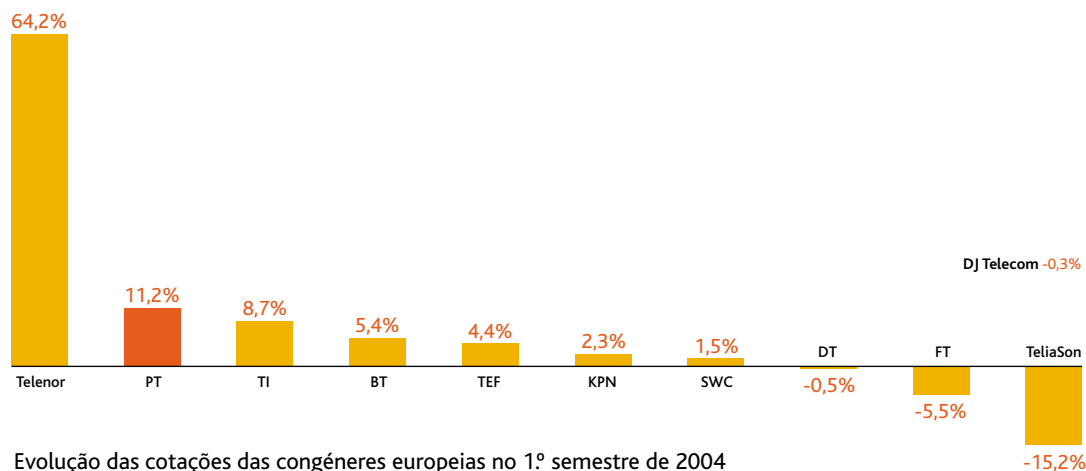
O sector das telecomunicações foi também afectado negativamente pelos factores referidos anteriormente, tendo registado uma ligeira descida de 0,3%. Na Euronext, os índices PSI Geral e PSI-20 observaram no primeiro semestre de 2004 acréscimos de 13,5% e 9,5%, respectivamente, e as acções da PT registaram uma subida de 11,2%, tendo fechado o semestre a 8,87 euros.

Entre as congéneres, será de destacar, por um lado, as subidas da Telenor (+64,2%), da Telecom Itália (+8,7%), da British Telecom (+5,4%), da Telefónica (+4,4%) e da KPN (+2,3%) e, por outro, as descidas da TeliaSonera (-15,2%) e da France Télécom (-5,5%).

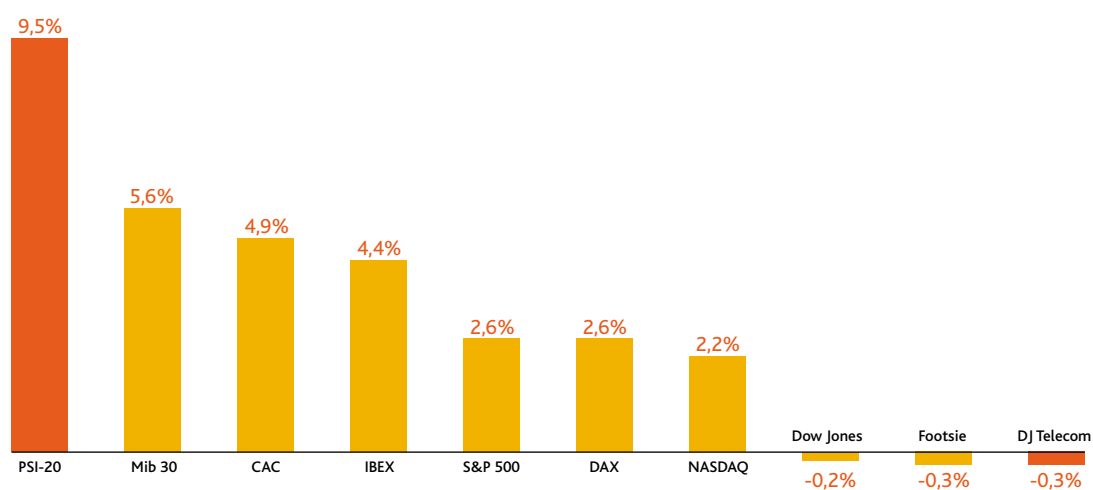
A PT negociou ao longo do primeiro semestre de 2004 cerca de 716 milhões de acções, o que equivale a uma média diária de 5,6 milhões de acções, tendo o seu volume de transacções representado 40% do valor global negociado na Euronext Lisboa, o que permitiu manter a sua posição de liderança no mercado doméstico em termos de liquidez. A PT continua assim a ser a empresa com maior peso nos índices bolsistas portugueses: 21,5% do PSI Geral e 20,4% do PSI-20 em Junho de 2004.

Entre as principais praças financeiras, destaque para a subida de 9,5% do PSI-20, tendo a generalidade dos mercados registado igualmente performances positivas.

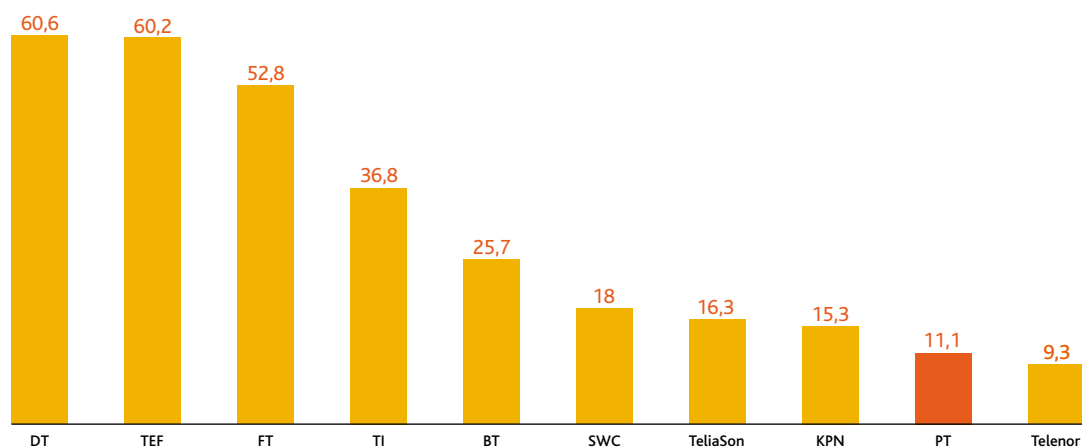
Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR da PT registaram no primeiro semestre de 2004 uma subida de 8,2%, tendo fechado a 10,84 dólares. Em termos de liquidez, negociaram-se em média ao longo do primeiro semestre de 2004 cerca de 140 mil ADR por dia, ascendendo o número de ADR outstanding a 67 milhões.



Evolução das cotações das congéneres europeias no 1.º semestre de 2004



Evolução dos principais índices bolsistas no 1.º semestre de 2004



Capitalização bolsista das congéneres europeias em 30 de Junho de 2004 [mil milhões de euros]

Performance bolsista • Eurobonds e Exchangeable Bonds

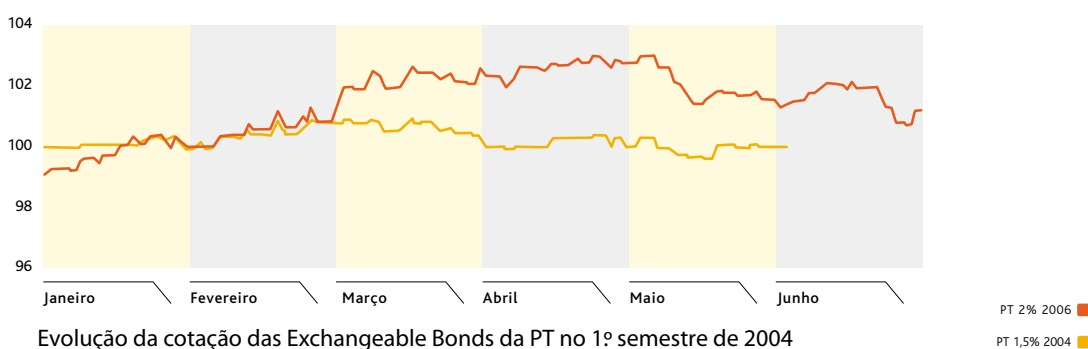
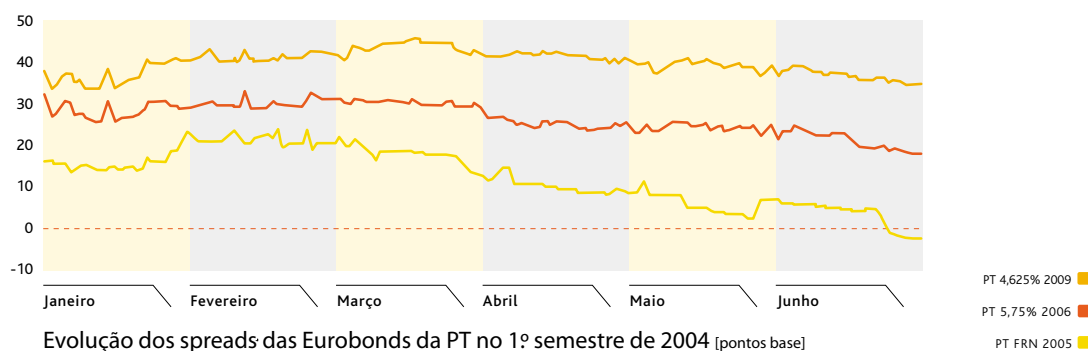
A primeira metade de 2004 foi marcada por uma estabilização generalizada da qualidade do crédito das empresas de telecomunicações, tendo-se verificado apenas alguns casos de melhoria no rating de empresas do sector, como sejam os casos da Deutch Telekom e da France Télécom. Este comportamento advém do esforço evidenciado pelas empresas na consolidação da sua situação financeira, designadamente com a aplicação do cash flow gerado na redução de dívida. A continuada diminuição do valor total de emissões relativamente aos anos anteriores e o início da recuperação económica explicam a manutenção, ou mesmo redução, dos spreads de crédito no sector.

A PT manteve as suas notações de rating, A- (junto da Standard & Poor's) e de A3 (junto da Moody's), em relação ao final do ano anterior, continuando a apresentar um dos mais fortes ratings do sector, em resultado da forte capacidade de geração de cash flow, da elevada liquidez do seu balanço e do perfil da sua dívida.

Não obstante a prossecução do programa de share buyback da PT, que envolve a aquisição de acções próprias representativas de até 10% do seu capital social, é possível constatar que, durante o primeiro semestre de 2004, os spreads de crédito da PT permaneceram relativamente estáveis, embora se tenha verificado, no segundo trimestre, uma tendência no sentido da sua redução. Com efeito, para maturidades mais curtas verificou-se uma manutenção dos níveis durante o primeiro trimestre e uma redução durante o segundo, enquanto que, para maturidades mais longas, se observou uma subida durante o primeiro trimestre, compensada por uma descida no segundo trimestre, que colocou os níveis de spread do final do semestre praticamente a par dos verificados no final de 2003. Para este comportamento contribuiu, a exemplo do já verificado em 2003, a estabilização da situação política e económica no Brasil.

Até final do primeiro trimestre de 2004, verificou-se uma ligeira descida dos níveis de taxa de juro na Europa, o que contribuiu para a manutenção da cotação das Eurobonds com vencimento em 2006 e para que se registasse uma subida do preço da emissão com vencimento em 2009. Durante o segundo trimestre do ano, e em resultado da gradual aceleração da actividade económica, registou-se uma subida das taxas de juro para a generalidade dos prazos, o que, não obstante a já referida redução dos spreads de crédito da PT, determinou uma diminuição da cotação daquelas duas emissões de Eurobonds.

Em resultado da subida da cotação das acções da PT, o preço das Exchangeable Bonds da PT subiu significativamente até Março de 2004. Em seguida, verificou-se a manutenção das cotações destas obrigações convertíveis (até início de Maio), e, na parte final do semestre, uma redução, para a qual contribuíram a performance das acções da PT durante o segundo trimestre de 2004 e a subida dos níveis de taxa de juro para os prazos dessas obrigações. As Exchangeable Bonds emitidas em 1999 venceram-se em 7 de Junho passado, facto que foi determinante para a evolução do preço deste título no período imediatamente anterior à sua maturidade.



Actividades de relação com investidores

A comunicação entre as empresas e a comunidade financeira tem-se tornado cada vez mais importante, sendo essencial uma comunicação clara e efectiva da actividade do Grupo PT e da sua estratégia de criação e distribuição de valor.

Neste contexto, é de destacar a realização ao longo do primeiro semestre do ano de três roadshows na Europa e nos Estados Unidos, dos quais se salienta o roadshow realizado após a divulgação dos resultados do exercício de 2003, no início de Março de 2004. Em termos globais, no âmbito dos roadshows, realizaram-se cerca de noventa reuniões com investidores.

Adicionalmente, é importante referir a participação da PT em seis importantes conferências nacionais e internacionais, no âmbito das quais se realizaram cerca de sessenta reuniões com investidores. Para além dos contactos diários, a PT realizou ainda neste período mais de trinta reuniões e conference-calls com analistas e investidores.

O grau e a qualidade do nível de divulgação da informação levou a que a PT continue a ser considerada pela comunidade financeira nacional e internacional como sendo uma das best practices do sector. A nível nacional, este processo culminou em 7 de Julho de 2004 com a atribuição de três prémios dos Investor Relations Awards 2004 organizados pelo Semanário Económico e pela Deloitte, como segue:

- Melhor Programa Global de Investor Relations – PSI-20
- Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations
- Menção Honrosa – Relatório e Contas, sector não financeiro.

Adicionalmente, o administrador Zeinal Bava foi, uma vez mais, nomeado pela prestigiada publicação Institutional Investor, o melhor CFO da Europa no sector das telecomunicações.

Estrutura accionista

Em 30 de Junho de 2004, as participações qualificadas no capital da PT eram as seguintes:

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Instituição	N.º de acções	Capital
Grupo Banco Espírito Santo	122 340 102	9,75%
Telefónica	104 921 379	8,37%
Brandes Investment Partners, L.P.	69 552 809	5,55%
Capital Group Companies	63 193 870	5,04%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	58 160 325	4,64%
Grupo Banco Português de Investimento	29 082 407	2,32%
Cinveste, SGPS, S.A.	28 510 000	2,27%
Telexpress*	23 000 000	1,83%

* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.

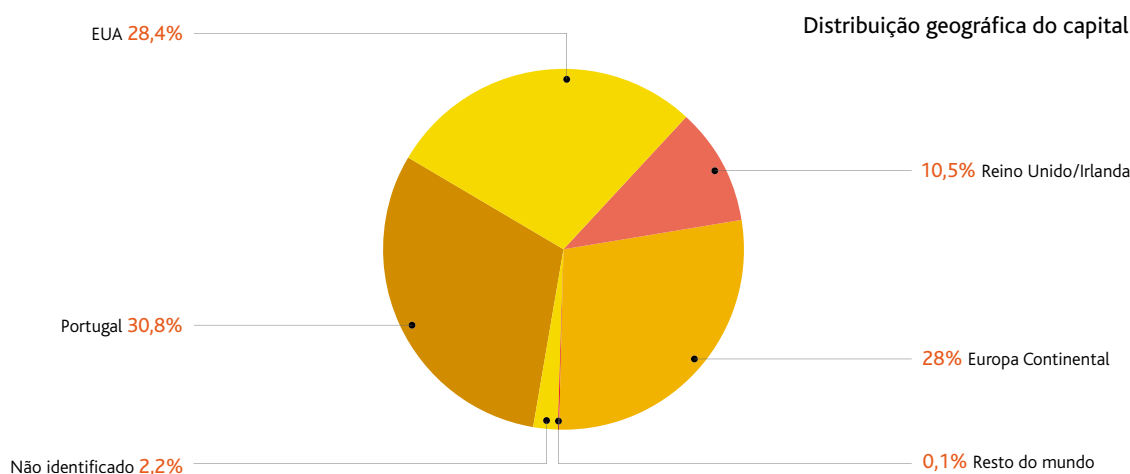
Acções próprias

A Assembleia Geral da PT de 2 de Abril de 2004 autorizou a aquisição de acções próprias, até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Programa de compra de acções próprias

No contexto do programa de compra de acções próprias até 10% do capital social, anunciado em Setembro de 2003, a PT adquiriu no primeiro semestre de 2004 um total de 25 580 599 acções próprias ao preço médio unitário de 8,76 euros. No final do primeiro semestre e à data deste relatório, a PT detinha em carteira um total de 54 225 108 acções próprias (ao preço médio unitário de 8,01 euros), equivalentes a 4,32% do capital social.

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2004, a PT tem contratos de equity swap, os quais prevêem a possibilidade de aquisição de acções da PT equivalentes a 2,19% do seu capital, ao preço médio de exercício de 7,77 euros.



Informação Financeira

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS

para os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003

[Formato internacional]

valores expressos em euros

	2004	2003
Proveitos operacionais		
Prestações de serviços	2 581 556 167	2 423 693 699
Vendas de mercadorias e produtos	273 542 912	232 204 919
Publicidade em listas	65 804 111	69 050 780
Total de proveitos operacionais	2 920 903 190	2 724 949 398
Custos operacionais		
Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal	353 934 560	348 906 786
Custos com benefícios de reforma	95 569 931	110 125 510
Custos de telecomunicações	275 757 232	296 721 519
Subsídios	(4 353 461)	(10 547 577)
Conservação e reparação	61 909 455	61 685 681
Trabalhos para a própria empresa	(35 525 293)	(26 922 936)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	31 489 159	32 285 487
Custo das mercadorias vendidas	246 308 275	205 466 414
Custos com publicidade em listas	44 024 978	45 657 980
Publicidade e propaganda	85 022 283	65 370 730
Outros fornecimentos e serviços externos	507 167 399	457 589 039
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	62 026 708	54 687 313
Outros custos e proveitos operacionais	(27 349 643)	(25 592 907)
Impostos	58 712 413	35 404 925
Total de custos operacionais	1 754 693 996	1 650 837 964
Resultado consolidado operacional antes de amortizações	1 166 209 194	1 074 111 434
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	468 055 859	467 529 077
Resultado consolidado operacional	698 153 335	606 582 357
Outros custos/(Proveitos) não operacionais		
Juros suportados	237 521 578	240 806 502
Juros obtidos	(141 956 524)	(166 194 669)
Perdas/(Ganhos) decorrentes de variações cambiais	(394 509)	(16 090 532)
Outros custos/(proveitos) financeiros, líquidos	5 843 031	(81 347 550)
Amortização de goodwill	46 770 698	52 723 813
Perdas/(Ganhos) em empresas do Grupo e associadas	(4 868 677)	13 024 444
Perdas/(Ganhos) na alienação de imobilizações corpóreas	2 508 707	(37 320 817)
Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos	3 964 594	278 009 907
Outros custos/(proveitos) não operacionais	5 185 121	3 097 689
Itens extraordinários	2 596 017	60 000 164
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários	540 983 299	259 873 406
Imposto sobre o rendimento	(169 344 761)	(81 134 959)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	371 638 538	178 738 447
Interesses minoritários	(49 117 731)	(35 244 349)
Resultado consolidado líquido	322 520 807	143 494 098
Resultado consolidado líquido por acção	0,26	0,11

BALANÇOS CONSOLIDADOS

em 30 de Junho de 2004 e 2003 e 31 de Dezembro de 2003

[Formato internacional]

valores expressos em euros

	30 Jun		31 Dez
	2004	2003	2003
Activo circulante			
Depósitos bancários e caixa	498 424 394	141 648 786	258 903 507
Títulos negociáveis	1 799 141 723	1 675 546 316	2 272 188 060
Dívidas de terceiros			
Clientes	1 062 622 786	1 111 239 588	1 118 013 145
Outras dívidas de terceiros			
Outros devedores	383 788 567	555 210 423	365 374 895
Empresas associadas	26 569 382	35 443 672	33 910 549
Existências	158 989 410	132 499 673	102 884 982
Impostos diferidos de curto prazo	741 347 052	847 790 075	748 141 425
Custos diferidos	140 430 669	148 585 632	140 241 889
Total do activo circulante	4 811 313 983	4 647 964 165	5 039 658 452
Investimentos financeiros, líquidos	461 798 506	457 728 220	448 079 192
Imobilizações corpóreas, líquidas	4 034 176 290	4 449 795 319	4 267 958 038
Imobilizações incorpóreas, líquidas	2 967 533 492	3 363 917 025	3 150 122 385
Impostos diferidos de médio e longo prazo	504 304 899	806 290 473	583 471 389
Outros activos de médio e longo prazo	93 974 411	85 958 260	68 525 804
Total do activo	12 873 101 581	13 811 653 462	13 557 815 260
Passivo circulante			
Empréstimos de curto prazo	1 398 174 284	1 071 296 853	1 191 078 724
Dívidas a terceiros			
Fornecedores	558 276 235	522 502 040	672 392 961
Empresas associadas	13 612 337	14 032 721	11 470 569
Outras dívidas a terceiros			
Outros credores	638 168 480	462 142 969	535 007 267
Empresas associadas	24 381 176	15 041 066	7 007 560
Acréscimos de custos	586 593 065	491 924 239	589 394 613
Estado e outros entes públicos	101 450 060	104 367 831	102 925 601
Impostos diferidos de curto prazo	31 018 461	37 972 068	32 793 924
Proveitos diferidos	176 972 502	248 388 641	212 413 495
Total do passivo circulante	3 528 646 600	2 967 668 428	3 354 484 714
Empréstimos de médio e longo prazo	4 006 732 672	4 721 185 053	4 555 614 003
Provisões para benefícios de reforma	1 201 338 936	1 246 227 646	1 256 038 995
Provisões para outros riscos e encargos	405 945 028	407 884 941	361 379 666
Impostos diferidos de médio e longo prazo	286 927 769	363 275 260	300 731 656
Outros passivos de médio e longo prazo	111 027 177	118 939 456	144 771 333
Total do passivo	9 540 618 182	9 825 180 784	9 973 020 367
Interesses minoritários	621 921 065	684 779 317	643 967 968
Capital próprio			
Capital	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	91 704 891	91 704 891	91 704 891
Acções próprias	(434 092 747)	–	(210 040 062)
Reserva legal	154 225 075	144 184 287	144 184 287
Outras reservas e resultados transitados	3 644 330 112	3 690 271 946	3 682 035 130
Ajustamentos de conversão cambial	(2 322 410 804)	(2 022 246 861)	(2 261 577 622)
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	322 520 807	143 494 098	240 235 301
Total do capital próprio	2 710 562 334	3 301 693 361	2 940 826 925
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	12 873 101 581	13 811 653 462	13 557 815 260

O acesso das empresas aos mercados de capitais tem-se tornado cada vez mais competitivo, com referência a um mercado financeiro global. As decisões dos investidores relativamente à alocação de capitais têm em conta não só as avaliações económicas, como também a transparência da informação e os níveis de segurança e fiabilidade do management das sociedades.

No seguimento de todas as recomendações necessárias à melhoria da divulgação de informação, quer nacionais (e.g., CMVM) quer internacionais (e.g., SEC), a Portugal Telecom, assumindo o papel que lhe está consignado como grupo nacional sólido e de vanguarda, procurando a agilidade e eficiência que o mercado exige, tem vindo a implementar um conjunto de melhorias ao nível do Corporate Governance.

Conselho de Administração

Atendendo ao necessário enquadramento do Corporate Governance para empresas com títulos cotados, o Grupo PT tem assumido um modelo de gestão assente numa clara separação de poderes entre Conselho de Administração e Comissão Executiva. Esta separação de poderes visa três objectivos: eficácia, simplicidade e transparência, tornando a Comissão Executiva da Portugal Telecom mais operacional. Neste quadro, as funções de supervisão e controlo e as tarefas de gestão corrente estão separadas, existindo um reflexo directo nos órgãos de gestão do Grupo, sendo o Conselho de Administração responsável pelo acompanhamento de questões de natureza estratégica e regulatória, bem como pela análise do desempenho dos órgãos de gestão da PT.

O Conselho de Administração da Portugal Telecom é actualmente composto por vinte e três membros, cuja operacionalidade é no entanto assegurada pelo modelo de governo societário adaptado, em que dezoito dos seus membros são não executivos. Todos os membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta apresentada por accionistas privados e pelo Estado na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003 e por um período de três anos, sem indicação de qualquer tipo de representação. O Conselho é constituído por profissionais com larga experiência, nomeadamente nas telecomunicações e no sector financeiro.

O Conselho de Administração avalia continuamente a independência dos seus membros, monitorizando a eventual existência de outros quaisquer factores que possam representar associação a interesses específicos.

De modo a desempenhar mais eficazmente as suas funções, o Conselho de Administração constituiu diversas comissões responsáveis pelo desempenho de determinadas funções específicas do Conselho de Administração. Na data deste relatório, as comissões existentes na Portugal Telecom são as seguintes:

Comissões Internas	Funções	Composição
Comissão de Vencimentos⁽¹⁾	Fixar as remunerações dos órgãos sociais.	Armando Marques Guedes Augusto Athayde João de Mello Franco
Comissão de Estratégia⁽²⁾	Tem por missão debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do Grupo; pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo PCA e/ou PCE, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano.	Ernâni Rodrigues Lopes Miguel Horta e Costa Zeinal Bava Carlos Vasconcellos Cruz Iriarte Esteves Paulo Fernandes Joaquim Goes Carlos Oliveira Cruz Fernando Ulrich António Viana-Baptista Luís de Mello Champalimaud Patrick Monteiro de Barros João Mello Franco Nuno Silvério Marques Thomaz Paes de Vasconcellos
Comissão de Auditoria⁽³⁾	Assistir o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade, na análise da habilitação e independência dos Auditores Externos da Sociedade, na revisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno da Sociedade, na supervisão da execução das funções desempenhadas pelos auditores externos da Sociedade e do Departamento de Auditoria Interna Corporativa e na análise do cumprimento das disposições legais e regulamentares, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes. Assegurar a definição e ou implementação de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a Sociedade se encontra obrigada.	
Comissão de Governança⁽⁴⁾	Estudar, rever e avaliar os princípios de governança societária para o Grupo Portugal Telecom, designadamente no tocante às responsabilidades dos Administradores, às relações entre os Administradores e os Accionistas, às relações com os Stakeholders e à avaliação geral dos termos de governança do Grupo no desempenho do Conselho de Administração e das suas Comissões. Aconselhar e propor ao Conselho de Administração a adopção e revisão do modelo de governança da holding do Grupo, designadamente no tocante às normas e procedimentos internos relativos aos princípios e práticas de governança societária, à sua articulação e relacionamento com a estrutura da gestão, os Accionistas, os outros Stakeholders e o mercado, à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação. Supervisionar a aplicação do Código de Ética do Grupo Portugal Telecom, acompanhando a sua implementação e procedendo, quando necessário ou conveniente, à interpretação das suas regras e à integração dos casos nele omissos, bem como emitir pareceres sobre matérias das alíneas precedentes e outras afins, quando solicitado pelo Conselho de Administração.	Ernâni Rodrigues Lopes Miguel Horta e Costa Henrique Granadeiro Jorge Tomé João de Mello Franco Jorge Bleck Carlos Blanco de Morais

(1) Reúne sempre que necessário.

(2) Reúne trimestralmente.

(3) Reúne pelo menos uma vez em cada dois meses, e sempre que necessário.

(4) Reúne uma vez por trimestre ou sempre que convocada pelo seu Presidente.

A Comissão de Governo foi criada em Julho de 2004 com o objectivo central de permanente reforço da qualidade de desempenho da função de supervisão da actividade social que incumbe ao Conselho de Administração, bem como da estrutura e articulação dos demais mecanismos e interações que integram o governo societário.

Adicionalmente, a PT dispõe de um Conselho Consultivo que tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações.

Comissão Executiva

Nos termos dos estatutos, a gestão corrente da empresa cabe a uma Comissão Executiva, composta por cinco ou sete Administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente, e tem a seguinte composição:

PRESIDENTE: **Miguel Horta e Costa**

VOGAIS: **Zeinal Bava** | **Carlos Vasconcellos Cruz** | **Iriarte Esteves** | **Paulo Fernandes**

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:

Comissão Executiva	Funções Corporativas	Funções Executivas
Miguel Horta e Costa	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Secretaria-Geral ▶ Estratégia ▶ Auditoria Interna ▶ Regulação e Concorrência ▶ Relações Internacionais ▶ Comunicação, Imagem, Patrocínios e Marca do Grupo PT ▶ Responsabilidade Social ▶ Segurança ▶ Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente 	PT Comunicações Lusomundo Media Fundação Portugal Telecom
Zeinal Bava	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Relação com o Mercado Financeiro e de Capitais ▶ Contabilidade, Consolidação e Reporting Financeiro ▶ Tesouraria ▶ Corporate Finance 	PT Comunicações PT Multimedia TV Cabo PT PRO Previsão
Carlos Vasconcellos Cruz	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Activos Humanos ▶ Formação 	PT Investimentos Internacionais Vivo PT Móveis Unitel Médi Télécom PrimeSys CTM Cabo Verde Telecom CST Guiné Telecom Timor Telecom Directel PT Ásia Outros negócios internacionais
Iriarte Esteves	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Desenvolvimento de Tecnologia e Redes ▶ Inovação 	TMN PT Wi-Fi PT Comunicações PT Corporate PT Inovação
Paulo Fernandes	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Planeamento e Controlo de Gestão ▶ Sistemas de Informação ▶ Desenvolvimento de Negócios ▶ Imobiliário ▶ Compras 	PT Sistemas de Informação PT Compras PT ACS Simarc

Sistema de Controlo Interno

De modo a dar resposta às exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver um projecto de controlo interno que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, garantir a eficácia e a eficiência das operações e minimizar a ocorrência de fraude.

Este projecto, alinhado com as melhores práticas internacionais e com as disposições do Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser executado nas principais empresas participadas, estando determinada a sua implementação em todas as empresas do Grupo PT. O programa prevê não só a introdução de procedimentos formais de controlo interno como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua. Trimestralmente, são avaliados os procedimentos e controlos de divulgação de informação (disclosure controls and procedures) no que respeita à sua adequação, eficiência e operacionalidade.

A gestão dos riscos de negócio assume cada vez maior importância, atendendo ao contexto de globalização e elevado dinamismo que hoje em dia caracteriza o meio em que se desenvolvem as actividades das várias áreas de negócio da PT.

A gestão de riscos é assegurada pelo Centro Corporativo e pelas Unidades de Negócio que, com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos, desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que garantam a redução do risco para um nível aceitável.

Atendendo a que a gestão de riscos de negócio é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma “risk-awareness culture” que estabeleça uma linguagem comum para identificar, priorizar, avaliar e controlar os riscos críticos de negócio.

Modelo organizacional

De acordo com a alteração de estrutura realizada no dia 29 de Janeiro de 2004, o Grupo PT encontra-se estruturado por linhas de negócio, correspondentes a cinco grandes núcleos: Negócio Fixo em Portugal, Negócio Móvel em Portugal, Negócios Multimédia, Negócios Internacionais que incluem a Vivo (a Joint-Venture com a Telefónica Móveis para negócios móveis no Brasil) e finalmente as Empresas Instrumentais que estão orientadas para processos transversais ao Grupo PT.

As Unidades de Negócio são coordenadas pela holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do Centro Corporativo.



A Portugal Telecom, enquanto holding do Grupo PT, é responsável pela definição de políticas e pela normalização e harmonização de processos, que permitam garantir a execução das orientações estratégicas definidas pelos órgãos de gestão. Assim, cada linha de negócio funciona segundo princípios de autonomia de gestão, orientados por uma política comum, sob a coordenação de um Sistema de Planeamento e Controlo Corporativo. O Centro Corporativo está orientado para a coordenação dos diversos negócios, reportando à Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A., e sendo composto pelas seguintes unidades:

Conselho de Administração		
Comissão Executiva > Secretaria-Geral		
CENTRO CORPORATIVO		
Miguel Horta e Costa Presidente da Comissão Executiva ► Regulação e Concorrência ► Comunicação ► Auditoria Interna ► Relações Institucionais ► Análise de Qualidade e Satisfação do Cliente ► Segurança	Zeinal Bava Administrador Executivo ► Reporte e Consolidação ► Finanças ► Relação com Investidores Carlos Vasconcellos Cruz Administrador Executivo ► Activos Humanos ► Gestão da Formação e do Conhecimento	Paulo Fernandes Administrador Executivo ► Planeamento ► Controlo de Gestão ► Desenvolvimento de Negócios Luís Sousa de Macedo Secretário-Geral ► Jurídica

As competências presentes no Centro Corporativo pretendem representar as necessidades funcionais do Grupo PT e das suas empresas participadas. O reporte das empresas participadas é funcional e não hierárquico, estabelecendo-se assim uma articulação efectiva.

Código de Ética

Durante o primeiro trimestre de 2002 foi divulgado por todos os trabalhadores, colaboradores e principais stakeholders do Grupo PT o Código de Ética aprovado em 18 de Dezembro de 2001 pelo Conselho de Administração.

Com este Código pretende-se explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do Grupo, fomentar junto dos colaboradores a sua partilha e a adopção dos comportamentos consentâneos, e consolidar as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT. O Código de Ética aplica-se a todos os colaboradores da PT e encontra-se disponível para consulta no site oficial da Empresa www.telecom.pt.

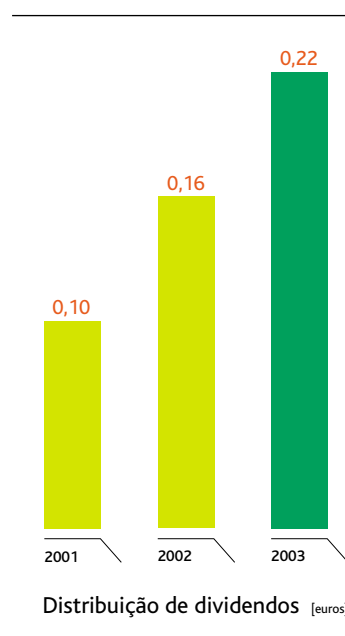
Política de distribuição de dividendos e programa de share buyback

O Conselho de Administração da Portugal Telecom tem uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da Sociedade. De acordo com os estatutos da Sociedade, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT* deverão ser distribuídos aos accionistas sobre a forma de dividendos, sem prejuízo de a Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição. É necessária a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A para deliberar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

* Calculados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, após dedução de prejuízos transitados e dotação de 5% para a reserva legal, até esta atingir 20% do capital.

Os valores dos dividendos brutos por acção referentes aos últimos três exercícios foram como segue:



Foi aprovado na Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004 o programa de share buyback, que compreende a aquisição de acções próprias representativas de até 10% do capital da PT e tem um prazo de validade de 18 meses. Este programa encontra-se em execução, e a sua estrutura preserva e respeita um princípio de neutralidade, não apenas no que respeita a quaisquer interferências na estrutura accionista, mas também no que se refere aos impactos sobre as condições de preço e regras de funcionamento de mercado. Adicionalmente, este programa observa integralmente as recomendações da CMVM nesta matéria, sendo de salientar as orientações seguintes:

- (a) Abstenção de aquisição em momentos sensíveis de negociação, nomeadamente na abertura e fecho de sessão de bolsa e em momentos próximos da divulgação de resultados ou de outros factos relevantes.
- (b) Contrapartida financeira obedecendo aos parâmetros aprovados pela Assembleia Geral, ou seja, limite mínimo e máximo de 15% relativamente à cotação mais baixa e média, respectivamente, nas cinco sessões imediatamente anteriores à data de aquisição ou constituição do direito de aquisição das acções, sem prejuízo dos instrumentos financeiros contratados, dos termos de emissão de títulos convertíveis ou permutáveis ou de contratos celebrados com relação a tais conversões ou permutas.
- (c) Possibilidade de recurso a instrumentos derivados, designadamente para agilizar ou completar o programa de share buyback, desde que com aquisição originária em bolsa.

Atribuição de acções

Durante o exercício de 2004, tendo por base a decisão da Assembleia Geral, e à semelhança do ocorrido em 2003, a Comissão Executiva da PT concedeu a todos os colaboradores do Grupo o direito de receber 45 acções, respeitando as seguintes condições:

- Estejam em 2 de Abril de 2004 ligados por um contrato de trabalho a uma empresa do Grupo PT, sediada em Portugal, cuja gestão pertença ao Grupo.
- Tenham prestado trabalho efectivo durante o ano de 2003, com duração mínima de seis ou nove meses, consoante as diferentes situações particulares.
- Não tenham revelado uma performance inadequada na empresa onde tenham prestado serviço pelo período de maior duração em 2003.
- Fazerem chegar aos serviços de Recursos Humanos no fim do período de fidelização (31 de Agosto de 2004) uma declaração de aceitação desta atribuição.

Para os colaboradores que comprovem a manutenção das 50 acções atribuídas em 2003 até ao dia 7 de Julho de 2004, será atribuído um prémio de 5 acções adicionais. Esta atribuição, a efectuar no segundo semestre de 2004, respeita o regime fiscal aplicável e as obrigações associadas a esta distribuição foram divulgadas no website da Empresa.

► Recursos

► Pessoal

Manteve-se no primeiro semestre de 2004 a política de contínua valorização e racionalização dos activos humanos do Grupo PT, no sentido da consolidação de uma cultura de mérito e de criação de valor accionista.

O Grupo continuou a envidar esforços na constituição das melhores equipas e no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus trabalhadores, via formação e estratégias de rotação conducentes ao seu enriquecimento, motivação e desenvolvimento sustentados.

Neste sentido, o modelo de “Gestão Estratégica de Activos Humanos” em curso, transversal a todas as empresas do Grupo, dá corpo a uma visão: o reconhecimento das pessoas como o activo mais valioso do Grupo. Integrado neste modelo, a implementação e aplicação à generalidade dos trabalhadores sedeados em Portugal do “Modelo de Análise de Performance Individual”, nas suas componentes fundamentais de análise de competências de gestão e liderança e de realização de objectivos posicionou-se ao nível das melhores práticas do mercado internacional.

Em termos de modelo de formação, e sem prejuízo da coerente aplicação dos planos de formação presencial das várias empresas, foram dados passos importantes para a consolidação dos mecanismos de Formação Transversal Corporativa, materializados no “Campus PT”.

Foi dada continuidade ao “Programa de Reestruturação dos Activos Humanos”, conducente à sua adequação às exigências e desafios do negócio. Paralelamente, o Grupo manteve as estratégias de mobilidade interna, por forma a dar resposta às alterações da estrutura relativa do portfolio de negócios e das suas tendências de crescimento, a favor dos negócios mais dinâmicos e menos sujeitos à obsolescência tecnológica e à pressão da concorrência.

No final do primeiro semestre de 2004, o número de trabalhadores ao serviço do Grupo situava-se em 28 437, o que representa um acréscimo de 3 565 trabalhadores face ao final de 2003. Este comportamento foi determinado essencialmente pelo acréscimo do número de trabalhadores na Mobitel (incluída na linha referente a outros negócios), que reflecte o aumento de trabalhadores a prazo em serviços de call center no Brasil, anteriormente em outsourcing a entidades externas ao Grupo.

TRABALHADORES AO SERVIÇO POR NEGÓCIO

	1S2004	2003	Variação	
			N.º	%
Rede Fixa	9 012	9 075	(63)	(0,7)
TMN	1 112	1 109	3	0,3
Vivo	3 521	3 500	21	0,6
PT Multimedia	2 598	2 588	10	0,4
Outros Negócios	12 194	8 600	3 594	41,8
TOTAL	28 437	24 872	3 565	14,3
Portugal	15 314	15 222	92	0,6
Internacional	13 123	9 650	3 473	36,0
Acessos fixos por trabalhador	475	466	9	2,0
Cartões móveis por trabalhador				
TMN	4 381	4 406	(25)	(0,6)
Vivo	3 339	2 951	388	13,2

No final de Junho de 2004, o número de trabalhadores do Grupo em Portugal situava-se em 15 314, o que representa um aumento de 92 trabalhadores face ao final de 2003.

Na Rede fixa registou-se uma redução de 63 trabalhadores face ao final de 2003, que se deveu essencialmente à transferência de trabalhadores para a PT PRO. O número de acessos por trabalhador na Rede fixa situou-se em 475 no final de Junho de 2004, o que representa um aumento de 2% face ao final de 2003 e, em termos de benchmark, se situa ao nível das melhores práticas europeias.

A TMN e a PT Multimedia aumentaram ligeiramente o seu quadro de pessoal em 3 e 10 trabalhadores, respectivamente. No caso da TMN, o indicador de produtividade “cartões por trabalhador” situou-se em 4 381 no final do primeiro semestre de 2004.

Na Vivo registou-se também um ligeiro aumento de 21 trabalhadores. O indicador de produtividade “cartões por trabalhador” situou-se em 3 339 no final do primeiro semestre de 2004, equivalente a um aumento de 13,2% face ao final de 2003.

► Infra-estruturas de telecomunicações

Rede fixa • A evolução da base de clientes, o aumento da qualidade e disponibilidade dos serviços prestados e a necessidade de se implementarem novas funcionalidades associadas a novos serviços, determinaram a realização no primeiro semestre de 2004 de um conjunto de actividades e de acções, ao nível de cada uma das redes que suportam os diferentes negócios do Grupo, tendo em vista a adequação da sua capacidade de resposta e a sua modernização.

No primeiro semestre de 2004, a actividade de redes destacou-se pela manutenção de uma elevada capacidade funcional de resposta das suas redes e serviços a par de uma diminuição de investimento e custos operacionais. No âmbito da modernização e expansão da rede de fibra óptica, foram instalados 9 250 km.fibra e 367,76 km.cabo, a par de uma ampliação da capacidade da rede de transmissão SDH, correspondente ao acréscimo de 31 809 circuitos equivalentes de 2Mbt/s.

Neste período, salienta-se a entrada em exploração de um novo sistema FWA de tecnologia intracom, que, através de rádio na rede de acesso, potencia a disponibilização do serviço universal, principalmente em zonas sem infra-estrutura de cobre. Este sistema ponto-multiponto funciona na banda dos 3,5 GHz e permite disponibilizar serviços de POTS, RDIS e dados até 2 Mb/s, podendo a ligação ser em wire ou wireless (DECT).

No que respeita à rede DWDM, foi implementada a corda Lisboa-Faro e incrementada a capacidade das estruturas da rede Lisboa-Porto já existentes. Ao nível da rede de comutação TDM e da rede de sinalização, procedeu-se à expansão da capacidade de comutação dos comutadores com função gateway para o internacional, com vista a suportar o crescimento deste tráfego, bem como ao aumento da capacidade dos STP stand-alone, que garantem todo o tráfego de roaming dos operadores móveis, necessária para assegurar o acréscimo neste tráfego durante o período do Euro 2004.

No que respeita às plataformas de serviços, foram abertos três novos SSP (Service Switching Points) na rede e implementaram-se novos serviços, dos quais salientamos a automatização dos serviços “chamadas a pagar no destino” com origem internacional, via Portugal Directo, e de Atendimento de Avarias, o serviço 760 com funcionalidades semelhantes ao número único e o de interligação SMS entre os clientes da PT Comunicações e da Vodafone e Optimus.

Por último, ao nível do WiFi aumentou-se a cobertura nacional para mais de 250 hot-spots e implementou-se um sistema de roaming com outros operadores, que permite a clientes WiFi de outros operadores aceder à plataforma da PT WiFi.

No âmbito do desenvolvimento da rede core, salienta-se a realização quer de testes de avaliação para a introdução de diferentes classes de serviço na rede Ethernet PT, quer de testes a plataformas para streaming de vídeo sobre tecnologias IP/xDSL, bem como a análise técnico-comercial para a oferta de serviços sobre a tecnologia powerline, que poderá potenciar o lançamento de pilotos e ofertas com soluções de powerline.

Destaca-se ainda a forte expansão da rede ADSL, patente no aumento da taxa de cobertura em cerca de 10%, situando-se no fim do semestre em 93,2% dos acessos do serviço fixo de telefone, bem como no incremento do número de acessos, passando para um total de 293 mil no final do semestre.

TMN • A actividade desenvolvida na componente de redes da TMN caracterizou-se pela manutenção de uma elevada capacidade funcional de resposta, com destaque para a melhoria da qualidade de serviço, ao nível do aumento das taxas de sucesso de estabelecimento de chamadas, da redução da taxa de queda de chamadas, do aumento da qualidade do serviço de voz e do acesso a serviços de dados de que se destaca o 19 baseado em GPRS.

O aumento do número de clientes da TMN, associado à preocupação permanente em lhes prestar serviços de qualidade, obrigam a uma readaptação sistemática da rede, quer do ponto de vista da sua expansão – maior e melhor cobertura – quer da sua capacidade para escoar tráfego. Neste contexto, procedeu-se à instalação de mais 106 estações base (BT), tendo-se atingido um total de 3 934 no final do primeiro semestre de 2004.

A TMN iniciou, em Abril de 2004, a exploração comercial da sua rede UMTS nas zonas da Grande Lisboa e Porto, com o lançamento comercial simultâneo do serviço videochamada e do terminal U15 da Siemens. Progressivamente, a cobertura da rede UMTS tem vindo a ser alargada às seguintes cidades: Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Funchal, Guimarães e Leiria, de modo a também disponibilizar este serviço nos locais associados ao Euro 2004.

Vivo • No Brasil, as intervenções mais significativas, em termos de ampliação de infra-estruturas de rede, fizeram-se nas regiões da Bahia, Espírito Santo, Brasília, Goiás e Rio Grande do Sul, com a ampliação da cobertura e da rede CDMA-1XRTT, compreendendo 148 novos municípios, num total de 249 municípios cobertos por esta tecnologia em toda a área de concessão da Vivo. Com a ampliação da rede CDMA 1XRTT nas referidas regiões, entraram em serviço desde o início deste ano 543 estações rádio base 1XRTT e 11 centrais (sendo 5 novas centrais e 6 que tiveram upgrade para 1X).

Houve ainda a necessidade de ampliar as redes já existentes do Rio de Janeiro/Espírito Santo, São Paulo e Paraná/Santa Catarina. A cobertura digital abrangeu mais 109 municípios, num total de 1 511 (digitais) em toda a área de concessão da Vivo. Houve um crescimento líquido no primeiro semestre de 2004 de 383 novas estações rádio base, representando um aumento de 4,4% em relação ao início do ano.

PT Multimedia • A actividade desenvolvida pela TV Cabo ao nível das infra-estruturas de rede, centrou-se essencialmente na criação de novas células, na ligação de novas casas (mais 42 mil) e na implementação de novas casas passadas com retorno (mais 62 mil).

► Sistemas de informação

O Grupo PT desenvolve a sua actuação em tecnologias e sistemas de informação, primordialmente através da PT Sistemas de Informação (PT SI). Esta empresa, tanto presta serviços a empresas do Grupo PT como apoia os principais canais comerciais na abordagem a clientes empresariais com necessidades na convergência das tecnologias de informação com as comunicações.

A PT SI afirmou-se ao longo do primeiro semestre como um parceiro privilegiado na concretização de importantes vantagens para os negócios do Grupo, através do desenvolvimento de vários projectos estruturantes, destacando-se a implementação dos projectos que decorrem do Plano Director de Sistemas do Grupo PT, cujo objectivo é colocar, num horizonte de três anos, o Grupo PT ao nível das melhores práticas europeias de SI/TI, tirando partido de sinergias e da estandardização de soluções, nomeadamente ao nível das plataformas mais críticas para o negócio como, por exemplo, a facturação e o suporte ao cliente.

A PT SI foi também o prime contractor do projecto PRO UNO, iniciativa essencial no Grupo PT, que tem como cliente a PT PRO, cuja implementação está em curso com a integração faseada das várias empresas do Grupo numa plataforma SAP única, e com o qual se pretende obter um maior controlo contabilístico e financeiro, otimizar a redução de custos decorrentes da harmonização de processos e coordenar a gestão da plataforma SAP.

A PT SI foi responsável pelo novo programa global de sistemas de informação da TV Cabo, já em fase de finalização, que inclui o desenvolvimento de raiz ou a adaptação das soluções nas áreas de billing, CRM, provisioning, integração, SAP logística e suporte técnico e operações, constituindo a plataforma que permitirá à TV Cabo melhorar a qualidade de serviço ao seu crescente número de clientes.

A PT SI foi ainda responsável, em parceria com a Indra, pela consolidação dos sistemas SAP da Vivo, que permitiu concretizar a integração das plataformas SAP de sete das empresas regionais no Brasil que integram a Vivo. A integração das plataformas SAP das restantes empresas regionais da Vivo (que basicamente são as empresas participadas da TCO) será efectuada no segundo semestre de 2004.

De salientar também a implementação, em localização dedicada, de uma infra-estrutura de suporte às actividades de disaster recovery do Grupo, a qual permitirá salvaguardar a operacionalidade da PT em situações de “desastre”, preservando, quer dados e informação fundamental à actividade, quer capacidade de processamento, permitindo repor a operação de aplicações de negócio críticas com um mínimo de tempo de indisponibilidade.

Em simultâneo, através da PT SI, o Grupo PT continuou a dar importantes passos no sentido de aprofundar a consolidação de sistemas e dar corpo à sua missão de apoiar as empresas do Grupo PT na racionalização e optimização da gestão dos activos de TI, nomeadamente através da centralização da gestão integrada e uniforme das licenças de software aplicacional utilizadas pelas diversas empresas do Grupo.

No que se refere a projectos para empresas exteriores do Grupo PT, o primeiro semestre de 2004 foi marcado pela crescente articulação comercial entre as forças de vendas para clientes empresariais da PT Corporate, PT Prime e PT Comunicações, com a força de vendas da PT SI, o que veio permitir o reforço da oferta do Grupo, com soluções de SI/TI complementares às telecomunicações, que contribuem, quer para aumentar a fidelização de clientes, quer para aceder a patamares de maior valor acrescentado na relação com as empresas portuguesas.

Neste âmbito, destaca-se a recente actuação do Grupo PT num conjunto de clientes, dos quais podem ser destacados os seguintes: (a) no Grupo GCT, com a renovação dos contratos de outsourcing SAP e o alargamento da parceria para novas áreas de SI/TI numa parceria a longo prazo; (b) no SAMS, com a adjudicação do maior projecto nacional de implementação de ERP Microsoft Navision; (c) no Euro 2004, com a finalização com elevado sucesso da componente de SI/TI; (d) na Universidade de Coimbra, com o upgrade dos sistemas SAP; (e) na Inapa, com a extensão para Espanha dos sistemas desenvolvidos (eBusiness e automação de força de vendas); e (f) na Caixa BI e Cares do Grupo CGD, com a implementação de novos portais.

Por fim, destaca-se a aposta crescente da PT SI no desenvolvimento sustentado de uma pool de profissionais altamente competentes, com um elevado número de certificações em tecnologias de informação.

► Investigação e desenvolvimento

A PT Inovação é a empresa do Grupo PT cuja actividade está direccionada para o desenvolvimento dos negócios do Grupo, tanto ao nível da investigação aplicada como da prestação de serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços, quer no mercado doméstico, quer no internacional.

No âmbito da investigação aplicada, a PT Inovação concentrou a sua actividade no Plano de Inovação, que engloba projectos do contrato de inovação, projectos comunitários, projectos de IST (Information Society Technologies), EURESCOM e programas nacionais de incentivo à inovação. O contrato de inovação de 2004 inclui 37 projectos em áreas como: redes Ethernet, qualidade de serviço, Internet Protocol V6, segurança em redes IP, gestão de Redes de Próxima Geração (RPG), serviços RPG, espectros RF (Rádio Frequência) e serviços multimédia interactivos.

Durante o primeiro semestre de 2004 deu-se continuidade aos trabalhos em curso no âmbito dos projectos IST e EURESCOM, tendo-se concluído com sucesso a participação nos projectos IST@Home, SPEED, GENIE e NEMOGS. Considerando o grau relativo de execução técnica das realizações planeadas até ao final do primeiro trimestre de 2004, a percentagem global de realização foi de 87%.

Das realizações ocorridas neste período destaca-se, no âmbito do desenvolvimento de soluções de rede, a consolidação da linha de soluções da família NETB@ND, nomeadamente: as soluções de emergência e telemática rodoviária para as SCUT e IEP; a instalação de soluções MicroDslam (ADSL) nos estádios do Euro 2004 e Rock-in-Rio Lisboa, bem como a disponibilização de anéis SDH nos estádios do Euro 2004; a instalação de rede armários ópticos para a Vivo; o desenvolvimento das unidades MDSLAM_LC48 com interfaces Gigabit Ethernet e unidades PicoDSLAM; a consolidação da solução ARQOS para a avaliação de desempenho, por tipo de serviço, para redes fixas, móveis e IP nas operadoras Vivo e na Unitel e a preparação de pilotos try and buy nas operadoras TMN, PT Comunicações e Médi Télécom; a preparação do piloto de rede UMTS da TMN (try and buy) baseado em soluções MABEL/AGORA_NG; e a participação no projecto-piloto de voto electrónico para as eleições europeias.

Como suporte ao desenvolvimento e actualização das soluções de rede da família NetB@nd foram desenvolvidas 33 unidades de microelectrónica e produziram-se, interna e externamente, mais de 13 500 unidades de hardware para integração em soluções NETB@nd para clientes no mercado doméstico (PT Comunicações e TMN) e internacional, nomeadamente para o Brasil, Cabo Verde, Angola e Timor.

Foram ainda efectuados diversos serviços de consultoria para diferentes operadoras, tendo sido efectuadas diversas análises e auditorias na área da rede de acesso bem como realizados ensaios de carácter eléctrico e funcional a diferentes equipamentos e soluções.

De destacar a realização do primeiro Encontro de Utilizadores de Tecnologia NetB@nd.d – “NETB@ND Users Group” que reuniu, nos dias 29 e 30 de Abril, em Vilamoura, cerca de duas centenas de dirigentes e quadros técnicos das empresas do Grupo PT, bem como representantes de parceiros como a Telefónica, ScutVias e EURESCOM. A qualidade das apresentações garantiu o excelente nível técnico das sessões deste users group, que nesta primeira edição decorreu sob o lema “A Tecnologia ao Serviço do Negócio”.

Na área das soluções e serviços de rede inteligente é de realçar, para além de novos e diversos serviços desenvolvidos para as operadoras de serviço fixo e móvel do Grupo, o concurso internacional ganho pela PT Inovação para o fornecimento das plataformas do serviço pré-pago da Vivo, que irá suportar toda a operação das empresas da Vivo. Este projecto constitui um dos maiores desafios e compromissos alguma vez já assumidos pela PT Inovação e que contribuirá para garantir a liderança e sustentabilidade dos negócios da Vivo, sendo por isso um projecto estratégico para o Grupo PT.

Saliente-se ainda outros dois concursos internacionais ganhos pela PT Inovação, em consórcio, para o mesmo cliente, a Vivo: o concurso internacional para o fornecimento da solução global de gestão de rede a instalar no novo centro nacional de gerência de rede da Vivo, em parceria com a HP e a Telefónica Soluciones, baseado no sistema Altaia, a plataforma de gestão de desempenho da PT Inovação; e o concurso internacional para o fornecimento da solução de datawarehouse para a Vivo, em parceria com a Telefónica Pesquisa e Desenvolvimento, e que constituirá a maior datawarehouse de toda a América do Sul.

Ainda na área das plataformas e serviços de rede inteligente são de destacar as contribuições e serviços desenvolvidos no âmbito do Euro 2004, nomeadamente para a PT WiFi, e ainda o fornecimento para um novo cliente da Venezuela (CANTV) de uma plataforma NGIN VSSP (Virtual Service Switching Point).

No âmbito de outras plataformas e serviços, destaca-se o fornecimento de desenvolvimentos do i9 e do número único IEP para o Euro 2004, os desenvolvimentos do i9 para a fase 2,5G e 3G, o fornecimento da nova versão do MMBox, a evolução da plataforma SMS para a rede fixa e a concretização do desenvolvimento de uma plataforma UniBox (Unified Messaging) para a Cabo Verde Telecom.

Os custos de I&D do Grupo ascenderam a 5,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, face a 12,8 milhões de euros em igual período do ano anterior.

► Análise Económica e Financeira

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as correspondentes notas anexas. As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são apresentadas em euros, e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o formato internacional adoptado pelo Grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC), por incluírem determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentarem os mesmos valores totais de activos, passivos, capitais próprios e resultados do período.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- Proveitos operacionais;
- Resultado operacional; e
- Resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

Em 30 de Junho de 2004, os segmentos de negócio do Grupo têm a seguinte composição:

Segmentos de negócio	
Rede Fixa	<ul style="list-style-type: none">► Retalho► Serviços a operadores► Dados e soluções empresariais► Outras operações de Rede Fixa
Móveis • Portugal	<ul style="list-style-type: none">► TMN
Móveis • Brasil	<ul style="list-style-type: none">► Vivo
PT Multimedia	<ul style="list-style-type: none">► Televisão por subscrição e Internet por cabo [TV Cabo Portugal e PT Conteúdos]► Distribuição e exibição cinematográfica [Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas]► Media [Lusomundo Serviços e Lusomundo Media]► Outras operações multimédia [PT Multimedia e outras]

Resultados do semestre

No primeiro semestre de 2004, os proveitos operacionais consolidados aumentaram 7,2% em relação ao período homólogo do ano anterior. O EBITDA consolidado para o mesmo período ascendeu a 1 166 milhões de euros e os resultados operacionais consolidados atingiram 698 milhões de euros, o que representou aumentos de, respectivamente, 8,6% e 15,1% em relação ao primeiro semestre de 2003. O resultado líquido ascendeu a 323 milhões de euros, equivalente a um acréscimo de 124,8% relativamente ao ano anterior, traduzindo-se num resultado líquido por acção de cerca de 0,26 euros no primeiro semestre de 2004.

► Proveitos operacionais consolidados

No primeiro semestre de 2004, os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 2 921 milhões de euros, equivalente a um acréscimo de 7,2% face ao período homólogo do ano anterior, reflectindo um incremento da contribuição dos segmentos Vivo, TMN e PT Multimedia. Excluindo o efeito da desvalorização cambial ocorrida face ao câmbio médio do real no primeiro semestre de 2003, os proveitos operacionais consolidados seriam de 2 944 milhões de euros, o que implicaria um acréscimo de 8% face ao período homólogo do ano anterior.

O contributo para os proveitos operacionais consolidados por segmento de negócio apresentou a seguinte repartição:

valores expressos em milhões de euros			
	1S04	1S03	Δ
Rede Fixa	1 053,2	1 072,6	(1,8%)
TMN	678,6	624,6	8,6%
Vivo	722,2	588,7	22,7%
PT Multimedia	359,8	325,8	10,4%
Outros negócios	107,1	113,2	(5,4%)
Total dos proveitos operacionais consolidados	2 920,9	2 724,9	7,2%
Total dos proveitos de retalho	908,4	894,8	1,5%
Rede Fixa	685,3	702,6	(2,5%)
TV Cabo	223,1	192,2	16,1%
Receita média mensal por casa (euros)	41,5	40,9	1,5%

No primeiro semestre de 2004, a Mascom Wireless deixou de ser consolidada integralmente para ser consolidada pelo método de equivalência patrimonial, em virtude da operação de venda da participação do Grupo nesta empresa estar apenas pendente de aprovação do Regulador. Anteriormente, os proveitos operacionais da Mascom Wireless encontravam-se incluídos em “Outros negócios”, tendo esta alteração originado uma redução de 1% nos proveitos operacionais consolidados.

Os proveitos operacionais resultantes dos negócios em Portugal aumentaram 3,4% no primeiro semestre de 2004, reflectindo o desempenho da TMN e da PT Multimedia.

No primeiro semestre de 2004, o total dos proveitos operacionais dos negócios de retalho nos segmentos Rede fixa e TV Cabo ascenderam a 908 milhões de euros, registando um aumento de 1,5% face a igual período do ano anterior. A receita média mensal por casa (ARPH) aumentou para 41,5 euros, face aos 40,9 euros registados no primeiro semestre de 2003.

O peso do contributo dos negócios móveis no total dos proveitos operacionais consolidados ascendeu a 48% no primeiro semestre de 2004, o que representou um aumento de 3,5% face ao mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2004, os proveitos operacionais da Vivo representaram 24,7% dos proveitos operacionais consolidados, um incremento de 3,1pp face ao mesmo período de 2003.

Considerando os proveitos operacionais individualizados de cada segmento de negócio do Grupo, a repartição do total dos proveitos operacionais consolidados seria a seguinte:

valores expressos em milhões de euros			
	1504	1503	Δ
Rede Fixa	1 123,4	1 149,3	(2,3%)
TMN	754,6	715,1	5,5%
Vivo	722,2	588,7	22,7%
PT Multimedia	360,1	326,1	10,4%
Outros negócios e empresas instrumentais			
Empresas internacionais	98,3	109,1	(9,9%)
Empresas instrumentais e outras	99,4	78,4	26,8%
Eliminações	(237,1)	(241,8)	1,9%
Total dos proveitos operacionais consolidados	2 920,9	2 724,9	7,2%

A redução nos proveitos operacionais das empresas internacionais resultou essencialmente da exclusão da Mascom Wireless do perímetro de consolidação em 2004 (28 milhões de euros), cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos proveitos operacionais da Mobitel (7 milhões de euros) e pela consolidação da Timor Telecom em 2004 (6 milhões de euros).

► EBITDA

A contribuição de cada área de negócio para o EBITDA consolidado do Grupo é apresentada no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros				
	1504	1503	Δ	1504 Margem
Rede Fixa	453,4	460,9	(1,6%)	40,4%
TMN	359,2	315,5	13,9%	47,6%
Vivo	262,5	227,1	15,6%	36,4%
PT Multimedia	91,0	56,8	60,2%	25,3%
Outros negócios	0,1	13,9	(99,7%)	n.s.
EBITDA	1 166,2	1 074,1	8,6%	–
Margem de EBITDA	39,9%	39,4%	0,5pp	–

O EBITDA consolidado no primeiro semestre de 2004 ascendeu a 1 166 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,6% face ao período homólogo do ano anterior, enquanto a margem EBITDA melhorou 0,5pp, situando-se nos 39,9%. Excluindo o efeito da desvalorização do real, o EBITDA consolidado seria de 1 174 milhões de euros, o que representaria um crescimento de 9,3% face ao primeiro semestre de 2003.

Em termos absolutos, o crescimento do EBITDA no primeiro semestre do ano resultou da evolução positiva do EBITDA dos segmentos TMN, Vivo e PT Multimedia. A alteração do método de consolidação da Mascom Wireless no primeiro semestre de 2004, supra referida, teve um impacto negativo no EBITDA de 1,3%.

No primeiro semestre de 2004, o EBITDA dos negócios em Portugal aumentou 8,5% em relação ao período homólogo do ano anterior, em resultado de uma combinação do crescimento dos proveitos operacionais acompanhado de uma forte expansão das margens na PT Multimedia e na TMN.

O contributo dos negócios móveis para o EBITDA consolidado aumentou para 53,3% no primeiro semestre de 2004, o que representou um aumento de 2,8pp face ao período homólogo do ano anterior. A contribuição da Vivo para o EBITDA consolidado ascendeu a 22,5%, tendo registado um aumento de 1,4% face ao mesmo período de 2003 que resultou essencialmente da consolidação da TCO ter sido efectuada apenas a partir de Maio de 2003. A TMN aumentou o seu contributo para o EBITDA consolidado para 30,8%, com um incremento de 1,4pp face ao primeiro semestre de 2003.

A contribuição da PT Multimedia para o EBITDA consolidado aumentou para 7,8%, o que representou um incremento de 2,5pp face ao período homólogo de 2003. Este desempenho resultou essencialmente do aumento em 59,8% do EBITDA no negócio de TV por subscrição no período em análise, em consequência de um forte crescimento dos proveitos operacionais, aliado a uma forte expansão da margem EBITDA.

► Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 2 223 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que representa um aumento de 4,9% face a igual período do ano anterior. Este aumento é no entanto inferior ao aumento de 7,2% ocorrido nos proveitos operacionais consolidados em igual período. Os custos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição, de acordo com a sua natureza:

valores expressos em milhões de euros				
	1504	1503	Δ	2004 % Prov.
Remunerações e outros encargos com o pessoal	353,9	348,9	1,4%	12,1%
Custos com benefícios de reforma	95,6	110,1	(13,2%)	3,3%
Custos com telecomunicações	275,8	296,7	(7,1%)	9,4%
Custo das mercadorias vendidas	246,3	205,5	19,9%	8,4%
Marketing e publicidade	85,0	65,4	30,1%	2,9%
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	62,0	54,7	13,4%	2,1%
Outros fornecimentos e serviços externos	507,2	457,6	10,8%	17,4%
Outros custos operacionais	128,9	111,9	15,1%	4,4%
Custos operacionais excluindo amortizações de imobilizado	1 754,7	1 650,8	6,3%	60,1%
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	468,1	467,5	0,1%	16,0%
Total dos custos operacionais	2 222,7	2 118,3	4,9%	76,1%

Remunerações e outros encargos com o pessoal

Os custos com pessoal aumentaram 1,4% face ao primeiro semestre de 2003, ascendendo a 354 milhões de euros, equivalente a 12,1% dos proveitos operacionais consolidados. No que se refere à Rede fixa, os custos com pessoal, que representam 40,6% do total do Grupo, registaram uma redução de 13,3% face ao primeiro semestre de 2003. No caso da Vivo, os custos com pessoal aumentaram 29%, essencialmente em resultado da TCO ter sido apenas consolidada integralmente a partir de Maio de 2003.

Custos com benefícios de reforma

Os custos com benefícios de reforma diminuíram 13,2% face ao primeiro semestre de 2003, ascendendo a 96 milhões de euros, equivalente a 3,3% dos proveitos operacionais consolidados. Esta redução fica a dever-se essencialmente a uma alteração aprovada pelo Governo Português ao quadro regulamentar dos benefícios de reforma. Desde o início de 2004, o cálculo dos benefícios de reforma para os trabalhadores com regimes equiparáveis à Função Pública (como é o caso dos trabalhadores dos ex-CTT – Nota 23.j) do Anexo às Demonstrações Financeiras) passou a ser efectuado com base em 90% da média da massa salarial dos últimos três anos de trabalho de cada empregado, em detrimento da metodologia anteriormente aplicada na qual o benefício era calculado com base em 100% da massa salarial do último ano de trabalho. Adicionalmente, o Governo português aprovou um aumento da sua comparticipação para os planos de saúde patrocinados pela PT Comunicações, o que resultou numa redução dos custos relativos a estes benefícios.

Custos com telecomunicações

Os custos com telecomunicações situaram-se em 276 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que representou uma redução de 7,1% face ao período homólogo do ano anterior, em resultado essencialmente da redução das tarifas de interligação fixo-móvel. Os custos com telecomunicações representaram 9,4% dos proveitos operacionais consolidados.

Custos das mercadorias vendidas

Os custos das mercadorias vendidas aumentaram 19,9% face ao primeiro semestre de 2003, ascendendo a 246 milhões de euros, em resultado essencialmente do aumento nas vendas de equipamentos terminais na Vivo. Esta rubrica de custos representou 8,4% dos proveitos operacionais consolidados.

Marketing e publicidade

Os custos de marketing e publicidade ascenderam a 85 milhões de euros, o que representou um aumento de 30,1% face ao primeiro semestre de 2003. O acréscimo desta rubrica reflecte o aumento dos custos com publicidade e campanhas promocionais com o lançamento de novos produtos e serviços no negócio fixo, na Vivo e na PT Multimedia, acrescido do efeito resultante do facto de a TCO ter sido apenas consolidada integralmente a partir de Maio de 2003. Estes custos representaram 2,9% dos proveitos operacionais consolidados.

Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos

As provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos ascenderam a 62 milhões de euros, o que representou um aumento de 13,4% face ao primeiro semestre de 2003. O aumento desta rubrica reflecte essencialmente um incremento no nível de provisões da TMN e o facto de a TCO ter sido apenas consolidada integralmente a partir de Maio de 2003. Esta rubrica de custos representou 2,1% dos proveitos operacionais consolidados.

Outros fornecimentos e serviços externos

Os outros fornecimentos e serviços externos ascenderam a 507 milhões de euros, o que representou um aumento de 10,8% face ao primeiro semestre de 2003. Este incremento resultou essencialmente do facto de a TCO ter sido apenas consolidada integralmente a partir de Maio de 2003, bem como do aumento dos custos comerciais e de custos adicionais associados ao outsourcing de certas funções. Esta rubrica de custos representou 17,4% dos proveitos operacionais consolidados.

Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo ascenderam a 468 milhões de euros, em linha com o valor registado no primeiro semestre de 2003. As amortizações excederam o capex do primeiro semestre de 2004 em 221 milhões de euros, resultando num rácio capex/amortizações de 0,53. Esta rubrica de custos representou 16% dos proveitos operacionais consolidados.

► Resultado consolidado líquido

O resultado consolidado líquido do primeiro semestre de 2004 ascendeu a 323 milhões de euros, o que representa um aumento de 124,8% face a igual período do ano anterior.

A reconciliação entre o resultado consolidado operacional e o resultado consolidado líquido do semestre é apresentada no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros			
	1504	1503	Δ
Resultado consolidado operacional	698,2	606,6	15,1%
Items não operacionais	(157,2)	(346,7)	(54,7%)
Resultado consolidado antes de impostos e interesses minoritários	541,0	259,9	108,2%
Imposto sobre o rendimento	(169,3)	(81,1)	108,7%
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	371,7	178,8	107,9%
Interesses minoritários	(49,1)	(35,2)	39,4%
Resultado consolidado líquido	322,5	143,5	124,8%
Resultado consolidado líquido por acção (euros)	0,26	0,11	124,8%

Items não operacionais

Os items não operacionais incluem essencialmente os encargos financeiros líquidos, os ganhos cambiais líquidos, outros custos e proveitos financeiros, a amortização do goodwill, os resultados da aplicação do método de equivalência patrimonial em empresas associadas, os custos extraordinários com o programa de redução de efectivos e outros items extraordinários.

Os encargos financeiros líquidos ascenderam a 96 milhões de euros, face a 75 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2003, correspondente a um custo médio da dívida de 5,9% no primeiro semestre de 2004.

Os ganhos cambiais líquidos ascenderam a 0,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que compara com 16 milhões de euros em igual período do ano anterior, em resultado da evolução da taxa de câmbio do real em ambos os semestres.

Os outros custos financeiros líquidos ascenderam a 6 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que compara com um ganho líquido de 81 milhões de euros em igual período do ano anterior. Esta rubrica inclui essencialmente despesas financeiras diversas, nomeadamente comissões bancárias e respectivas taxas. No primeiro semestre de 2003, esta rubrica incluía ganhos relacionados com a redução de uma provisão constituída para cobertura de eventuais perdas relacionadas com equity swaps, em resultado da valorização da cotação das correspondentes acções.

A amortização do goodwill situou-se em 47 milhões de euros, uma diminuição de 11,3% face ao primeiro semestre de 2003, em resultado essencialmente da transferência, efectuada no final de 2003, da parcela do goodwill alocada a licenças para uma rubrica de imobilizado incorpóreo. A amortização destas licenças, que no primeiro semestre de 2004 ascendeu a aproximadamente 17 milhões de euros, passou a estar incluída na rubrica de “Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo”. Esta rubrica inclui essencialmente a amortização do goodwill associado aos investimentos na Vivo (18 milhões de euros), Lusomundo (7 milhões de euros), PT Multimedia (5 milhões de euros) e PT.COM (4 milhões de euros).

Os ganhos relativos a empresas associadas ascenderam a 5 milhões de euros, o que compara com perdas líquidas de 13 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui essencialmente a proporção da PT nos ganhos da CTM, da Unitel e da Mascom Wireless, que totalizam 17 milhões de euros, e nas perdas da Médi Télécom e da Sport TV, que totalizam 9 milhões de euros. A melhoria significativa nesta rubrica em relação ao primeiro semestre de 2003 (18 milhões de euros) resultou essencialmente (1) da redução das perdas da Médi Télécom (de 15 milhões de euros para 7 milhões de euros), do aumento dos ganhos da Unitel (de 3 milhões de euros para 6 milhões de euros) e da alteração da consolidação integral da Mascom Wireless para o método de equivalência patrimonial em 2004 (ganhos de 5 milhões de euros no primeiro semestre), em resultado da alienação deste investimento estar apenas pendente de aprovação pelo regulador.

Os custos com o programa de redução de efectivos ascenderam a 4 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que compara com 278 milhões de euros em igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2003, os custos estavam relacionados com um programa que envolveu a redução de aproximadamente 1500 empregados.

Os custos extraordinários líquidos ascenderam a 3 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, o que compara com 60 milhões de euros em igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2003, esta rubrica inclui essencialmente o registo de uma provisão pela PT Multimedia para perdas estimadas no valor de determinados activos e investimentos financeiros e para cobertura de determinadas responsabilidades.

Imposto sobre o rendimento

O custo referente ao imposto sobre o rendimento totalizou 169 milhões de euros, que compara com 81 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, em resultado do incremento no resultado antes de imposto. O imposto sobre o rendimento do primeiro semestre de 2004 inclui 124 milhões de euros correspondentes à utilização de prejuízos fiscais reportáveis apurados em anos anteriores.

Interesses minoritários

No primeiro semestre de 2004, os resultados imputáveis a interesses minoritários ascenderam a 49 milhões de euros, o que compara com 35 milhões de euros no período homólogo do ano anterior, e respeitam essencialmente a 50% da parcela dos minoritários nos resultados consolidados da Vivo (30 milhões de euros) e à parcela dos minoritários nos resultados consolidados da PT Multimedia (13 milhões de euros).

SITUAÇÃO FINANCEIRA

► Balanço consolidado

Os balanços consolidados em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 são como segue:

valores expressos em milhões de euros	30 Jun	31 Dez	
	2004	2003	Δ
Activos			
Activo circulante	4 811,3	5 039,7	(228,4)
Investimentos financeiros	461,8	448,1	13,7
Imobilizações corpóreas	4 034,2	4 268,0	(233,8)
Imobilizações incorpóreas	2 967,5	3 150,1	(182,6)
Impostos diferidos de médio e longo prazo	504,3	583,5	(79,2)
Outros activos de médio e longo prazo	94,0	68,5	25,5
Total do activo	12 873,1	13 557,8	(684,7)
Passivo			
Passivo de curto prazo	3 528,6	3 354,5	174,1
Empréstimos de médio e longo prazo	4 006,7	4 555,6	(548,9)
Provisões para benefícios de reforma	1 201,3	1 256,0	(54,7)
Impostos diferidos de médio e longo prazo	286,9	300,7	(13,8)
Provisões para outros riscos e encargos	405,9	361,4	44,6
Outros passivos de médio e longo prazo	111,3	144,9	(33,7)
Capital próprio	2 710,6	2 940,8	(230,2)
Interesses minoritários	621,9	644,0	(22,1)
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo	12 873,1	13 557,8	(684,7)

O gearing (Dívida líquida/(Dívida líquida + Situação líquida + Interesses minoritários)) em 30 de Junho de 2004 ascendeu a 48,3% face a 47,3% no final de 2003, enquanto o indicador (Situação líquida + Dívida de longo prazo)/Total do activo decresceu de 55,3% para 52,2% em iguais períodos. O indicador Dívida líquida/EBITDA no primeiro semestre de 2004 era de 1,3 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA de 12,2 vezes.

O activo consolidado atingiu um montante de 12 873 milhões de euros em 30 de Junho de 2004, registando um decréscimo de 685 milhões de euros em relação ao final de 2003. Este decréscimo resultou essencialmente: (i) da diminuição de imobilizações corpóreas e incorpóreas em, respectivamente, 234 milhões de euros e 183 milhões de euros, que reflecte fundamentalmente o facto de, no primeiro semestre de 2004, o capex continuar a ser bastante inferior às amortizações registadas no período, bem como o efeito da desvalorização do real em relação aos activos da Vivo; e (ii) da redução do activo circulante em 228 milhões de euros, resultante essencialmente da diminuição das disponibilidades em 233 milhões de euros.

O passivo consolidado atingiu um montante de 9 541 milhões de euros em 30 de Junho de 2004, o que representa uma diminuição de 432 milhões de euros em relação ao final de 2003, que resultou essencialmente da liquidação do convertível de 451 milhões de euros, que se venceu em Junho de 2004.

A exposição (activos menos passivos) do Grupo ao Brasil totaliza 7 100 milhões de reais (1 876 milhões de euros ao câmbio real/euro de 30 de Junho de 2004). Os activos denominados em reais incluídos no balanço consolidado da PT em 30 de Junho de 2004 ascendem a 3 704 milhões de euros, equivalente a 28,8% do total do activo consolidado. Aproximadamente 98% da exposição do Grupo ao Brasil corresponde à participação de 50% na Vivo.

A provisão para benefícios de reforma ascendeu a 1 201 milhões de euros em 30 de Junho de 2004. A redução líquida de 55 milhões de euros ocorrida no primeiro semestre de 2004 nesta rubrica resulta essencialmente da diferença entre os pagamentos efectuados, no montante de 155 milhões de euros e os custos registados na demonstração de resultados do semestre, que incluem os custos correntes com benefícios de reforma e os custos com o programa de redução de efectivos, nos montantes de 96 milhões de euros e de 4 milhões de euros, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2004, o capital próprio ascendia a 2 711 milhões de euros, uma diminuição de 230 milhões de euros em relação ao final do ano de 2003. O quadro seguinte apresenta os movimentos no capital próprio no primeiro semestre de 2004:

valores expressos em milhões de euros	
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2003	2 940,8
Resultado líquido do semestre	322,5
Distribuição de dividendos	(267,5)
Aquisição/Alienação de acções próprias	(224,0)
Ajustamentos de conversão cambial	(60,8)
Outros	(0,4)
Capital próprio em 30 de Junho de 2004	2 710,6
Δ Capital próprio	(7,8%)
Redução do capital próprio no semestre	(230,2)

Ao abrigo da legislação portuguesa a determinação do valor de capitais próprios distribuível aos accionistas é efectuada com base nas demonstrações financeiras individuais das empresas. Em 30 de Junho de 2004, o capital próprio da PT constante das suas demonstrações financeiras individuais tem a seguinte composição:

	valores expressos em milhões de euros
Capital	1 254,3
Acções próprias	(434,1)
Prémios de emissão de acções	91,7
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	248,5
Reservas não distribuíveis	
Reserva legal	154,2
Reserva acções próprias	434,1
Reservas distribuíveis	
Reservas livres	5,8
Resultados transitados	633,5
Resultado líquido do semestre	322,5
	2 710,6

Em 30 de Junho de 2004, o montante das reservas distribuíveis ascendia a aproximadamente 946 milhões de euros, o qual já inclui o efeito da aquisição de 4,32% de acções próprias no âmbito do programa de share buyback, no montante de 434 milhões de euros e o resultado líquido do primeiro semestre de 2004, no montante de 323 milhões de euros.

► Investimento em activos financeiros e capex

O investimento consolidado no primeiro semestre de 2004 teve a seguinte composição:

	valores expressos em milhões de euros		
	1504	1503	Δ
Investimento em activos financeiros	42,0	281,8	(239,8)
Capex	247,1	219,8	27,3
Total	289,1	501,6	(212,5)

Investimento em activos financeiros

O investimento em activos financeiros (incluindo goodwill) situou-se em 42 milhões de euros e está relacionado fundamentalmente com a aquisição pela PT Multimedia à RTP de 17% do capital da Sport TV (16 milhões de euros), com a aquisição pela Vivo de 10,5% da Sudestecel (10 milhões de euros), com a aquisição pela Portugal Telecom de 1,93% do capital da Media Capital (7 milhões de euros) e com a aquisição pela Lusomundo Media do Jornal Ocasão (5 milhões de euros).

Capex

O capex aumentou 12,4% no primeiro semestre de 2004, para 247 milhões de euros, tendo o aumento ocorrido no segmento Rede fixa e na Vivo mais que compensado a redução ocorrida na TMN. O capex no primeiro semestre de 2004 foi de 8,5% dos proveitos operacionais consolidados.

A distribuição do capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros			
	1S04	1S03	Δ
Rede Fixa	84,2	60,0	40,4%
TMN	38,9	71,8	(45,8%)
Vivo	69,0	41,4	66,5%
PT Multimedia	26,4	25,6	3,0%
Outros negócios	28,6	21,0	36,4%
TOTAL	247,1	219,8	12,4%

O capex do segmento Rede fixa situou-se em 84 milhões de euros, o que traduz um aumento de 40,4% em relação ao período homólogo do ano anterior e um rácio de capex sobre as receitas de 7,5%. Este aumento resulta essencialmente do forte crescimento dos acessos ADSL.

O capex da TMN decresceu 45,8%, para 39 milhões de euros, no primeiro semestre de 2004, equivalente a 5,2% dos proveitos operacionais do segmento. Excluindo o investimento de 33 milhões de euros ocorrido no primeiro semestre de 2003 relativo ao acordo celebrado com a OniWay, o capex da TMN ter-se-ia mantido constante. No primeiro semestre de 2004, a TMN despendeu aproximadamente 25% do capex com o desenvolvimento da rede UMTS.

O capex da Vivo aumentou 66,5%, para 69 milhões de euros, no primeiro semestre de 2004, equivalente a 9,6% dos proveitos operacionais do segmento. Este aumento resulta essencialmente do investimento em aumento de capacidade, do progressivo rollout da tecnologia 1XRTT no Brasil e do facto de a consolidação da TCO ter sido efectuada apenas a partir de Maio de 2003.

O capex da PT Multimedia diminuiu 3%, para 26 milhões de euros, no primeiro semestre de 2004, equivalente a 7,3% dos proveitos operacionais do segmento. Cerca de um terço do capex do primeiro semestre de 2004 está relacionado com a aquisição de equipamento terminal, incluindo set-top boxes e cable modems.

► EBITDA menos Capex e cash flow operacional

A distribuição do EBITDA menos Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros			
	1S04	1S03	Δ %
Rede Fixa	369,1	400,9	(7,9%)
TMN	320,3	243,7	31,4%
Vivo	193,6	185,6	4,3%
PT Multimedia	64,7	31,2	107,5%
Outros negócios	(28,6)	(7,0)	n.s.
TOTAL	919,1	854,4	7,6%

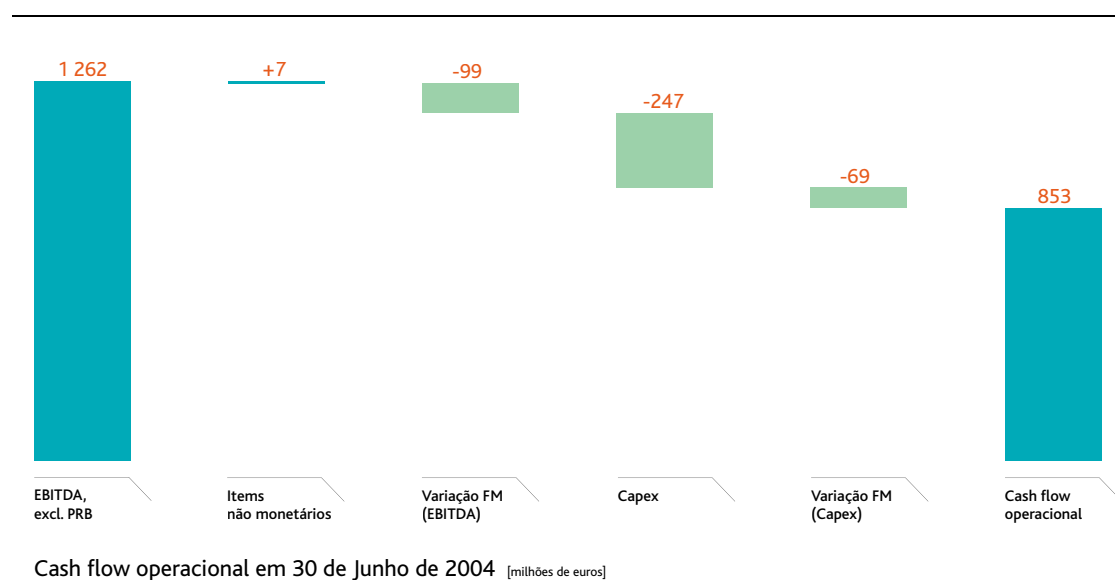
O aumento do EBITDA menos Capex ascendeu a 919 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, um aumento de 7,6% face a igual período do ano anterior, em resultado dos aumentos significativos ocorridos na TMN e na PT Multimedia. No primeiro semestre de 2004, os segmentos de negócio em Portugal registaram um aumento global do EBITDA menos Capex de 11,6%, representando aproximadamente 80% do EBITDA menos Capex do Grupo nesse período.

O cash flow operacional aumentou 20,4% no primeiro semestre de 2004, ascendendo a 853 milhões de euros, como se apresenta no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

	1S04	1S03	Δ
EBITDA, excluindo custos com benefícios de reforma	1 261,8	1 184,2	77,6
Items não monetários	6,7	(5,6)	12,3
Variação no fundo de maneo, excluindo fornecedores de imobilizado	(98,7)	(140,3)	41,6
Cash flow gerado nas operações	1 169,7	1 038,3	131,4
Capex	(247,1)	(219,8)	(27,3)
Variação no fundo de maneo (Capex)	(69,5)	(110,2)	40,8
Pagamentos aos fornecedores de imobilizado	(316,6)	(330,0)	13,5
Cash flow operacional	853,1	708,3	144,8

O cash flow gerado nas operações ascendeu a 1 170 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 12,6% em relação ao primeiro semestre de 2003 que inclui uma redução de 29,7% no investimento em fundo de maneo (EBITDA related). Os pagamentos a fornecedores de imobilizado ascenderam a 317 milhões de euros, o que representou uma redução de 4,1% em relação ao primeiro semestre de 2003.



► Dívida líquida consolidada

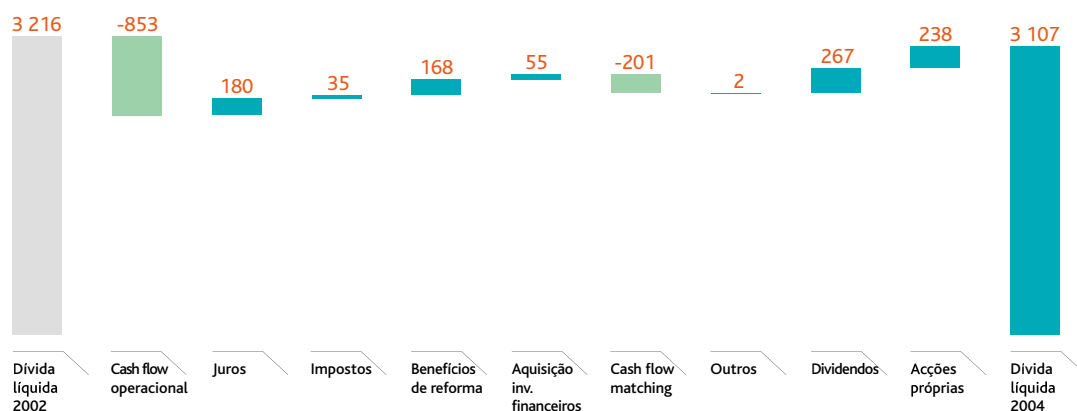
Em 30 de Junho de 2004, a dívida líquida consolidada ascendeu a 3 107 milhões de euros, uma redução de 108 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2003, tal como se apresenta no quadro seguinte:

valores expressos em milhões de euros

Dívida líquida em 31 de Dezembro de 2003 (a)	3 215,6
Cash flow liberto	
Cash flow operacional	853,1
Aquisição de investimentos financeiros	(55,5)
Pagamento de juros e outros custos similares	(179,5)
Contribuições para os fundos de pensões, pagamentos a pré-reformados e pagamentos à PT ACS ⁽¹⁾	(168,5)
Impostos sobre lucros pagos por certas empresas participadas	(34,8)
Impostos relacionados com receitas financeiras obtidas na Vivo	(19,4)
Operação de cash flow matching	201,1
Outros movimentos de caixa	(1,5)
Cash flow liberto	595,1
Variação da dívida líquida	
Cash flow liberto	595,1
Ganhos decorrentes da valorização de certos derivados no Brasil	7,9
Efeito da conversão cambial da dívida em reais e dólares americanos	11,1
Dividendos pagos	(267,5)
Aquisições de acções próprias ⁽²⁾	(238,5)
Redução da dívida líquida (b)	108,3
Dívida líquida em 30 de Junho de 2004 (a) – (b)	3 107,3
Δ Dívida líquida	3,4%

(1) No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui 66 milhões de euros de contribuições adicionais para os fundos de pensões relacionadas com o programa de redução de efectivos ocorrido em 2003, 28 milhões de euros relacionados com contribuições normais para os fundos de pensões, 62 milhões de euros referentes a pagamento de salários a pré-reformados e 13 milhões de euros referentes a pagamentos à PT ACS relacionados com cuidados de saúde prestados a reformados e pré-reformados. No que se refere às contribuições normais, um montante de 13 milhões de euros foi pago a título de adiantamento, pelo que ainda não foi abatido à provisão para benefícios de reforma.

(2) Esta rubrica inclui 14 milhões de euros relacionados com aquisição de acções efectuadas no quarto trimestre de 2003 e 224 milhões de euros referentes a aquisições efectuadas no primeiro semestre de 2004.



Evolução da dívida líquida no 1º semestre de 2004 [milhões de euros]

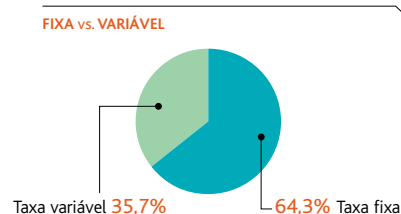
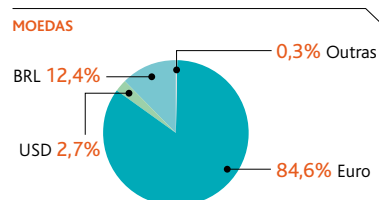
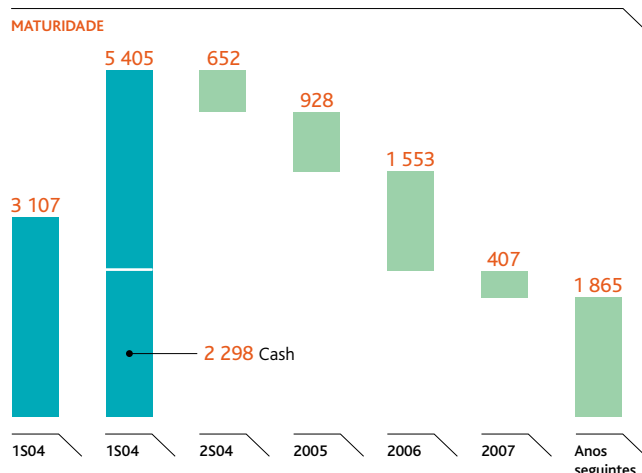
Excluindo o investimento de 238 milhões de euros na aquisição de acções próprias, os dividendos pagos e a operação de cash flow matching contratada no primeiro semestre de 2004, a redução da dívida líquida no semestre teria sido de 413 milhões de euros.

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, a composição da dívida líquida é como segue:

valores expressos em milhões de euros				
	30Jun04	%	31Dez03	%
Dívida de curto prazo	1 398,2	25,9	1 191,1	20,7
Empréstimos bancários	277,9	5,1	293,8	5,1
Empréstimos por obrigações convertíveis	0,0	2,2	450,5	7,8
Empréstimos obrigacionistas	724,7	13,4	124,7	2,2
Outros empréstimos obtidos	395,6	7,3	322,1	5,6
Dívida de médio e longo prazo	4 006,7	74,1	4 555,6	79,3
Empréstimos por obrigações convertíveis	440,3	8,1	440,3	7,7
Outros empréstimos obrigacionistas	2 066,1	38,2	2 669,1	46,4
Empréstimos bancários	1 434,5	26,5	1 363,6	23,7
Outros empréstimos obtidos	65,9	1,2	82,5	1,4
Passivo remunerado	5 404,9	100,0	5 746,8	100,0
Disponibilidades	2 297,6	42,5	2 531,1	44,0
Dívida líquida	3 107,3	57,5	3 215,7	56,0

Em 30 de Junho de 2004, 74,1% da dívida do Grupo era de médio e longo prazo, sendo 64,3% do endividamento total a taxas fixas. Nessa data, 84,6% da dívida estava denominada em euros, 2,7% em dólares americanos e 12,4% em reais. O custo médio da dívida da PT no primeiro semestre de 2004, tendo em consideração os empréstimos em reais, foi de 5,9% (4,8% se excluirmos os empréstimos obtidos no Brasil e denominados em reais). A maturidade média da carteira de empréstimos da PT é de 4,4 anos. À data, os únicos empréstimos da PT com cláusulas automáticas de indexação de spread relacionadas com rating (no caso do rating da PT ser igual ou inferior a BBB+) eram dois empréstimos do BEI totalizando 150 milhões de euros. Adicionalmente, a Portugal Telecom detém linhas de papel comercial tomadas firmes e disponíveis no montante global de 875 milhões de euros, utilizadas em apenas 355 milhões de euros em 30 de Junho de 2004.

A quase totalidade da dívida líquida das subsidiárias no Brasil, no montante de 207 milhões de euros, está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de swap.



Estrutura da dívida em 30 de Junho de 2004 [milhões de euros]

O quadro seguinte apresenta o perfil da dívida líquida do Grupo em 30 de Junho de 2004:

valores expressos em milhões de euros

Maturidade	Dívida líquida	Notas
2004	-1 409,9	Inclui Obrigações PT emitidas em Novembro de 1997, no montante de 125 milhões de euros.
2005	912,8	Inclui Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Novembro de 2001, no montante de 585 milhões de euros.
2006	1 452,9	Inclui Obrigações Convertíveis emitidas em Dezembro de 2001, no montante de 440 milhões de euros, e Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Fevereiro de 2001, no montante de 900 milhões de euros.
2007	406,7	
2008	575,5	
2009	956,5	Inclui Eurobonds ⁽¹⁾ emitidas em Abril de 1999, no montante de 880 milhões de euros.
2010	74,5	
2011	65,0	
2012	45,8	
2013	27,5	
Total	3 107,3	

(1) Estes montantes estão líquidos das Eurobonds detidas pela PT e registadas como títulos negociáveis.

A PT mantém registado em títulos negociáveis obrigações próprias relativas a alguns dos seus empréstimos obrigacionistas não convertíveis. Assim, em 30 de Junho de 2004 a PT detém 2,5% do empréstimo obrigacionista que termina em 2005, 10,05% do que termina em 2006 e 12,05% do que termina em 2009. Estes títulos encontram-se contabilizados como títulos negociáveis no balanço da PT em 30 de Junho de 2004, com um valor nominal de 236 milhões de euros, tendo sido adquiridos por 230 milhões de euros.

► Rede fixa

Os proveitos operacionais do negócio de Rede fixa registaram uma diminuição de 2,3%, ascendendo a 1 123 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, reflectindo os decréscimos das receitas de retalho, do serviço a operadores (wholesale) e de outras receitas da rede fixa.

A evolução das receitas de retalho é explicada pela melhoria das receitas fixas que aumentaram 4,2%, para 330 milhões de euros, em resultado do aumento da venda de planos de preços, enquanto que as receitas de tráfego diminuíram 13,8%. As receitas de ADSL registaram um aumento significativo, ascendendo a 41 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, face a 14 milhões de euros no primeiro semestre de 2003. Por outro lado, as receitas de ISP diminuíram para 14 milhões de euros, em resultado do forte crescimento dos serviços de banda larga. Estes efeitos resultaram numa redução de 2,5% das receitas de retalho, para 689 milhões de euros.

O decréscimo das receitas de tráfego resultou da redução dos preços de interligação, nomeadamente nas comunicações fixo-móvel. Contudo, os custos de telecomunicações associados registaram igualmente uma redução. Em resultado, as receitas de retalho líquidas (receitas de retalho menos os custos de telecomunicações associados) registaram um aumento de 2,3%, para 566 milhões de euros, no primeiro semestre de 2004.

O esforço contínuo de reforço do desempenho do negócio de rede fixa continuou a desenvolver-se através de várias iniciativas, entre as quais, a retenção e fidelização dos clientes e o forte crescimento dos serviços de banda larga. Em Junho de 2004 foi lançado o serviço de ADSL pré-pago, alargando assim a oferta de ADSL do Grupo PT. Por outro lado, o lançamento de três novos planos de preços, baseados no conceito de simplicidade, liberdade e desconto, foi uma medida importante para melhorar a percepção da competitividade dos preços dos serviços de Rede fixa em Portugal. No primeiro semestre de 2004, foram adicionados 93 mil novos planos de preços, ascendendo o número total de planos no final de Junho de 2004 a 470 mil, o que representava 11,8% dos acessos PSTN/RDIS. O lançamento de novos modelos de telefones sem fios, com funcionalidades semelhantes às dos telemóveis, será também uma medida importante para o aumento da utilização da rede fixa e para a melhoria da retenção e fidelização dos clientes. Por último, a oferta de soluções de segurança na rede fixa demonstra ser uma forma interessante de criação de valor através da propriedade de linhas de cobre.

As receitas de wholesale diminuíram 4,7% no primeiro semestre de 2004, em resultado da redução nas receitas de circuitos alugados, devido essencialmente à descida dos preços de circuitos alugados e a uma maior utilização de infra-estruturas próprias por parte dos concorrentes.

No primeiro semestre de 2004, o EBITDA diminuiu 1,6%, para 453 milhões de euros, e a margem EBITDA aumentou 0,3pp, face a igual período do ano anterior, para 40,4%, beneficiando das medidas de contenção de custos, bem como da redução dos custos com benefícios de reforma e dos custos de telecomunicações (devido ao decréscimo dos volumes de tráfego e dos preços de interligação).

No primeiro semestre de 2004, o capex situou-se em 84 milhões de euros, um aumento de 40,4% face a igual período do ano anterior, e equivalente a 7,5% dos proveitos operacionais. O aumento do capex deveu-se essencialmente ao forte crescimento do ADSL. Os níveis de qualidade de serviço no semestre foram preservados, tendo os indicadores “percentagem de chamadas completadas” e “avarias por 100 acessos” atingido 99,8% e 4,8, respectivamente.

O EBITDA menos Capex no primeiro semestre de 2004 atingiu 369 milhões de euros, representando um decréscimo de 7,9%, face ao primeiro semestre de 2003, e equivalente a 32,9% das receitas.

No final de Junho de 2004, a PT mantinha a posição de liderança no mercado doméstico em termos do total de minutos de tráfego originado, do parque de acessos principais e de acessos ADSL. Esta performance foi conseguida através de uma estratégia bem-sucedida de retenção de clientes, assente na diferenciação e inovação, competitividade da oferta em termos de preços, serviço ao cliente e qualidade de serviço.

O total de acessos da rede fixa (PSTN/RDIS mais ADSL) registou no primeiro semestre de 2004 um aumento líquido de 53 mil, reflectindo o acréscimo de 105 mil novos clientes ADSL. No primeiro semestre de 2004, as desmontagens líquidas de acessos situaram-se em 52 mil, representando uma melhoria significativa face a 63 mil no primeiro semestre de 2003. No final de Junho de 2004, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4 278 mil, dos quais 3 985 mil acessos PSTN/RDIS e 293 mil acessos ADSL Wholesale. As empresas do Grupo PT detinham 260 mil acessos ADSL no final de Junho de 2004.

Em Maio de 2004, a Anacom e a Direcção-Geral de Empresas aprovaram a proposta da PT Comunicações relativa aos preços do serviço fixo de telefone para 2004. Estes preços foram estabelecidos no âmbito da Convenção do Serviço Universal, tendo subjacente um price cap de IPC-2,75%, em termos de variações médias anuais e assumindo um intervalo para a taxa de inflação de 1,5% a 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2004. Os preços entraram em vigor em 1 de Agosto de 2004, com um aumento da assinatura de 2,9% e decréscimos de 20,7% e de 28% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente.

No primeiro semestre de 2004, o ARPU total (voz e dados) aumentou 1,3%, para 34,3 euros. O ARPU de voz (PSTN/RDIS excluindo Internet dial-up) diminuiu 1,4%, para 31,2 euros, enquanto que o ARPU de dados (ADSL e Internet dial-up) aumentou 38,4%, contribuindo com 3,1 euros no primeiro semestre de 2004.

No primeiro semestre de 2004, os preços de interligação diminuíram em média 14,1% na terminação de comunicações e 15,4% na originação e aumentaram 35,8% no trânsito, passando a situar-se em níveis em linha com a média europeia.

O tráfego total diminuiu 8,5% no primeiro semestre de 2004, em resultado dos decréscimos de 7,2% no tráfego de retalho e de 9,5% no tráfego de wholesale, determinado essencialmente pela queda de 34,5% no tráfego Internet, em grande parte devido à forte expansão do ADSL. Nos termos do acordo assinado com a Deco, a PT ofereceu aos seus clientes o tráfego fixo-fixo durante os treze domingos do período de 21 de Março a 13 de Junho de 2004. Esta promoção resultou num aumento significativo da utilização da rede neste período. Ajustando para o efeito desta campanha, a evolução do tráfego fixo-fixo doméstico no segundo trimestre de 2004 estaria em linha com a do primeiro trimestre de 2004. A utilização da rede em termos de tráfego originado, medido em minutos por acesso por dia, situou-se em 9,1 minutos no primeiro semestre de 2004, face a 10,3 minutos no primeiro semestre de 2003.

No segmento empresarial, a venda de capacidade Internet a clientes empresariais aumentou 167,3% no primeiro semestre de 2004, face a igual período do ano anterior, devido essencialmente à expansão da oferta ADSL. No primeiro semestre de 2004, o número total de acessos de comunicação de dados diminuiu 0,9%. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 48,4% no primeiro semestre de 2004 e a capacidade digital atingiu 95,5% da total da capacidade dos circuitos alugados, um aumento de 3,1pp face ao primeiro semestre de 2003.

► TMN

A TMN tinha 4 872 mil clientes activos no final de Junho de 2004, um aumento de 8,1% face a igual período do ano anterior. A TMN registou um total de 15 mil desligamentos líquidos no primeiro semestre de 2004, dado ter considerado como churn 66 mil clientes inactivos que não fizeram ou receberam chamadas nos últimos três meses. A maior focalização da TMN nos programas de fidelização e retenção de clientes levou a um aumento de 5% no número de clientes com assinatura, que totalizaram 787 mil no final de Junho de 2004. Os clientes pré-pagos representaram assim cerca de 83,8% da base total de clientes. Embora a taxa de churn tenha aumentado de 24,1% no primeiro semestre de 2003 para 24,4% no primeiro semestre de 2004, o churn para a concorrência situou-se apenas em 4,2%, de acordo com um estudo da Qmetrics.

No primeiro semestre de 2004, a TMN beneficiou do aumento significativo de visitantes em Portugal durante o Campeonato Europeu de Futebol (Euro 2004). A TMN registou assim um elevado número de roamers durante o período do Euro 2004, que no total efectuaram 2,6 milhões de chamadas e enviaram 6,1 milhões de mensagens. A TMN beneficiou ainda do facto de Portugal ter organizado o Euro 2004, tendo lançado novos serviços, tais como o guia de viagens, o armazenamento de conteúdos e um alerta de voz de notícias.

As receitas de dados representaram 9,3% das receitas de serviço no primeiro semestre de 2004, uma melhoria de 1pp face a igual período do ano anterior. O número de mensagens (SMS) no primeiro semestre de 2004 aumentou 11,5%, para 731 milhões, representando cerca de 53 mensagens por mês por utilizador activo de SMS. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representou 47,6% da base total de clientes.

O i9 tem tido uma boa aceitação, alcançando mais de 75 mil utilizadores no final de Junho de 2004. Os jogos, toques e sons, desporto, destaques e vídeo constituem os conteúdos e serviços mais utilizados diariamente. O número de terminais activos MMS ascendia a 125 mil no final de Junho de 2004. O número de terminais GPRS atingiu os 916 mil.

Em Abril de 2004, a TMN tornou-se o primeiro operador móvel a lançar o UMTS em Portugal, oferecendo um serviço que permite efectuar videochamadas. Os terminais de terceira geração (3G) suportados em tecnologia GSM/GPRS e UMTS permitem a utilização de todos os serviços de voz, multimédia e dados já disponibilizados pela TMN. Exclusivamente para o acesso à Internet, a TMN oferece ainda o cartão de acesso 3G. A cobertura dos telemóveis de 3G está a estender-se gradualmente a todo o território nacional, tendo-se centrado numa fase inicial em Lisboa e no Porto.

No primeiro semestre de 2004, a utilização média mensal (“MOU”) registou uma ligeira descida de 0,6% face ao primeiro semestre de 2003. Contudo, no segundo trimestre de 2004, o MOU registou um aumento de 4,9% face ao primeiro trimestre de 2004, reflectindo essencialmente o impacto positivo do Euro 2004 em Junho.

O ARPU no primeiro semestre de 2004 diminuiu 3,5%, para 23,8 euros, em resultado da redução dos preços de interligação e das promoções de tráfego, tendo em vista o aumento da utilização. O customer bill permaneceu praticamente inalterado nos 17,7 euros no primeiro semestre de 2004, devido ao efeito dilutivo dos novos clientes pré-pagos. A interligação registou no primeiro semestre de 2004 uma diminuição de 11,1% face a igual período do ano anterior, em resultado das várias reduções dos preços de interligação nas comunicações fixo-móvel registadas nos últimos trimestres.

O CCPU diminuiu 12,3%, para 10,8 euros, no primeiro semestre de 2004. A TMN tem vindo a realizar um esforço a fim de reduzir os custos relacionados com a aquisição e retenção de clientes, nomeadamente em termos de comissões e de subsidiação. O ARPU menos CCPU situou-se em 13 euros no primeiro semestre de 2004, correspondendo a um aumento de 5,5% face ao primeiro semestre de 2003.

Os proveitos operacionais da TMN no primeiro semestre de 2004 totalizaram 755 milhões de euros, um aumento de 5,5% face ao primeiro semestre de 2003, reflectindo essencialmente o aumento da base de clientes. As receitas de serviço registaram um aumento de 6,2%, para 702 milhões de euros, com um aumento de 9,4% das receitas de billing, que mais do que compensou a descida dos preços de interligação. As receitas de vendas de equipamentos diminuíram 2,4%, para 53 milhões de euros.

No primeiro semestre de 2004, o EBITDA atingiu 359 milhões de euros, um aumento de 13,9% face ao primeiro semestre de 2003, resultante do crescimento das receitas e do controlo de custos. Consequentemente, a margem EBITDA registou uma melhoria de 3,5pp, para 47,6%, no primeiro semestre de 2004. Os custos operacionais, excluindo as amortizações, registaram uma diminuição de 1% face ao primeiro semestre de 2003, devido essencialmente à descida dos custos de aquisição por subscritor.

No primeiro semestre de 2004, o capex reduziu-se em 45,8%, para 39 milhões de euros, equivalente a 5,2% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direccionado para a expansão da capacidade e da cobertura da rede, para a melhoria da qualidade de serviço e para investimentos em UMTS (aproximadamente 25% do capex). O EBITDA menos Capex aumentou 31,4%, para 320 milhões de euros no primeiro semestre de 2004.

No final de Junho de 2004, a TMN tinha 1 112 colaboradores, que corresponde a um rácio de 4 381 clientes por trabalhador, o que representou uma melhoria de 8,8% face a igual período do ano anterior.

► Vivo

A Vivo detinha cerca de 23 514 mil clientes activos no final de Junho de 2004, um aumento de 34,2% face a igual período do ano anterior. A Vivo acrescentou 2 858 mil novos clientes no primeiro semestre de 2004, consolidando a sua posição de liderança no mercado. Apesar da concorrência agressiva protagonizada pela TIM e pela Claro, a quota de mercado média nas regiões onde a Vivo opera situou-se em 55% no final de Junho de 2004. A Vivo continua a ser o líder incontestado do mercado móvel no Brasil, com uma quota global de 44%, mais de duas vezes superior ao segundo operador.

O crescimento dos clientes móveis no mercado brasileiro provém essencialmente dos clientes pré-pagos, os quais representavam 79,3% da base total de clientes da Vivo no final de Junho de 2004 (77,9% em Março de 2004 e 73,3% em Junho de 2003). Contudo, a Vivo continua a apostar no segmento pós-pago, especialmente no segmento empresarial. No primeiro semestre de 2004, o número de clientes empresariais registou um aumento de 28% face a igual período do ano anterior.

No primeiro semestre de 2004, o MOU total registou uma redução de 7,6% face a igual período do ano anterior, situando-se em 91,7 minutos, devido à evolução negativa do tráfego de entrada, em resultado do aumento do peso das comunicações móvel-móvel e do bloqueio das comunicações fixo-móvel pelos operadores fixos.

O número de mensagens por utilizador aumentou 125% no primeiro semestre de 2004 e os clientes activos que utilizavam o serviço SMS correspondiam a 78% da base total de clientes da Vivo. As receitas de dados representaram 4,1% das receitas de serviço no primeiro semestre de 2004, representando uma melhoria para quase o dobro do primeiro semestre de 2003. A Vivo tem continuado a comercializar novos serviços de dados 2,5G baseados na plataforma iXRTT.

O ARPU total da Vivo no primeiro semestre de 2004 foi de 34 reais, uma redução de 14,1% face a igual período do ano anterior. Esta redução deveu-se aos efeitos das regras do SMP, nomeadamente “bill & keep” e perda do tráfego de longa distância, e ao efeito do aumento médio de 30% da base de clientes, especialmente através dos clientes pré-pagos.

Os proveitos operacionais da Vivo, em reais e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, aumentaram 11,6% no primeiro semestre de 2004, para 5 264 milhões de reais, em resultado do forte acréscimo da base de clientes num período de intensa actividade comercial e do aumento da concorrência. No primeiro semestre de 2004, as receitas de vendas de equipamentos aumentaram 42,9% face ao primeiro semestre de 2003, enquanto que as receitas de serviço registaram um acréscimo de 5,7%.

O EBITDA aumentou 4,7% no primeiro semestre de 2004 para 1 914 milhões de reais, equivalente a uma margem EBITDA de 36,4%, menos 2,4pp face a igual período do ano anterior. A descida da margem EBITDA deveu-se essencialmente ao forte incremento da actividade comercial, especialmente no Dia da Mãe e no Dia dos Namorados. Por outro lado, a performance da margem EBITDA no semestre reflecte o elevado nível de adições líquidas, que levou a uma subida dos custos de aquisição totais, apesar do decréscimo do custo de aquisição unitário. A margem EBITDA, excluindo os custos de aquisição, continua a aumentar em resultado das economias de escala e sinergias no Grupo, tendo registado no primeiro semestre de 2004 uma melhoria de 2,1pp face a igual período do ano anterior.

O capex totalizou 503 milhões de reais no primeiro semestre de 2004, equivalente a 9,6% dos proveitos operacionais, em resultado da expansão da capacidade e do progressivo upgrade para 1XRTT. Deste modo, o EBITDA menos Capex no primeiro semestre de 2004 diminuiu 8,1%, para 1 411 milhões de reais.

Em termos de contribuição da Vivo para os resultados do Grupo PT em euros, os proveitos operacionais ascenderam a 722 milhões de euros, um aumento de 22,7% face ao primeiro semestre de 2003. No primeiro semestre de 2004, o EBITDA subiu 15,6%, para 263 milhões de euros, tendo o EBITDA menos Capex subido 4,3%, para 194 milhões de euros. A Vivo representou no primeiro semestre de 2004, 24,7% dos proveitos operacionais da PT, 22,5% do EBITDA e 21,1% do EBITDA menos Capex.

PT Multimedia

As receitas de exploração da PT Multimedia no primeiro semestre de 2004 aumentaram 10,4% face a igual período de 2003, para 360 milhões de euros, devido essencialmente ao crescimento de 15,5% das receitas do segmento de TV por subscrição e Internet por cabo e de 12,1% das receitas de Media.

O EBITDA no primeiro semestre de 2004 aumentou 60,4%, para 91 milhões de euros, com a margem EBITDA a registar uma melhoria de 7,9pp, para 25,3%, em resultado do forte crescimento dos clientes de TV por subscrição e de banda larga, do aumento do ARPU e de menores custos, nomeadamente ao nível da programação.

No primeiro semestre de 2004, o capex da PT Multimedia aumentou 3%, para 26 milhões de euros, equivalente a 7,3% dos proveitos operacionais, um decréscimo de 0,5pp face ao primeiro semestre de 2003. O EBITDA menos Capex aumentou de 31 milhões de euros no primeiro semestre de 2003 para 65 milhões de euros no primeiro semestre de 2004.

TV por subscrição e Internet por cabo • TV Cabo

A expansão da rede de cabo encontra-se praticamente concluída, com 2 514 mil casas passadas no final de Junho de 2004, das quais 90,8% dispõem de capacidade para Internet de banda larga. Aproximadamente 45 mil novos clientes (65% dos quais clientes cabo) foram adicionados no primeiro semestre de 2004, atingindo-se 1 487 mil clientes de TV por subscrição no final de Junho de 2004 (1 123 mil por cabo e 364 mil por satélite), equivalente a um aumento de 8,6% face a igual período do ano anterior.

O número de subscrições dos serviços premium aumentou 15,5% no primeiro semestre de 2004, para 876 mil, correspondendo a um rácio pay-to-basic de 58,9%, em comparação com 55,4% no primeiro semestre de 2003. No primeiro semestre de 2004, o número de assinantes da Sport TV aumentou 8,8%, face a igual período do ano anterior, para 444 mil.

O número de clientes Netcabo continuou a aumentar significativamente no primeiro semestre de 2004, registando um aumento de 49,7%, para 269 mil. Aproximadamente 39 mil novos clientes Netcabo foram adicionados no primeiro semestre de 2004. A taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes de televisão por subscrição situou-se em 23,9% no final de Junho de 2004, face a 17,1% no mesmo período do ano anterior.

O ARPU total da TV Cabo no primeiro semestre de 2004 foi de 25 euros, o que representa um aumento de 6,8% face ao primeiro semestre de 2003. Na primeira metade de 2004, o ARPU da TV por subscrição atingiu 20,6 euros, um acréscimo de 4% face ao primeiro semestre do ano anterior. O ARPU da Internet de banda larga foi de 25,8 euros no primeiro semestre de 2004, correspondendo a um decréscimo de 13,9% face a igual período do ano anterior, em resultado do aumento significativo da base de clientes e da concorrência.

No primeiro semestre de 2004, os proveitos operacionais registaram um acréscimo de 15,6%, face a igual período do ano anterior, para 240 milhões de euros, em resultado do aumento das receitas de TV por subscrição, de Internet por cabo e de publicidade. O EBITDA situou-se em 85 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, correspondendo a um aumento de 59,8% face a igual período do ano anterior e a uma margem EBITDA de 35,3%, equivalente a uma melhoria de 9,8pp face ao primeiro semestre de 2003. Esta performance da margem foi conseguida não só pelo forte crescimento das receitas, mas também pelo efectivo controlo de custos, com particular ênfase na renegociação dos contratos de conteúdos e na redução de pessoal.

O capex no primeiro semestre de 2004 registou um crescimento de 0,5% face a igual período do ano anterior, para 21 milhões de euros, equivalente a 8,9% dos proveitos operacionais. A estabilização do capex deveu-se essencialmente ao facto de a maior parte dos investimentos de expansão e conversão para a bidireccionalidade da rede de cabo estarem praticamente concluídos e à redução do preço do equipamento terminal. O EBITDA menos Capex no primeiro semestre de 2004 ascendeu a 64 milhões de euros, em comparação com 32 milhões de euros no primeiro semestre de 2003.

Audiovisuais • Lusomundo Audiovisuais

Os proveitos operacionais do negócio audiovisual situaram-se em 44 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, um decréscimo de 11% face a igual período do ano anterior, que resultou essencialmente do termo do contrato de distribuição de produtos da Sony. O EBITDA do negócio audiovisual foi de 5 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, um crescimento de 10,1% face a igual período de 2003, beneficiando de um programa de redução de custos. O capex no primeiro semestre de 2004 decresceu 59,9%, para 1 milhão de euros. O EBITDA menos Capex na primeira metade de 2004 totalizou 4 milhões de euros.

Media • Lusomundo Media

A Lusomundo Media apresentou proveitos operacionais de 81 milhões de euros no primeiro semestre de 2004, um acréscimo de 12,2% face ao primeiro semestre de 2003, em resultado do aumento das receitas de publicidade (+14,8%), da circulação de jornais (+6,8%) e das receitas de venda de produtos promocionais (+10,8%). O crescimento das receitas de publicidade está relacionado com a melhoria do mercado publicitário, mas também com o aumento do investimento direccionado aos eventos Rock in Rio Lisboa e Euro 2004. O EBITDA da Lusomundo Media aumentou 130,5%, para 5 milhões de euros, no primeiro semestre de 2004, com a margem EBITDA a melhorar 3,4pp, para 6,7%. O capex no primeiro semestre de 2004 ascendeu a 4 milhões de euros. No primeiro semestre de 2004, o EBITDA menos Capex aumentou 80,1%, face a igual período do ano anterior, para 2 milhões de euros.

▶ Eventos Subsequentes

Anúncio da intenção da Brasilcel lançar ofertas públicas voluntárias de aquisição sobre a TSD, TBE, CRT e TCO • 25 de Agosto de 2004

A Brasilcel, a joint-venture controlada em partes iguais pela Portugal Telecom e pela Telefónica Móviles para os negócios móveis no Brasil, operando sobre a marca Vivo, anunciou que tenciona lançar, directa, e indirectamente através da sua subsidiária Telesp Celular Participações (“TCP”), ofertas públicas voluntárias de aquisição em dinheiro sobre:

Tele Sudeste Celular Participações: até ao montante máximo de aproximadamente 7 332 milhões de acções ordinárias (“ON”) ao preço de 6,35 reais por mil acções e de 12 700 milhões de acções preferenciais (“PN”) ao preço de 7,80 reais por mil acções.

Tele Leste Celular Participações: até ao montante máximo de aproximadamente 16 723 milhões de acções ON ao preço de 0,90 reais por mil acções e de 92 499 milhões de acções PN ao preço de 1,10 reais por mil acções.

Celular CRT Participações: até ao montante máximo de aproximadamente 61 milhões de acções ON ao preço de 575,31 reais por mil acções e de 442 milhões de acções PN ao preço de 718,69 reais por mil acções.

Simultaneamente, a TCP tenciona lançar uma oferta pública voluntária de aquisição em dinheiro sobre um montante máximo de aproximadamente 84 253 milhões de acções PN da TCO ao preço de 10,70 reais por mil acções.

Os preços destas ofertas correspondem a um prémio de 20% sobre os respectivos preços médios ponderados de cada uma das classes de acções dos últimos trinta dias de transacção antes do anúncio das ofertas.

Com estas ofertas, a Portugal Telecom e a Telefónica Móviles afirmam e reforçam o seu compromisso com o mercado móvel brasileiro e com a Vivo, e a Brasilcel aumenta a participação nas suas subsidiárias. Adicionalmente, estas operações permitirão remunerar os accionistas minoritários que aceitem estas ofertas através de um prémio sobre o preço de mercado.

A Portugal Telecom e a Telefónica Móviles pretendem financiar, em partes iguais, a Brasilcel para a execução destas ofertas. Por outro lado, a TCP tenciona financiar a sua oferta com dívida e, tendo em conta o resultado da oferta, entre outros factores, irá avaliar a necessidade de um eventual aumento de capital, caso considere recomendável reduzir o seu nível de endividamento.

As ofertas deverão ter início na primeira semana de Setembro e decorrerão num período de pelo menos trinta dias após a publicação de toda a documentação formal. Espera-se que estas operações estejam concluídas em meados de Outubro.

Perspectivas para o **Segundo Semestre**

Os sinais de recuperação que se começam a manifestar nas economias portuguesa e europeia, conjugados com os resultados obtidos no primeiro semestre e a informação operacional mais recente, permitem-nos encarar com algum optimismo as perspectivas para o segundo semestre de 2004.

A PT tem uma estrutura financeira extremamente sólida, uma posição de forte liderança no mercado doméstico e no mercado móvel brasileiro, um bom desempenho operacional na generalidade dos negócios, e uma forte capacidade de geração de cash flow. A PT alia a uma carteira diversificada e completa de serviços no mercado doméstico as potencialidades de crescimento futuro no mercado brasileiro.

A PT deverá prosseguir uma estratégia de maximização do cash flow e fortalecimento da sua estrutura financeira, através de uma sólida execução em todas as áreas de negócio, promovendo a produtividade e eficiência a todos os níveis, melhorando a rendibilidade, e, de uma forma progressiva e sustentada, aumentando a remuneração dos accionistas.

No negócio de Rede fixa, em resultado das alterações na envolvente macroeconómica, das acções de estímulo ao consumo que vão sendo desenvolvidas, e do forte crescimento esperado no acesso à Internet em banda larga através do ADSL, perspectiva-se uma menor redução das receitas. O enfoque na racionalização de custos de exploração e investimento, e o impacto de futuras reduções de trabalhadores, irão permitir a continuação de uma forte geração de cash flow nesta área de negócio.

Na TMN, a recuperação económica deverá resultar numa melhoria nos níveis de utilização e de receita por cliente, ajudando a compensar a forte pressão sentida em termos da descida dos preços de interligação. A focalização da PT nesta área de negócio continuará a ser no sentido de manter

a liderança destacada no mercado, através da fidelização dos clientes com o lançamento de novos serviços e produtos inovadores. O lançamento dos serviços de terceira geração (UMTS) em Abril último abrirá novas perspectivas de crescimento do negócio móvel a médio prazo. O prosseguimento de uma gestão rigorosa dos custos permitirá uma melhoria progressiva das margens.

No Brasil, a rentabilização dos investimentos realizados passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Vivo, tirando partido das economias de escala e das sinergias decorrentes da dimensão e liderança destacada no mercado. O contributo da Vivo para o potencial de crescimento futuro da PT é muito significativo.

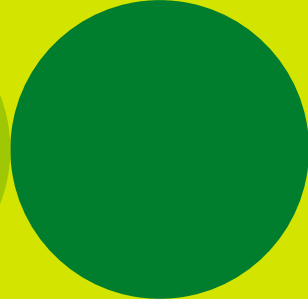
Na PT Multimedia estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente tirando partido da infra-estrutura instalada e da forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos premium e do acesso à Internet em banda larga, tal como continuar a racionalizar a estrutura de custos, acções que já se reflectiram na performance deste semestre, mas que se irão aprofundar no futuro.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela manutenção dos sólidos indicadores financeiros actuais. A solidez financeira da PT é uma clara vantagem competitiva no contexto do sector.

A criação e distribuição de mais valor aos accionistas será a nossa prioridade, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas.

Lisboa, 2 de Setembro de 2004

O Conselho de Administração



Demonstrações Financeiras Consolidadas

58	Balanços Consolidados
60	Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas
61	Demonstrações Consolidadas de Resultados por Funções
62	Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
63	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

em 30 de Junho de 2004 e 2003 e em 31 de Dezembro de 2003

[montantes expressos em euros, excepto quando indicado]

				30 Jun	30 Jun	31 Dez
ACTIVO		Activo	Amortizações	2004	2003	2003
	Notas	bruto	e provisões	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO						
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	27	88 651 798	(79 239 852)	9 411 946	8 773 994	9 707 061
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	82 327 880	(49 010 316)	33 317 564	25 649 089	27 072 869
Propriedade industrial e outros direitos	27	1 863 577 769	(283 578 225)	1 579 999 544	627 188 927	1 668 375 920
Outras imobilizações incorpóreas	27	10 090 384	(4 543 857)	5 546 527	8 958 286	8 450 334
Imobilizações em curso	27	22 315 082	—	22 315 082	145 923 164	152 356 963
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	—	—	—	1 555 539	—
Diferenças de consolidação	10 e 27	1 544 959 115	(228 016 286)	1 316 942 829	2 545 868 026	1 284 159 238
		3 611 922 028	(644 388 536)	2 967 533 492	3 363 917 025	3 150 122 385
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	102 316 751	(13 203 045)	89 113 706	83 836 270	82 191 114
Edifícios e outras construções	27 e 42	986 142 098	(543 314 549)	442 827 549	422 240 865	408 149 000
Equipamento básico	27 e 42	9 895 114 001	(6 803 929 144)	3 091 184 857	3 510 145 505	3 333 157 034
Equipamento de transporte	27 e 42	55 519 898	(38 559 595)	16 960 303	14 843 165	17 877 467
Ferramentas e utensílios	27 e 42	18 648 779	(16 566 195)	2 082 584	2 183 242	2 172 714
Equipamento administrativo	27 e 42	809 003 217	(666 269 578)	142 733 639	216 971 662	200 840 762
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	66 854 642	(52 858 286)	13 996 356	14 498 973	13 025 061
Imobilizações em curso	27 e 42	234 999 243	—	234 999 243	183 908 078	209 991 608
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	278 053	—	278 053	1 167 559	553 278
		12 168 876 682	(8 134 700 392)	4 034 176 290	4 449 795 319	4 267 958 038
Investimentos financeiros						
Partes de capital em empresas do grupo	27	40 470 762	(3 716 555)	36 754 207	50 924 901	49 389 741
Partes de capital em empresas associadas	27	107 625 066	(15 610 266)	92 014 800	92 088 564	88 271 744
Empréstimos a empresas associadas	27	260 615 854	(43 348 938)	217 266 916	122 228 678	203 998 712
Partes de capital em outras empresas	27	92 355 146	(3 200 912)	89 154 234	141 886 475	84 612 864
Empréstimos a outras empresas	27	4 550 405	(3 292 066)	1 258 339	10 159 413	1 088 200
Títulos e outras aplicações financeiras	27	31 266 755	(12 476 516)	18 790 239	17 765 779	19 029 611
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		6 559 771	—	6 559 771	22 674 410	1 688 320
		543 443 759	(81 645 253)	461 798 506	457 728 220	448 079 192
REALIZAVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO						
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo						
Clientes, conta corrente		749 922	—	749 922	23 993 080	827 046
Clientes de cobrança duvidosa		—	—	—	349 223	—
Outros devedores	51	77 836 776	(3 527 351)	74 309 425	36 062 784	44 870 272
	46	78 586 698	(3 527 351)	75 059 347	60 405 087	45 697 318
CIRCULANTE						
Existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		19 816 211	(985 947)	18 830 264	22 220 924	14 575 075
Produtos e trabalhos em curso		10 075 203	—	10 075 203	6 592 742	5 951 195
Mercadorias		158 686 099	(28 677 318)	130 008 781	103 104 666	82 002 624
Adiantamentos por conta de compras		75 162	—	75 162	581 341	356 088
	46	188 652 675	(29 663 265)	158 989 410	132 499 673	102 884 982
Dívidas de terceiros – curto prazo						
Clientes, conta corrente		987 337 604	(100 571 139)	886 766 465	939 190 566	953 608 046
Clientes, títulos a receber		85 430	—	85 430	131 076	211 130
Clientes de cobrança duvidosa		297 921 086	(289 849 404)	8 071 682	13 524 988	6 217 137
Empresas associadas		26 560 490	—	26 560 490	35 432 962	33 901 752
Empresas participantes e participadas		8 892	—	8 892	9 052	8 797
Outros accionistas		—	—	—	1 658	—
Adiantamentos a fornecedores		23 742 738	—	23 742 738	18 901 411	19 141 681
Estado e outros entes públicos	50	91 014 056	—	91 014 056	267 721 641	72 499 347
Outros devedores	51	196 611 379	(14 469 298)	182 142 081	211 695 710	196 624 827
	46	1 623 281 675	(404 889 841)	1 218 391 834	1 486 609 064	1 282 212 717
Títulos negociáveis						
Outros títulos negociáveis		735 923 660	(19 066)	735 904 594	613 038 375	734 526 838
Outras aplicações de tesouraria		1 063 237 129	—	1 063 237 129	1 062 507 941	1 537 661 222
	46 e 52	1 799 160 789	(19 066)	1 799 141 723	1 675 546 316	2 272 188 060
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos bancários		484 694 304	—	484 694 304	116 073 619	230 853 653
Caixa		13 730 090	—	13 730 090	25 575 167	28 049 854
		498 424 394	—	498 424 394	141 648 786	258 903 507
Acréscimos e diferimentos						
Acréscimos de proveitos	53	254 777 037	—	254 777 037	215 397 270	235 196 009
Custos diferidos	53	159 157 597	—	159 157 597	174 026 154	162 960 238
Impostos diferidos	57	1 245 651 951	—	1 245 651 951	1 654 080 548	1 331 612 814
		1 659 586 585	—	1 659 586 585	2 043 503 972	1 729 769 061
Total de amortizações						
			(8 791 505 257)			
Total de provisões						
		(507 328 447)				
Total do activo						
		22 171 935 285	(9 298 833 704)	12 873 101 581	13 811 653 462	13 557 815 260

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2004.

em 30 de Junho de 2004 e 2003 e em 31 de Dezembro de 2003

[montantes expressos em euros, excepto quando indicado]

		30 Jun	30 Jun	31 Dez
	Notas	2004	2003	2003
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	54	1 254 285 000	1 254 285 000	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	54	(54 225 108)	–	(28 644 509)
Acções próprias – descontos e prémios	54	(379 867 639)	–	(181 395 553)
Prémios de emissão de acções	54	91 704 891	91 704 891	91 704 891
Reservas				
Reserva legal	54	154 225 075	144 184 287	144 184 287
Outras reservas	54	1 091 439 729	1 862 106 048	1 853 869 232
Ajustamentos de conversão cambial	54	(2 322 410 804)	(2 022 246 861)	(2 261 577 622)
Resultados transitados	54	2 552 890 383	1 828 165 898	1 828 165 898
		2 388 041 527	3 158 199 263	2 700 591 624
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	54	322 520 807	143 494 098	240 235 301
		2 710 562 334	3 301 693 361	2 940 826 925
INTERESSES MINORITÁRIOS				
	55	621 921 065	684 779 317	643 967 968
PASSIVO				
Provisões para outros riscos e encargos				
Provisões para benefícios de reforma	46	1 201 338 936	1 246 227 646	1 256 038 995
Provisões para impostos	46	45 336 275	20 609 345	43 451 561
Outras provisões para riscos e encargos	46	360 608 753	387 275 596	317 928 105
		1 607 283 964	1 654 112 587	1 617 418 661
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo				
Empréstimos por obrigações				
Convertíveis	34	440 335 000	550 000 000	440 335 000
Não convertíveis	34	2 066 069 399	2 724 699 474	2 669 141 209
Dívidas a instituições de crédito	34	1 434 460 707	1 317 492 910	1 363 593 871
Outros empréstimos obtidos	34	65 867 566	128 992 669	82 543 923
Empresas associadas		6 812 600	1 718 686	1 664 103
Fornecedores de imobilizado	47	18 566 033	14 182 030	19 154 800
Outros credores	51	32 050 923	25 541 801	43 932 581
		4 064 162 228	4 762 627 570	4 620 365 487
Dívidas a terceiros – curto prazo				
Empréstimos por obrigações				
Convertíveis	34	–	450 485 000	450 485 000
Não convertíveis	34	724 699 474	–	124 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	277 913 593	433 448 726	293 830 302
Outros empréstimos obtidos	34	395 561 217	187 363 127	322 063 948
Fornecedores, conta corrente		433 550 825	370 852 042	483 329 420
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		171 341 861	197 636 845	290 993 015
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		119 330 921	94 878 969	134 737 534
Fornecedores, títulos a pagar		626 179	17 265	726 021
Empresas associadas		13 612 338	14 032 721	11 470 569
Adiantamentos de clientes		7 022 273	1 425 810	2 746 751
Outros accionistas		24 381 176	15 041 066	7 007 560
Estado e outros entes públicos	50	101 450 060	104 367 831	102 925 601
Adiantamentos por conta de vendas		5 164 693	2 864 809	1 665 610
Outros credores	51	459 407 962	316 969 273	293 201 876
		2 734 062 572	2 189 383 484	2 519 882 681
Acréscimos e diferimentos				
Acréscimos de custos	53	586 640 934	500 067 944	598 479 747
Proveitos diferidos	53	230 522 254	317 741 871	283 348 211
Impostos diferidos	57	317 946 230	401 247 328	333 525 580
		1 135 109 418	1 219 057 143	1 215 353 538
Total do passivo		9 540 618 182	9 825 180 784	9 973 020 367
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo		12 873 101 581	13 811 653 462	13 557 815 260

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003

valores expressos em euros

	Notas	2004	2003
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Mercadorias		258 163 104	205 466 414
Matérias		<u>34 412 340</u>	<u>31 547 854</u>
Fornecimentos e serviços externos		292 575 444	237 014 268
Custos com o pessoal		971 226 612	926 627 451
Remunerações			
Encargos sociais		294 213 765	288 680 160
Benefícios de reforma			
Outros	58 e 59	95 569 931	110 125 510
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	63 740 094	60 697 348
Provisões	46	470 333 682	468 432 970
Impostos		<u>69 074 806</u>	<u>48 388 809</u>
Outros custos e perdas operacionais		<u>58 399 111</u>	<u>45 356 956</u>
(A)		<u>8 738 611</u>	<u>53 637 779</u>
		2 323 872 056	2 193 604 295
Custos e perdas financeiros			
Perdas relativas a empresas associadas	44	16 228 317	23 350 371
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	44	47 071 220	52 929 930
Outros juros e custos similares	44	<u>303 694 065</u>	<u>338 784 670</u>
(C)		<u>366 993 602</u>	<u>415 064 971</u>
		2 690 865 658	2 608 669 266
Custos e perdas extraordinários	45	<u>55 735 295</u>	<u>388 915 117</u>
(E)		<u>2 746 600 953</u>	<u>2 997 584 383</u>
Imposto sobre o rendimento	57	170 072 743	80 072 284
Interesses minoritários	55	<u>49 117 731</u>	<u>35 244 349</u>
(G)		<u>2 965 791 427</u>	<u>3 112 901 016</u>
Resultado consolidado líquido do semestre		<u>322 520 807</u>	<u>143 494 098</u>
		3 288 312 234	3 256 395 114
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas de mercadorias e produtos	36	273 470 236	232 210 934
Prestações de serviços	36	<u>2 647 431 946</u>	<u>2 488 138 962</u>
Variação da produção		3 533 063	26 736
Trabalhos para a própria empresa	56	35 525 293	26 922 936
Proveitos suplementares		36 370 845	32 036 461
Subsídios à exploração		1 128 166	1 519 633
Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>828 921</u>	<u>299 287</u>
(B)		<u>2 998 288 470</u>	<u>2 781 154 949</u>
Proveitos e ganhos financeiros			
Ganhos de participações de capital			
Relativos a empresas associadas	44	21 096 994	10 325 927
Relativos a outras empresas	44	1 474 336	1 222 136
Outros juros e proveitos similares	44	<u>201 334 382</u>	<u>358 064 413</u>
(D)		<u>223 905 712</u>	<u>369 612 476</u>
		3 222 194 182	3 150 767 425
Proveitos e ganhos extraordinários	45	<u>66 118 052</u>	<u>105 627 689</u>
(F)		<u>3 288 312 234</u>	<u>3 256 395 114</u>
Resultados operacionais:	(B)-(A)	674 416 414	587 550 654
Resultados financeiros:	(D)-(B)-(C)-(A)	(143 087 890)	(45 452 495)
Resultados correntes:	(D)-(C)	531 328 524	542 098 159
Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)	541 711 281	258 810 731
Resultado consolidado líquido do semestre:	(F)-(G)	322 520 807	143 494 098

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2004.

para os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003

valores expressos em euros

	Notas	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	63 a)	2 920 975 393	2 725 008 660
Custos das vendas e das prestações de serviços		(1 713 389 966)	(1 621 275 848)
Resultados brutos		1 207 585 427	1 103 732 812
Outros proveitos e ganhos operacionais	63 b)	51 879 033	38 620 949
Custos de distribuição		(140 726 923)	(137 179 805)
Custos administrativos		(233 279 332)	(260 623 213)
Outros custos e perdas operacionais	63 c)	(201 038 861)	(163 286 694)
Resultados operacionais		684 419 344	581 264 049
Custo líquido de financiamento	63 e)	(101 198 794)	21 668 390
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	63 f)	(38 811 841)	(64 208 325)
Ganhos (perdas) em outros investimentos		(165 719)	(169 131)
Resultados não usuais ou não frequentes	63 g)	(3 259 691)	(278 681 577)
Resultados correntes		540 983 299	259 873 406
Impostos sobre os resultados correntes	63 h)	(169 344 761)	(81 134 959)
Interesses minoritários		(49 117 731)	(35 244 349)
Resultado consolidado líquido do semestre		322 520 807	143 494 098

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o semestre findo em 30 de Junho de 2004.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

para os semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003

valores expressos em euros

	Notas	2004	2003
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3 360 053 512	3 112 704 017
Pagamentos a fornecedores		(1 660 213 135)	(1 583 601 010)
Pagamentos ao pessoal		(425 057 387)	(372 189 601)
Fluxos gerados pelas operações		1 274 782 990	1 156 913 406
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(34 757 030)	(33 356 096)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(45 226 227)	(225 707 889)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		1 194 799 733	897 849 421
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		749 877	5 305 464
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	64 a)	(70 546 846)	(109 235 407)
Fluxos das actividades operacionais (1)		1 125 002 764	793 919 478
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Investimentos financeiros	64 b)	11 174 087	529 884
Imobilizações corpóreas		5 980 905	113 336 077
Imobilizações incorpóreas		77 215	—
Subsídios de investimento		2 791 062	35 277
Juros e proveitos similares		136 918 057	155 712 501
Dividendos	64 c)	10 128 324	17 906 477
Outros recebimentos de actividades de investimento		488 657	79 825 503
		167 558 307	367 345 719
Pagamentos respeitantes a			
Investimentos financeiros	64 d)	(56 069 013)	(170 290 082)
Imobilizações corpóreas		(294 041 437)	(301 734 270)
Imobilizações incorpóreas		(6 155 306)	(41 805 136)
Adiantamentos a empresas participadas		(50 000)	(21 262 704)
Outros investimentos		(32 807 704)	(313 042)
		(389 123 460)	(535 405 234)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(221 565 153)	(168 059 515)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de			
Empréstimos obtidos	64 e)	8 163 312 666	3 986 043 731
Aumentos de capital e prémios de emissão		215 071	—
Venda de acções próprias		—	38 973 796
Subsídios		212 432	297 257
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento		10 178 705	47 008 883
		8 173 918 874	4 072 323 667
Pagamentos respeitantes a			
Empréstimos obtidos	64 f)	(8 469 475 094)	(4 585 668 828)
Amortizações de contratos de locação financeira		(5 012 701)	(2 767 465)
Juros e custos similares		(316 425 726)	(377 027 439)
Dividendos / distribuição de resultados	64 g)	(278 550 715)	(218 357 220)
Aquisição de acções próprias	64 h)	(238 451 159)	(34 052 019)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento		(3 127 461)	(191 597)
		(9 311 042 856)	(5 218 064 568)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1 137 123 982)	(1 145 740 901)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(233 686 371)	(519 880 938)
Efeito das diferenças de câmbio		7 169 201	30 880 521
Caixa e seus equivalentes no início do período	64 i)	2 516 047 235	2 297 770 926
Caixa e seus equivalentes no fim do período	64 i)	2 289 530 065	1 808 770 509

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2004.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6), que integram o universo empresarial da Portugal Telecom (“Grupo”), operam essencialmente nos sectores de telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei nº 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S.A. (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, S.A. (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados; em 30 de Junho de 2004 o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,3% do capital social da Portugal Telecom e 500 acções da categoria A, as quais lhe conferem direitos especiais, conforme descrito na Nota 54.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

a) Actividade

O Grupo opera no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de 20 de Março de 1995, o qual foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, decorrente do facto da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados, é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. (“Telepac”), empresa detida pela PT.COM – Comunicações Interactivas, S.A. (“PT.COM”, anteriormente denominada PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A.). A PT.COM concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), através do sistema global de comunicações móveis (“GSM”) e do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000.

A PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (“PT Multimedia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo Portugal”), a PT Multimedia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal.

A PT Multimedia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de DVDs e jogos de vídeo, a distribuição de filmes, a exploração de salas de cinemas e a edição e distribuição de jornais de grande circulação.

No Brasil, o Grupo presta serviços de telecomunicações móveis através da sua participação na Brasilcel N.V. (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, S.A. – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, S.A.) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Vivo desenvolve a sua actividade nos Estados Brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular, S.A.), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom, S.A.), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular, S.A.), Espírito Santo (por intermédio da Telest Celular, S.A.), Bahia (por intermédio da Telebahia Celular, S.A.), Sergipe (por intermédio da Telegirpe Celular, S.A.), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT, S.A.), e outros onze Estados nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil (por intermédio da Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. e suas subsidiárias –“TCO”). Em 30 de Junho de 2004, a Brasilcel abrange cerca de 23,5 milhões de clientes, sendo líder como operador de telefonia móvel na América do Sul.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, foram incluídas na consolidação pelo método integral, a Portugal Telecom e todas as suas filiais constantes do Mapa I em anexo [p. 107].

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, bem como os motivos da sua exclusão, são referidas no Mapa II em anexo [p. 110].

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 encontram-se referidas no Mapa III em anexo [p. 112].

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas cujas participações em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação constam do Mapa IV em anexo [p. 113].

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional são as constantes do Mapa V em anexo [p. 114].

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, para além das participações referidas nas notas anteriores, o Grupo detinha directa e indirectamente participações financeiras em outras empresas, as quais constam do Mapa VI em anexo [p. 114].

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o primeiro semestre de 2004, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de aproximadamente 26 685 empregados.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, respeitantes à diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 30 de Junho de 2004, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27), tem a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Brasilcel (Nota Introdutória)	538 982 623	40 584 527	498 398 096
Negócios da Rede Fixa			
PT.COM	173 465 618	15 178 241	158 287 377
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	133 542 589	61 346 127	72 196 462
PT Prime	33 817 393	2 536 304	31 281 089
Outras empresas	1 622 939	1 191 167	431 772
	342 448 539	80 251 839	262 196 700
PT Multimedia			
Negócio de TV por subscrição (a)	221 712 177	28 203 791	193 508 386
Negócios de audiovisuais e cinemas			
Lusomundo Audiovisuais, S.A. ("Lusomundo Audiovisuais")	69 472 042	4 824 447	64 647 595
Lusomundo Cinemas, S.A. ("Lusomundo Cinemas")	40 056 072	2 377 298	37 678 774
Negócio de Media			
Lusomundo Serviços, SGPS, S.A. ("Lusomundo Serviços")	94 478 489	6 561 006	87 917 483
Global Notícias – Publicações, S.A. ("Global Notícias")	32 583 167	18 701 625	13 881 542
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	8 465 045	634 878	7 830 167
Ocasão – Edições Periódicas, S.A.	4 763 278	119 091	4 644 187
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, S.A. ("Rádio Press")	4 020 740	2 190 973	1 829 767
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuição, S.A. ("Vasp")	2 452 949	981 179	1 471 770
Outras empresas	2 779 358	1 349 658	1 429 700
	480 783 317	65 943 946	414 839 371
Outros negócios			
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89 338 064	7 817 081	81 520 983
Unitel, S.A. ("Unitel")	39 327 032	15 293 839	24 033 193
PrimeSys, S.A. ("PrimeSys")	25 859 218	4 848 604	21 010 614
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI")	14 816 593	7 113 992	7 702 601
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	11 845 617	4 777 470	7 068 147
Outras empresas	1 558 112	1 384 988	173 124
	182 744 636	41 235 974	141 508 662
	1 544 959 115	228 016 286	1 316 942 829

(a) O valor bruto de goodwill inclui 22 126 657 euros, resultantes da aquisição de 16,67% do capital da Sport TV à Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. ("RTP") durante o primeiro semestre de 2004 (Nota 14).

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado pelo método das quotas constantes no período de recuperação esperada do investimento, sendo adoptados os seguintes prazos de amortização do goodwill:

Empresa	Prazo de amortização
Empresas participadas da Brasilcel	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT.COM	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Prime	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Multimedia e empresas participadas	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Páginas Amarelas	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Unitel	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
PrimeSys	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
Cabo Verde Telecom	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 30 de Junho de 2004, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de provisões e de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (fair value).

14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, verificaram-se alterações na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação, sendo as mais relevantes as descritas no Mapa VII em anexo.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

- ▶ Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença é registada em imobilizado incorpóreo, na rubrica “Diferenças de consolidação” (goodwill) (Nota 10).
- ▶ De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Outras reservas”. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. No que se refere às empresas associadas com capitais próprios negativos, é registada uma provisão para perdas em investimentos financeiros que corresponde à proporção do Grupo nos capitais próprios negativos dessas empresas.

- ▶ As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizadas durante o período médio estimado de recuperação desses investimentos, ou caso essas empresas detenham licenças ou concessões, são amortizadas durante o respectivo período da licença ou concessão (Nota 10).
- ▶ Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.
- ▶ Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras são registados pelo seu valor nominal nas rubricas “Empréstimos a empresas associadas” e “Empréstimos a outras empresas”.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 30 de Junho de 2004, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

- (a) Em Outubro de 2000, a Médi Télécom, S.A. (“Médi Télécom”) celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de mil milhões de euros. Os empréstimos, que têm uma duração média de 8 anos, destinaram-se a refinarciar a dívida de curto prazo contraída em Agosto de 1999 para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM.

Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Intercontinental, S.A. (32,18% do capital) e Grupo Banque Marocaine du Commerce Extérieur (18,06% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos) se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Em resultado de empréstimos entretanto concedidos pelos accionistas de referência à Médi Télécom, o compromisso está limitado a um máximo acumulado de 118 milhões de euros, em 30 de Junho de 2004

e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 3% em quatro trimestres consecutivos.

(b) O Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia, SGPS, S.A. (“Sportinveste”) celebraram um Acordo Parassocial, pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 30 de Junho de 2004, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste no montante de 24 023 168 euros (Nota 27.b)).

(c) Em 30 de Junho de 2004, o Grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 61 760 mil euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2004, o Grupo tinha apresentado avals, garantias e cartas conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

	valores expressos em euros
Garantias bancárias a favor de tribunais	9 008 677
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela	
PT Comunicações	9 433 000
PT Multimedia	9 027 576
TMN	3 024 000
Outras	1 479 870
	22 964 446
Carta conforto e avals a favor de terceiros	
Sport TV	24 447 110
Mascom Wireless	17 341 399
Warner Lusomundo Espana	14 000 000
Vasp	8 496 489
TV Cabo Macau	8 227 067
Outros	4 244 255
	76 756 320

As garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações e pela PT Multimedia são essencialmente a favor da administração fiscal e da Alta Autoridade para a Comunicação Social, respectivamente, sendo as da PT Comunicações referentes a liquidações adicionais de IRC que foram impugnadas (Nota 57) e as da PT Multimedia referentes à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à Anacom.

As cartas conforto e os avals a favor de terceiros referem-se a garantias prestadas por empresas do Grupo relativas a financiamentos bancários obtidos pelas empresas associadas indicadas.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS” ou “NIC”). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade das operações, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto de investidores internacionais. Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras elaboradas no Reino Unido e nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“versão POC”) e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os itens mais relevantes:

proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e de interesses minoritários:

valores expressos em euros	
Proveitos operacionais (versão POC)	2 998 288 470
Proveitos suplementares ^(a)	(36 370 845)
Trabalhos para a própria empresa ^(a)	(35 525 293)
Variação da produção	(3 533 063)
Subsídios à exploração ^(a)	(1 128 166)
Outros proveitos e ganhos operacionais ^(a)	(828 921)
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(b)	1 008
Proveitos operacionais (versão internacional)	2 920 903 190
Resultado operacional (versão POC)	674 416 414
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais ^(c)	23 735 913
Proveitos e custos extraordinários, acrescidos ou deduzidos aos proveitos operacionais ^(b)	1 008
Resultado operacional (versão internacional)	698 153 335
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão POC)	541 711 281
Excesso de estimativa de impostos (Nota 45) ^(d)	(727 982)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão internacional)	540 983 299

(a) Na versão internacional estes proveitos são deduzidos aos custos operacionais.

(b) Este montante respeita essencialmente a ajustamentos a proveitos registados em exercícios anteriores, que para efeitos da versão internacional são acrescidos aos proveitos operacionais.

(c) Estes valores respeitam a custos e proveitos extraordinários, essencialmente relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e à constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional são acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais.

(d) Estes valores representam proveitos extraordinários na versão POC, enquanto na versão internacional são incluídos na rubrica "Imposto sobre o rendimento".

Princípios de consolidação

As empresas referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de consolidação integral, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica "Interesses minoritários" (Nota 55).

As empresas referidas na Nota 5 foram consolidadas pelo método proporcional, pelo que os seus activos e passivos, proveitos e custos e fluxos de caixa foram integrados nas demonstrações financeiras pela percentagem de capital detido nessas empresas pela Portugal Telecom, directa e indirectamente; igual procedimento foi adoptado para o processo de eliminações das transacções e dos saldos e fluxos de caixa intragrupo.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas incluem basicamente as rubricas de "Propriedade industrial e outros direitos", "Diferenças de consolidação", "Despesas de investigação e desenvolvimento" e "Despesas de instalação". As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua aquisição ou início de utilização, num período que varia entre três e seis anos, com excepção: (i) do valor das licenças de operador de telefonia móvel detidas pelas participadas da Vivo, que está a ser amortizado no período de vida útil estimado, de acordo com taxas determinadas em função das receitas projectadas (Nota 27); (ii) do valor referente à aquisição da propriedade da Rede Básica que está a ser amortizado pelo método das quotas constantes, no período remanescente até final da concessão (2025); e (iii) do valor da licença UMTS e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS que estão a ser amortizados pelo método das quotas constantes, no período remanescente até final da licença (2015).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra), ou de produção, reavaliado com base em coeficientes oficiais de correcção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41). A amortização destes activos é realizada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

Equipamento básico	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Cabos submarinos	15-20
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Outro equipamento básico	4-20
Equipamento de transporte	4- 8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira são registados como leasing financeiro, caso cumpram com os critérios para tal. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do fair value do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros reconhecidos no período em que são devidos.

d) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

A provisão para depreciação de existências inclui o valor das mercadorias sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para as mercadorias cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

e) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

g) Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proventos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e são reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Registo de receitas

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço, sendo os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que por norma não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

Os proveitos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede, ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestações de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestações de serviços	No momento da prestação do serviço
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo; e (iii) aluguer e venda de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer e as receitas da venda de equipamentos são reconhecidas no momento da venda.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais, são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas à vendas de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio (diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados que foram transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações, tem o compromisso de conceder:

A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992	Pensão de reforma
A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP	Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, que tenham sido admitidos directamente por esta empresa, ou pelos CTT após 14 de Maio de 1992, assim como os empregados admitidos directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Adicionalmente, para os empregados oriundos da Marconi (empresa fundida com a PT Comunicações no exercício de 2002), a PT Comunicações tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (“Caixa”), entidade independente, tutelada pelo Ministério da Segurança Social, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após esta data encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social. Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este regime especial de Segurança Social, a PT Comunicações tem constituídos três fundos de pensões autónomos e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

(ii) A Lusomundo, através da sua participada Global Notícias (anteriormente Diário de Notícias e Jornal de Notícias), está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevivência aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iii) A PT Sistemas de Informação, S.A. (“PT SI”) tem também responsabilidades em assegurar as pensões de reforma dos empregados transferidos da PT Comunicações.

A PT Comunicações, a Lusomundo e a PT SI reconhecem os custos com a atribuição de benefícios relacionados com os planos de pensões à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações, a Lusomundo e a PT SI obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com a NIC n.º 19 e com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de apurar o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte. As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados e com os valores das eventuais contribuições a efectuar para os fundos, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos

participantes que ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19, em detrimento da Directriz Contabilística n.º 19 por se considerar a aplicação deste normativo internacional mais adequada para a realidade do Grupo Portugal Telecom.

(iv) A Telesp Celular, e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS, são patrocinadoras de um plano de pensões administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até 28 de Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Nessa data, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e para manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontravam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000.

Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO implementaram, através da Sistel, planos individuais de contribuição definida (“TCP PREV”, “TCO PREV” e “Plano de Benefícios Visão Celular”), que abrangem a quase totalidade dos respectivos empregados e que são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes e pelas patrocinadoras, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. As empresas são responsáveis por todas as despesas administrativas e de manutenção destes planos e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Telesp Celular e das empresas controladas pela Tele Leste, Tele Sudeste e TCO para os planos individuais de contribuição definida antes referidos são iguais às dos participantes, variando de 1% a 8% do salário de participação, em função de percentagem escolhida pelo participante. Os custos destes planos são registados pela Telesp Celular, Tele Leste, Tele Sudeste e TCO na data em que se vencem as contribuições a efectuar por cada empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do Fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, as empresas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado aos empregados beneficiários que não aceitaram a migração para os planos individuais de contribuição definida antes referidos.

A contribuição para os planos de benefícios definidos (“PBS Telesp Celular”, “PBS Tele Leste Celular”, “PBS Tele Sudeste Celular” e “PBS TCO”) é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 12% sobre a remuneração dos empregados participantes do plano.

(v) A Celular CRT, S.A. (“Celular CRT”) patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos (plano de benefícios fundador e plano de benefícios alternativos), os quais são administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT. As contribuições para os planos são determinadas com base em estudos actuariais preparados por actuários independentes. Em 30 de Dezembro de 2003 foi autorizada a desvinculação da Celular CRT destes planos, tendo sido implementado em 1 de Março de 2004 um plano individual de contribuição definida (Plano de Benefícios Visão Celular CRT), o qual é administrado pelo SISTEL.

(vi) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações (excluindo os empregados oriundos da Marconi e os empregados contratados a partir de 31 de Julho de 2003) mantém um Plano de Saúde aplicável aos seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

- ▶ Os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na Empresa), com 1,5% dos ordenados;
- ▶ O Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 281 euros por beneficiário do Plano;
- ▶ A Portugal Telecom, com o valor restante necessário à cobertura da totalidade dos custos.

Adicionalmente, a PT Comunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos empregados admitidos pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS.

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

As contribuições entregues à PT ACS correspondentes aos cuidados de saúde prestados ao pessoal no activo, são registadas como custos à medida que estes são incorridos.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados são registados como redução de custos do período a que respeitam.

(ii) A PT SI tem também responsabilidades em assegurar aos empregados transferidos da PT Comunicações os cuidados de saúde previstos no Plano de Saúde daquela empresa.

A PT Comunicações e a PT SI reconhecem os custos com os cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma aos empregados abrangidos pelos benefícios supra referidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações e a PT SI obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com a NIC n.º 19 e com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, os custos com saúde a registar nesse exercício e, ainda, a previsão dos custos a incorrer no exercício seguinte, determinada a partir dos mesmos pressupostos (Nota 59). As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados, bem como com o valor da provisão a registar no passivo para cobertura das responsabilidades. Os ganhos e perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e a informação financeira e demográfica apurada no exercício são registados a deduzir à provisão e são reconhecidos em resultados a partir do exercício subsequente de forma linear e durante o período médio estimado de vida laboral dos participantes que ainda se encontram no activo, conforme permitido pela NIC n.º 19.

(iii) Os empregados da Telesp Celular e das empresas controladas pela Tele Leste, pela Tele Sudeste e pela TCO encontram-se abrangidos pelo plano de assistência médica aos empregados aposentados (PAMA) gerido pela Fundação Sistel, sendo o financiamento do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da Telebrás e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes da quebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multiempregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(iv) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do Grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é registada como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

o) Férias e subsídios de férias e de Natal

As responsabilidades com férias e subsídios de férias e de Natal e correspondentes encargos patronais são registadas como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

p) Impostos sobre o rendimento

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado. Adicionalmente, os empréstimos concedidos a empresas participadas titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis no mercado são registados como títulos negociáveis.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordos de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos de empréstimos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, as quais são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- ▶ Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- ▶ Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- ▶ Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- ▶ Taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

s) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações destas taxas, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forwards e opções cambiais (Nota 6o).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registadas em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu fair value na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo, registadas em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos bem como os encargos com estas operações são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

t) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa” (Nota 56).

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO

DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 30 de Junho de 2004, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Direito de Saque Especial	DSE	1,20627
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4326
Coroa Norueguesa	NOK	8,4365
Coroa Sueca	SEK	9,1451
Dirham Marroquino	MAD	10,9690
Dobra São-tomense	STD	12 027,35
Dólar Australiano	AUD	1,7554
Dólar Americano	USD	1,2155
Dólar Canadiano	CAD	1,6343
Dólar de Hong Kong	HKD	9,4803
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	251,60
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,5242
Kuanza Angolano	AOA	101,5529
Libra Esterlina	GBP	0,67075
Metical Moçambicano	MZM	27 803,9
Pataca Macaense	MOP	9,7647
Peso Argentino	ARS	3,6030
Pula do Botswana	BWP	5,6469
Rand Sul-africano	ZAR	7,6177
Real Brasileiro	BRL	3,7839
Xelim Queniano	KES	96,4256
Xelim Ugandês	UGX	2 169,67
Yene Japonês	JPY	132,40

No semestre findo em 30 de Junho de 2004, as demonstrações consolidadas de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio de tais moedas relativamente ao euro:

Designação	Código	Cotação
Dobra São-tomense	STD	11 887,67
Dólar Americano	USD	1,2275
Dirham Marroquino	MAD	10,9821
Escudo Cabo-verdiano	CVE	110,265
Franco CFA	XOF	655,957
Forint Húngaro	HUF	256,19
Franco Suíço	CHF	1,5533
Kuanza Angolano	AOA	99,1552
Metical Moçambicano	MZM	28 419,4
Pataca Macaense	MOP	9,8465
Peso Argentino	ARS	3,5692
Pula do Botswana	BWP	5,8074
Real Brasileiro	BRL	3,6446
Xelim Queniano	KES	95,2253
Xelim Ugandês	UGX	2 300,26

27. ACTIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

valores expressos em euros

	Imobilizado bruto					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	86 048 875	101 999	1 826 761	(78 929)	753 092	88 651 798
Despesas de investigação e desenvolvimento	66 706 649	–	5 170 732	2 459	10 448 040	82 327 880
Propriedade industrial e outros direitos	1 910 209 538	1 454 454	5 754 712	(46 838 809)	(7 002 126)	1 863 577 769
Outras imobilizações incorpóreas	12 139 734	–	57 956	(144 522)	(1 962 784)	10 090 384
Imobilizações em curso	152 356 963	208 687	10 551 924	(257 332)	(140 545 160)	22 315 082
Diferenças de consolidação (Nota 10)	1 466 990 764	–	28 592 760	(16 258 446)	65 634 037	1 544 959 115
	3 694 452 523	1 765 140	51 954 845	(63 575 579)	(72 674 901)	3 611 922 028
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	95 394 159	8 011 209	86 779	(277 221)	(898 175)	102 316 751
Edifícios e outras construções	892 553 549	26 186 844	3 767 053	(2 098 288)	65 732 940	986 142 098
Equipamento básico	9 874 609 132	(62 579 300)	73 117 968	(49 838 466)	59 804 667	9 895 114 001
Equipamento de transporte	54 479 713	(169 286)	3 234 254	(91 484)	(1 933 299)	55 519 898
Ferramentas e utensílios	18 563 005	24 975	189 327	(95 511)	(33 017)	18 648 779
Equipamento administrativo	862 152 069	(3 733 811)	19 821 610	(4 685 957)	(64 550 694)	809 003 217
Outras imobilizações corpóreas	64 489 260	230 622	1 128 629	(35 368)	1 041 499	66 854 642
Imobilizações em curso	209 991 608	6 778 049	122 368 802	(4 507 165)	(99 632 051)	234 999 243
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	553 278	–	63 070	(94)	(338 201)	278 053
	12 072 785 773	(25 250 698)	223 777 492	(61 629 554)	(40 806 331)	12 168 876 682

valores expressos em euros

	Amortizações acumuladas					
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	76 341 814	31 312	3 039 473	(45 035)	(127 712)	79 239 852
Despesas de investigação e desenvolvimento	39 633 780	–	6 704 886	1 062	2 670 588	49 010 316
Propriedade industrial e outros direitos	241 833 618	169 815	56 928 140	(6 164 024)	(9 189 324)	283 578 225
Outras imobilizações incorpóreas	3 689 400	–	810 633	(30 353)	74 177	4 543 857
Diferenças de consolidação (Nota 10)	182 831 526	–	46 770 698	(1 584 542)	(1 396)	228 016 286
	544 330 138	201 127	114 253 830	(7 822 892)	(6 573 667)	644 388 536
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	13 203 045	–	–	–	–	13 203 045
Edifícios e outras construções	484 404 549	6 055 568	24 905 478	(1 014 795)	28 963 749	543 314 549
Equipamento básico	6 541 452 098	(22 056 545)	331 494 409	(32 065 217)	(14 895 601)	6 803 929 144
Equipamento de transporte	36 602 246	(222 984)	3 850 388	(63 750)	(1 606 305)	38 559 595
Ferramentas e utensílios	16 390 291	17 866	199 908	(39 939)	(1 931)	16 566 195
Equipamento administrativo	661 311 307	(1 377 056)	40 658 871	(2 386 655)	(31 936 889)	666 269 578
Outras imobilizações corpóreas	51 464 199	37 031	1 741 496	(32 481)	(351 959)	52 858 286
	7 804 827 735	(17 546 120)	402 850 550	(35 602 837)	(19 828 936)	8 134 700 392

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas das empresas que foram incluídas ou excluídas da consolidação pela primeira vez no semestre findo em 30 de Junho de 2004 (Notas 1 e 2).

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

(a) 339 964 723 euros referente à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações (Nota Introdutória), que corresponde ao montante pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16 604 413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição mas que foi registado como custo daquele exercício uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de cross border lease (8 430 864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica, o qual havia sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica. A amortização do imobilizado incorpóreo referente à aquisição da propriedade da Rede Básica é efectuada de forma linear pelo período remanescente da concessão;

(b) 948 165 781 euros referentes a 50% do valor atribuído às licenças de banda A detidas pelas empresas participadas da Vivo, que fazia parte integrante do goodwill gerado na aquisição dessas empresas. A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas, em função das receitas projectadas;

(c) 121 029 435 e 8 001 004 euros referente a 50% do valor de custo das licenças de banda B adquiridas em exercícios anteriores pela Global Telecom e pela TCO, respectivamente. A amortização do imobilizado incorpóreo referente a estas licenças é efectuada no período estimado de recuperação das mesmas, em função das receitas projectadas; e

(d) 99 759 579 euros referente ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS e 33 333 333 euros relativo ao valor pago pela TMN no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a OniWay e os restantes operadores de telecomunicações móveis com licenças UMTS em Portugal. Em 31 de Dezembro de 2003, estes valores estavam registados na rubrica “Imobilizações em curso”, tendo, com a entrada em operação do sistema UMTS no decorrer do segundo trimestre de 2004, sido transferidos para a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos”. A amortização deste imobilizado incorpóreo é efectuada de forma linear pelo período remanescente da licença do UMTS (2015).

No primeiro semestre de 2004, a TCP efectuou uma reestruturação societária, pela qual o goodwill gerado na aquisição da TCO foi transferido para esta última sociedade. Esta operação permitirá que a respectiva amortização seja aproveitada fiscalmente na TCO, revertendo o respectivo benefício fiscal para a TCP. O efeito desta reestruturação consistiu numa redução do goodwill, registado na rubrica “Propriedade industrial e outros direitos”, e num aumento da rubrica “Impostos diferidos activos”, pelo montante aproximado de 69 milhões de euros (Nota 57).

Os aumentos de amortizações no primeiro semestre de 2004, de 517 104 380 euros, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização do imobilizado corpóreo	402 850 550
Amortização do imobilizado incorpóreo	67 483 132
	470 333 682
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	46 770 698
	517 104 380

Em 30 de Junho de 2004, o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

valores expressos em euros	
Valor de custo ou reavaliado	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 254 671 881
Equipamento de comutação	2 218 611 776
Equipamento terminal	872 574 161
Cabos submarinos	264 134 524
Estações, equipamentos e instalações de satélites	61 686 679
Outros equipamentos de telecomunicações	1 092 805 274
Outro equipamento básico	130 629 706
	9 895 114 001
Amortizações acumuladas	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	3 472 638 467
Equipamento de comutação	1 760 336 323
Equipamento terminal	528 786 733
Cabos submarinos	114 517 175
Estações, equipamentos e instalações de satélites	60 570 337
Outros equipamentos de telecomunicações	782 928 257
Outro equipamento básico	84 151 852
	6 803 929 144
Valor líquido	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	1 782 033 414
Equipamento de comutação	458 275 453
Equipamento terminal	343 787 428
Cabos submarinos	149 617 349
Estações, equipamentos e instalações de satélites	1 116 342
Outros equipamentos de telecomunicações	309 877 017
Outro equipamento básico	46 477 854
	3 091 184 857

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 30 de Junho de 2004:

- (a) A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 107 248 298 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 215 153 464 euros;
- (b) Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 24 698 950 euros;
- (c) Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95 e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão ascendem a 1 589 532 407 euros;

(d) A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 29 289 957 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos que não amarram em Portugal. Adicionalmente, a PT Comunicações tem imobilizações corpóreas em poder de terceiros no valor de 1 381 867 euros; e

(e) Em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN celebraram contratos de cross border lease, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de leasing dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.º 25 e 26, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

b) Investimentos financeiros

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003 as partes de capital em empresas do Grupo excluídas da consolidação pelo método integral (Nota 2) tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun 2004	31 Dez 2003
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom Wireless") ^(a)	18 921 289	–
Lusomundo SII, SGPS, S.A.	15 782 507	16 034 501
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau ("Guiné Telecom") ^(b)	3 716 555	3 716 555
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc") ^(c)	–	30 385 669
Outras	2 050 411	2 969 571
	40 470 762	53 106 296
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(3 716 555)	(3 716 555)
	36 754 207	49 389 741

(a) Esta empresa foi excluída da consolidação em 30 de Junho de 2004 (Nota 2), uma vez que se encontra em processo de alienação.

(b) Este investimento financeiro encontra-se totalmente provisionado, conforme descrito na Nota 2.

(c) Empresa incluída na consolidação em 30 de Junho de 2004 (Nota 1).

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, as partes de capital em empresas associadas (Nota 3), com situação líquida positiva, tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. ("CTM")	31 173 778	31 509 064
Unitel	20 936 845	14 160 640
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. ("Banco Best")	9 193 023	10 420 519
WebLab, SGPS, S.A. ("Web-Lab")	8 192 524	8 192 526
Warner Lusomundo Sogecable Cines de España, S.A. ("Warner Cines de España")	8 010 330	8 054 333
Idealyze, S.A. ("Idealyze")	7 417 741	7 417 741
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Lisboa TV")	4 922 014	4 631 845
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. ("Naveprinter")	3 312 492	3 111 239
Banco1.net, S.A. ("Banco 1.net")	2 723 847	3 742 997
Páginas Amarelas	2 322 592	3 353 544
Hungaro Digitel KFT	1 952 841	1 677 245
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp")	1 812 372	1 414 445
Octal TV, S.A. ("Octal")	1 200 272	1 067 204
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	800 342	800 342
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. ("WT Vision")	774 957	717 282
Empresa Diário de Notícias do Funchal, Lda.	417 796	417 796
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. ("Tele Larm")	392 611	366 243
Teledata de Moçambique, Lda. ("Teledata de Moçambique")	344 585	334 979
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") ^(a)	–	1 531 864
Outras	1 724 104	1 960 164
	107 625 066	104 882 012
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(15 610 266)	(16 610 268)
	92 014 800	88 271 744

(a) Em resultado do aumento de participação no capital social da Previsão para 78,12%, a mesma passou a ser consolidada pelo método integral.

Em 30 de Junho de 2004, as partes de capital em empresas associadas (Nota 3) com situação líquida negativa e reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registadas na rubrica "Provisões para perdas em empresas associadas" (Nota 46).

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	55 300 000	55 300 000
Intelsat	13 127 252	13 127 252
Media Capital, SGPS, S.A. ("Media Capital") (Notas 14.a) e 64.d))	6 960 000	–
New Skies Satellites N.V.	4 674 500	4 674 500
Cypress Entertainment, Inc.	3 016 754	3 046 926
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores ("INESC")	2 992 787	2 992 787
Telefónica	2 156 034	2 156 034
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875
HARII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	498 798	498 798
Eutelsat ^(a)	–	3 055 710
Outras empresas	2 332 146	3 002 247
	92 355 146	89 151 129
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(3 200 912)	(4 538 265)
	89 154 234	84 612 864

(a) A participação nesta empresa foi alienada durante o primeiro semestre de 2004.

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos de financiamento a empresas participadas e outras eram com segue:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
UOL, Inc. ("UOL")	87 395 451	84 108 607
Médi Télécom	65 244 913	64 699 898
Idealyze	32 968 882	31 728 959
Sportinveste ^(a)	29 318 668	29 318 668
Sport TV	26 213 937	17 475 958
Web-Lab	5 647 819	4 886 562
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV")	5 422 112	5 422 112
Ptelcom Brasil, S.A.	3 365 026	3 238 471
INESC	3 292 066	3 292 066
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ("Marconi Suisse")	2 502 684	2 502 684
Sportstat – Informação Desportiva Independente, Lda. ("Sportstat")	1 610 068	1 610 068
Outras empresas	2 184 633	2 011 203
	265 166 259	250 295 256
Provisão para investimentos financeiros (Nota 46)	(46 641 004)	(45 208 344)
	218 525 255	205 086 912

(a) Esta rubrica inclui prestações acessórias de 24 023 168 euros (Nota 21) e suprimentos de 5 295 500 euros, concedidos a esta empresa associada.

O empréstimo concedido à UOL foi adquirido à PT Multimedia em 28 de Junho de 2002, estando titulado por 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa, ao respectivo valor nominal acrescido dos juros acumulados até àquela data.

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os títulos e outras aplicações financeiras tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Investimentos em imóveis (Nota 42)	30 194 199	30 194 199
Outros	1 072 556	1 086 480
	31 266 755	31 280 679
Provisões para títulos e outras aplicações financeiras (Nota 46)	(60 187)	(55 262)
Amortizações acumuladas dos investimentos em imóveis (Nota 42)	(12 416 329)	(12 195 806)
	18 790 239	19 029 611

34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

valores expressos em euros	30Jun04		31Dez03	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)				
Empréstimos externos	266 667 557	1 427 621 254	284 700 985	1 356 219 875
Empréstimos internos	3 209 984	6 839 453	6 583 720	7 373 996
Descobertos bancários	8 036 052	—	2 545 597	—
	277 913 593	1 434 460 707	293 830 302	1 363 593 871
Empréstimos por obrigações convertíveis (b)				
Exchangeable bonds	—	440 335 000	450 485 000	440 335 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c)				
Global Medium Term Notes	600 000 000	2 000 000 000	—	2 600 000 000
Obrigações PT/97 – 2.ª emissão	124 699 474	—	124 699 474	—
Debêntures	—	66 069 399	—	69 141 209
	724 699 474	2 066 069 399	124 699 474	2 669 141 209
Outros empréstimos obtidos				
Papel comercial (d)	360 799 376	8 950 000	285 487 967	10 900 000
Empréstimos externos (e)	34 761 841	56 917 566	36 575 981	71 643 923
	395 561 217	65 867 566	322 063 948	82 543 923
	1 398 174 284	4 006 732 672	1 191 078 724	4 555 614 003

(a) Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	30Jun04		31Dez03	
	Dívidas	Euros	Dívidas	Euros
Euros	1 339 915 590	1 339 915 590	1 219 645 650	1 219 645 650
Dólares americanos (USD)	72 694 499	59 806 252	41 858 799	33 142 358
Reais brasileiros (BRL)	1 173 539 703	310 140 253	1 367 019 988	373 033 888
Outras	—	2 512 205	—	31 602 277
		1 712 374 300		1 657 424 173

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, as garantias prestadas por terceiros em relação a determinados empréstimos eram as seguintes:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	278 414 033	301 402 179
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	9 856 074	10 585 276

Em 18 de Junho de 2001, a Portugal Telecom e a Portugal Telecom International Finance B.V. (“PT Finance”) contrataram uma Multicurrency Revolving Credit Facility (“Facility”) no montante de 560 milhões de euros, com uma maturidade de três anos, destinada a refinarciar a dívida existente na Global Telecom. Em Janeiro de 2003, esta Facility foi reembolsada antecipadamente e substituída por uma Credit Facility (“New Facility”) no montante de 500 milhões de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 17 de Fevereiro de 2004, esta Facility foi renegociada, tendo o prazo de reembolso sido alterado para Fevereiro de 2007 e de 2008 (50% do montante em dívida em cada um dos anos).

Em 24 de Junho de 2004, o Grupo, através da Portugal Telecom e da PT Finance, procedeu à contratação de uma outra Multicurrency Revolving Credit Facility (“Facility”) no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de quatro anos.

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 Dezembro de 2003, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

valores expressos em euros	30 Jun 2004	31 Dez 2003
Taxa de juro máxima	4,90%	4,90%
Taxa de juro mínima	2,08%	2,08%

(b) Em 7 de Junho de 1999, a PT Finance emitiu Exchangeable Bonds no valor de 509 435 000 euros, as quais conferiam o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,515 euros por acção (em consequência do stock split e dos aumentos de capital ocorridos até 31 de Dezembro de 2001). A taxa de juro anual do empréstimo era de 1,5%, sendo o pagamento dos juros anual. Em 24 de Abril de 2001, foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações convertíveis no montante de 400 mil euros e em Junho de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações convertíveis, no montante de 58 550 000 euros. O reembolso das restantes obrigações convertíveis no montante de 450 485 000 euros foi efectuado em 7 de Junho de 2004 (Nota 64).

Em 6 de Dezembro de 2001, a PT Finance procedeu a nova emissão de Exchangeable Bonds no valor de 550 milhões de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. Em Dezembro de 2003, foram canceladas 21 933 obrigações convertíveis, no montante de 109 665 000 euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 30 de Junho de 2004 era de 440 335 000 euros.

(c) Em 30 de Junho de 2004, existe um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 124 699 474 euros reembolsável em 17 de Novembro de 2004. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à “Euribor 365 a 6 meses” acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 2,4108%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação das 25 milhões de obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

- ▶ O valor nominal é de um cêntimo;
 - ▶ A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.
- Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes no valor de mil milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em 30 de Junho de 2004, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 120 500 000 euros (Nota 52).

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PT Finance procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de mil milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. Em 30 de Junho de 2004, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 100 500 000 euros (Nota 52).

Em 16 de Dezembro de 2001, a PT Finance procedeu à emissão de Floating Rate Notes no valor de 600 milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de três anos e três meses e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%. Em 30 de Junho de 2004, o Grupo mantém em carteira obrigações não convertíveis desta emissão com um valor nominal de 15 050 000 euros (Nota 52).

Em 1 de Agosto de 2003 a Vivo, através da sua participada Telesp Celular Participações, contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 6,75%.

(d) Em 30 de Junho de 2004, o saldo de papel comercial respeitava basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do Grupo:

	valores expressos em euros
Portugal Telecom (i)	354 849 376
Lusomundo	14 900 000
	369 749 376

(i) Programa de papel comercial de curto prazo contratado pelo montante total de 875 milhões de euros, encontrando-se em 30 de Junho de 2004 utilizados 354 849 376 euros. Este montante foi subscrito em Junho de 2004, com taxa de juro anual de 2,183%, com liquidação em Julho de 2004.

(e) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui 50% dos empréstimos obtidos pelas subsidiárias da Brasilcel junto do BNDES, no montante total de 80 360 423 euros. Estes empréstimos foram contraídos a taxas de juro correntes no mercado brasileiro.

(f) Em 30 de Junho de 2004, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
Segundo semestre de 2005	165 825 199
2006	1 549 182 693
2007	419 871 946
2008	577 684 141
Primeiro semestre de 2009	1 019 575 561
Segundo semestre de 2009 e anos seguintes (Nota 33)	274 593 132
	4 006 732 672

(g) Em 30 de Junho de 2004, existiam os diversos condicionalismos financeiros (covenants) associados aos financiamentos obtidos pelo Grupo, os quais àquela data estavam a ser cumpridos, sendo de destacar os seguintes:

▶ Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangido por este condicionalismo empréstimos no montante de 150 milhões de euros obtidos junto desta instituição financeira.

▶ Controlo/Alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a New Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 653 milhões de euros.

▶ Rácios financeiros

A New Facility de 500 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,5 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à New Facility de 500 milhões de euros e à Facility de 150 milhões de euros, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 30 de Junho de 2004, este rácio é equivalente a 1,33.

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes, as emissões de obrigações convertíveis, a New Facility de 500 milhões de euros e a Facility de 150 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas do primeiro semestre de 2004 e 2003 repartem-se da seguinte forma:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Negócios de Rede Fixa (Nota 61.a))	1 053 226 990	1 071 640 083
Prestações de serviços	1 037 153 997	1 055 183 073
Vendas	16 072 993	16 457 010
Negócios Móveis Portugal • TMN (Nota 61.b))	678 553 968	620 993 570
Prestações de serviços	627 794 186	568 909 564
Vendas	50 759 782	52 084 006
Negócios Móveis Brasil • Vivo (Nota 61.c))	722 217 980	588 709 522
Prestações de serviços	575 713 972	490 735 473
Vendas	146 504 008	97 974 049
PT Multimedia (Nota 61.d))	359 794 046	325 771 474
Prestações de serviços	301 120 558	262 002 539
Vendas	58 673 488	63 768 935
Outros negócios	107 109 198	113 235 247
Prestações de serviços	105 649 233	111 308 313
Vendas	1 459 965	1 926 934
Total das vendas e prestações de serviços	2 920 902 182	2 720 349 896

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, foram as seguintes:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Conselho de Administração ^(a)	2 503 933	2 063 805
Conselho Fiscal	24 514	28 385
Assembleia Geral	2 920	4 385
	2 531 367	2 096 575

(a) O incremento desta rubrica está essencialmente associado ao facto de o novo Conselho de Administração, com um número mais alargado de membros, ter iniciado funções apenas a partir de Abril de 2003, bem como ao facto de terem sido efectuadas alterações na orgânica do Conselho, a partir de Janeiro de 2004, em linha com as regras de governança estabelecidas pela Lei Sarbanes-Oxley, que implicaram um aumento dos custos com o funcionamento de certas Comissões na dependência do Conselho.

42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 30 de Junho de 2004, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo imobilizado e correspondente reavaliação, é o seguinte:

valores expressos em euros			
	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliados
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	45 641 107	43 472 599	89 113 706
Edifícios e outras construções	363 707 637	79 119 912	442 827 549
Equipamento básico	3 030 560 467	60 624 390	3 091 184 857
Equipamento de transporte	16 960 303	—	16 960 303
Ferramentas e utensílios	2 082 584	—	2 082 584
Equipamento administrativo	142 733 639	—	142 733 639
Outras imobilizações corpóreas	13 996 356	—	13 996 356
Imobilizado em curso	234 999 243	—	234 999 243
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	278 053	—	278 053
	3 850 959 389	183 216 901	4 034 176 290
Investimentos financeiros (Nota 27.b))			
Terrenos e recursos naturais	3 445 622	2 999 760	6 445 382
Edifícios e outras construções	8 310 637	3 021 851	11 332 488
	11 756 259	6 021 611	17 777 870

Para além das remunerações supra indicadas, no primeiro semestre de 2004 foram atribuídos prémios de desempenho aos administradores executivos no montante de 3 839 750 euros, relativamente à performance de 2003, e no primeiro semestre de 2003 foram atribuídas acções da Portugal Telecom a título de prémios de desempenho, relativamente à performance de 2002, no montante de 4 438 124 euros.

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, algumas das empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

- ▶ Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril.
- ▶ Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.
- ▶ Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
- ▶ Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
- ▶ Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
- ▶ Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9 e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações (excepto das reavaliações efectuadas nos termos do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril), não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 23 441 951 euros (Nota 57) em 30 de Junho de 2004.

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	237 521 578	240 806 502
Amortizações de investimentos financeiros (b)	47 071 220	52 929 930
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	25 749 295	39 917 442
Perdas relativas a empresas associadas (d)	16 228 317	23 350 371
Descontos de pronto pagamento concedidos	3 691 584	2 690 521
Outros custos e perdas financeiros (e)	36 731 608	55 370 205
	366 993 602	415 064 971
Resultados financeiros	(143 087 890)	(45 452 495)
	223 905 712	369 612 476
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos (a)	141 956 524	166 194 669
Diferenças de câmbio favoráveis (c)	26 143 804	56 007 974
Ganhos relativos a empresas associadas (d)	21 096 994	10 325 927
Descontos de pronto pagamento obtidos	596 136	1 643 847
Ganhos em participações de capital	1 474 336	1 222 136
Outros proveitos e ganhos financeiros (f)	32 637 918	134 217 923
	223 905 712	369 612 476

(a) A rubrica “Juros suportados” inclui encargos financeiros incorridos por empresas instrumentais do Grupo, que no semestre findo em 30 de Junho de 2004 ascenderam a aproximadamente 73 674 000 euros.

A rubrica “Juros obtidos” inclui juros auferidos por empresas instrumentais do Grupo, que no semestre findo em 30 de Junho de 2004 ascenderam a aproximadamente 84 254 000 euros.

(b) Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Amortizações de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Amortização de diferenças de consolidação (Nota 27.a))		
Vivo	17 639 952	25 488 180
Negócio da Rede Fixa		
PT.COM	4 336 640	4 336 640
PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais)	3 437 927	3 437 927
PT Prime	845 435	—
Outras empresas	138 432	398 117
	8 758 434	8 172 684
PT Multimedia		
Negócio de Televisão por Subscrição	5 266 221	4 989 638
Negócio de Audiovisuais e Cinemas		
Lusomundo Audiovisuais	1 929 779	868 401
Lusomundo Cinemas	1 072 231	318 733
Negócio de Media		
Lusomundo Serviços	2 624 402	1 180 981
Global Notícias	812 710	887 462
Vasp	245 296	245 296
Lusomundo Media	211 626	—
Rádio Press	100 478	100 478
Outros	187 961	162 011
Lusomundo SGPS ⁽ⁱ⁾	—	2 668 172
	12 450 704	11 421 172
Outros negócios		
Páginas Amarelas	2 233 452	2 233 452
Unitel	2 184 828	2 184 835
PrimeSys	1 677 974	1 727 603
Outras empresas	1 825 354	1 495 887
	7 921 608	7 641 777
	46 770 698	52 723 813
Amortização de investimentos em imóveis	220 522	206 117
Provisões para investimentos financeiros (Nota 46)	80 000	—
	47 071 220	52 929 930

(i) Esta rubrica refere-se à amortização do goodwill sobre a Lusomundo SGPS até 31 de Março de 2003, o qual em resultado da reestruturação societária da Lusomundo, ocorrida no segundo trimestre de 2003, foi distribuído pelos diversos negócios desta participada.

(c) No semestre findo em 30 de Junho de 2004, a rubrica de “Diferenças de câmbio desfavoráveis” inclui 14 011 046 euros decorrentes essencialmente da actualização cambial dos empréstimos de financiamento e dos instrumentos financeiros derivados contratados pelas empresas participadas da Brasilcel. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

A rubrica de “Diferenças de câmbio favoráveis” inclui 5 243 989 e 6 497 624 euros referentes à actualização cambial de instrumentos financeiros derivados e empréstimos de financiamento obtidos pelas empresas participadas da Brasilcel, respectivamente. O valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira.

(d) Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Perdas relativas a empresas associadas” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Médi Télécom	7 393 016	15 074 562
Sport TV	1 947 794	2 452 006
Banco1.net	1 524 717	149 808
Banco Best	1 263 778	928 376
TV Cabo Macau	782 975	1 143 047
Outras	3 316 037	3 602 572
	16 228 317	23 350 371

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, a rubrica “Ganhos relativos a empresas associadas” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Unitel	6 186 627	2 637 027
Mascom Wireless ⁽ⁱ⁾	5 432 192	—
CTM	5 388 954	5 875 417
UOL ⁽ⁱⁱ⁾	1 167 625	—
Páginas Amarelas	761 673	836 795
Outras	2 159 923	976 688
	21 096 994	10 325 927

(i) Esta empresa encontra-se em processo de alienação, tendo por esse motivo sido excluída da consolidação integral tendo o correspondente investimento financeiro passado a ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(ii) Em resultado do aumento de participação no capital social da UOL ocorrido no final de 2003, a Portugal Telecom passou a aplicar o método da equivalência patrimonial a este investimento financeiro.

(e) No semestre findo em 30 de Junho de 2004, a rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui essencialmente (i) 11 324 501 euros referentes a 50% dos encargos financeiros com impostos sobre a receita financeira suportados pelas empresas participadas da Brasilcel, e (ii) 8 461 528 euros relativos a encargos bancários.

(f) No semestre findo em 30 de Junho de 2004, a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui essencialmente (i) 9 768 906 euros referentes à redução da provisão para instrumentos financeiros derivados sobre acções próprias (Nota 46) e (ii) 7 194 813 euros referentes a ganhos decorrentes da variação ocorrida no valor de mercado de determinados instrumentos financeiros derivados que não estão relacionados com nenhum risco específico (Nota 23.s)).

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Custos e perdas		
Dívidas incobráveis	11 465 143	12 177 796
Aumentos de provisões (Nota 46)	8 724 644	293 807 025
Perdas em imobilizações	4 171 330	4 578 263
Perdas em existências	3 883 203	859 361
Correcções relativas a exercícios anteriores	3 371 366	5 125 921
Donativos	1 641 143	2 690 510
Multas e penalidades	1 000 597	395 085
Outros custos e perdas extraordinários (a)	21 477 869	69 281 156
	55 735 295	388 915 117
Resultados extraordinários	10 382 757	(283 287 428)
	66 118 052	105 627 689
Proveitos e ganhos		
Redução de provisões (Nota 46)	29 756 281	36 503 172
Correcções relativas a exercícios anteriores	15 384 712	12 483 161
Ganhos em imobilizações	3 358 468	42 220 411
Recuperação de dívidas	1 733 067	1 062 599
Ganhos em existências	1 020 614	94 583
Outros proveitos e ganhos extraordinários (b)	14 864 910	13 263 763
	66 118 052	105 627 689

(a) A rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Insuficiência de estimativa de impostos sobre o rendimento	6 750 094	1 941 634
Compensações por rescisões de contratos por mútuo acordo	1 245 408	3 892 053
Custos com reformas antecipadas e pré-reformas	—	61 340 300
Outros ⁽ⁱ⁾	13 482 367	2 107 169
	21 477 869	69 281 156

(i) Esta rubrica inclui um montante de aproximadamente 10 milhões de euros relativo à estimativa dos custos a suportar pela PT Comunicações no âmbito do acordo celebrado com a Deco referente ao processo judicial sobre as taxas de activação (Nota 62).

(b) A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Excesso de estimativa de impostos sobre o rendimento	7 478 076	878 959
Subsídios para investimentos e formação profissional (Nota 23.g))	3 225 294	9 027 944
Outros	4 161 540	3 356 860
	14 864 910	13 263 763

46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o primeiro semestre de 2004 realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

	valores expressos em euros						
	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações/ /Transferências/ /Regularizações	Ajustamentos cambiais	Saldos finais
Provisões para riscos e encargos							
Benefícios de reforma							
Pensões (Nota 58)	730 872 244	—	61 088 018	(327 652)	(127 214 574)	(1 674)	664 416 362
Cuidados de saúde (Nota 59)	525 166 751	—	24 796 000	—	(13 038 040)	(2 137)	536 922 574
Impostos	43 451 561	425 892	667 075	(23 517)	1 713 065	(897 801)	45 336 275
Processos judiciais em curso	14 927 504	(35 190)	4 316 496	(1 178 504)	8 078 917	(197 954)	25 911 269
Imobilizado	43 278 576	—	7 129 025	(1 240 713)	(863 830)	(90 059)	48 212 999
Outras provisões para riscos e encargos	259 722 025	266 010	32 471 085	(25 213 667)	19 879 031	(639 999)	286 484 485
Subtotal	1 617 418 661	656 712	130 467 699	(27 984 053)	(111 445 431)	(1 829 624)	1 607 283 964
Provisões para cobranças duvidosas	409 729 904	(1 376 918)	37 894 029	(6 455 515)	(30 285 531)	(1 088 777)	408 417 192
Provisões para depreciação de existências	27 444 050	—	6 311 001	(4 085 614)	335 856	(342 028)	29 663 265
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27.b))	70 128 694	—	80 000	(1 700 005)	550 285	169 950	69 228 924
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)	19 066	—	—	—	—	—	19 066
Subtotal	507 321 714	(1 376 918)	44 285 030	(12 241 134)	(29 399 390)	(1 260 855)	507 328 447
Total	2 124 740 375	(720 206)	174 752 729	(40 225 187)	(140 844 821)	(3 090 479)	2 114 612 411

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de contingências de natureza fiscal que se encontram pendentes em 30 de Junho de 2004, respeitantes às seguintes empresas:

	valores expressos em euros
Vivo ⁽ⁱ⁾	28 772 938
PT Comunicações (Nota 57.b))	1 370 773
Outras empresas	15 192 564
	45 336 275

(i) A provisão destina-se, essencialmente, a fazer face a responsabilidades relativas a Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações das empresas integradas na Brasilcel.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações dos advogados e decorrentes de processos intentados contra as empresas incluídas na consolidação.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de redes de telecomunicações e de estações e extensões terrestres, antes do termo da sua vida útil, resultantes da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos”, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Provisões para perdas em empresas associadas ⁽ⁱ⁾	125 865 350
Provisões para desvalorização de activos e registo de responsabilidades na TV Cabo Portugal	46 631 651
Provisão para impairments ⁽ⁱⁱ⁾	38 197 485
Provisões para instrumentos financeiros derivados sobre acções próprias (Nota 60)	11 176 299
Outras provisões	64 613 700
	286 484 485

(i) As “Provisões para perdas em empresas associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 30 de Junho de 2004, esta provisão tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Sport TV	45 058 958
Médi Télécom	40 921 932
UOL	21 226 328
EJV	6 182 503
Marconi Suisse	3 174 998
TV Cabo Macau, S.A.	2 067 013
Tradecom International, N.V.	1 833 277
Sportstat	1 439 496
Outras	3 960 845
	125 865 350

(ii) Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face a riscos inerentes à actividade das empresas participadas, que podem resultar em perdas no valor de realização dos respectivos investimentos financeiros. A informação disponível à data indica que esta provisão é adequada para cobrir essas eventuais perdas.

O reforço de provisões foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Provisões	
Provisões para cobranças duvidosas	37 047 903
Provisões para outros riscos e encargos	15 744 486
Provisão para depreciação de existências	6 311 001
Provisões para imobilizado	5 117 778
Provisão para processos judiciais em curso	4 215 950
Provisões para impostos	637 688
	69 074 806
Custos com o pessoal	
Provisões para benefícios de reforma	
Provisão para pensões	58 553 332
Provisão para cuidados de saúde	24 611 500
	83 164 832
Custos e perdas financeiros	
Provisão para outros riscos e encargos ⁽ⁱ⁾	13 708 447
Provisão para investimentos financeiros (Nota 44)	80 000
	13 788 447
Custos e perdas extraordinários (Nota 45)	
Provisões para outros riscos e encargos	3 018 152
Provisões para benefícios de reforma	
Provisão para pensões	2 534 686
Provisão para cuidados de saúde	184 500
Provisão para imobilizado	2 011 247
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	846 126
Provisão para processos judiciais em curso	100 546
Provisões para impostos	29 387
	8 724 644
	174 752 729

(i) Este montante respeita essencialmente à aplicação do método da equivalência patrimonial aos resultados do semestre das empresas associadas com capitais próprios negativos (Nota 44).

As reduções de provisões foram registadas nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

	valores expressos em euros
Proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45)	29 756 281
Proveitos e ganhos financeiros ⁽ⁱ⁾	10 468 906
	40 225 187

(i) Este montante inclui essencialmente (I) 9 768 906 euros referentes à redução da provisão para instrumentos financeiros derivados sobre acções próprias (Nota 44) e (II) 700 mil euros relativos à redução da provisão para investimentos financeiros.

49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, durante o primeiro semestre de 2004 foram recebidos subsídios no valor de 4 172 359 euros.

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

valores expressos em euros	30Jun04		31Dez03	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	6 598 845	2 051 707	3 232 311	1 621 852
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (b)	64 758 114	—	49 657 701	—
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17 046 193	71 913 420	17 427 292	78 545 853
Segurança Social	—	13 608 294	—	11 830 966
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	—	12 623 664	—	9 590 122
Tributação das Autarquias Locais	—	988 630	—	1 069 902
Processo de Electrotécnicos e Equiparados	111 576	—	111 576	—
Outros	2 499 328	264 344	2 070 467	266 906
	91 014 056	101 450 060	72 499 347	102 925 601

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Contribuições para os fundos de pensões (Nota 58)	65 566 577
Pagamento de prestações de pré-reforma, de suspensões de contrato e afins e de pensões (Nota 58)	61 688 665
Regularizações	(40 668)
	127 214 574

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde”, respeita (i) aos pagamentos de serviços com cuidados de saúde a reformados efectuados durante o primeiro semestre de 2004, liquidados da comparticipação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados, no montante de 13 244 189 euros (Nota 59), e (ii) a determinadas regularizações efectuadas nesta provisão no montante de 206 149 euros.

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2004, existia diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as responsabilidades relativas a rendas vincendas como segue:

	valores expressos em euros		
	Capital	Juros	Total
2004	4 866 660	422 126	5 288 786
2005	7 334 370	610 174	7 944 544
2006	5 509 188	510 017	6 019 205
2007	4 230 735	243 987	4 474 722
2008	2 323 961	145 472	2 469 433
2009	2 046 210	76 124	2 122 334
2010 e seguintes	1 009 679	16 661	1 026 340
	27 320 803	2 024 561	29 345 364

(a) Em 30 de Junho de 2004, o saldo devedor inclui essencialmente IRC a recuperar e retenções na fonte efectuadas por terceiros e o saldo credor inclui:

valores expressos em euros	
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do semestre	2 876 455
Retenções efectuadas a terceiros	119 300
Pagamentos por conta	(702 621)
Retenções efectuadas por terceiros	(241 427)
	<u>2 051 707</u>

A estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registada por contrapartida das seguintes rubricas:

valores expressos em euros	
Imposto sobre o rendimento (Nota 57.c))	156 394 896
Ajustamentos de conversão cambial (Nota 23.p) e 54)	973 487
Outras reservas (Nota 54)	2 216 224
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 57.c))	(124 290 840)
Outros credores ⁽ⁱ⁾	(32 479 507)
Outros	62 195
	<u>2 876 455</u>

(i) Este montante respeita à estimativa de imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo PT sedeadas no estrangeiro, cujo correspondente passivo é registado na rubrica "Outros credores".

(b) Este valor correspondente a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex, a totalidade do valor em dívida reportado a 31 de Dezembro de 2001 foi regularizada. Adicionalmente, o Estado Português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado dos anos seguintes a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro, posição esta que foi confirmada pelo Decreto-Lei n.º 18/2003, de 3 de Fevereiro, o qual alterou a redacção do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 20-C/86 de 13 de Fevereiro. Em 30 de Junho de 2004, este valor tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Descontos concedidos em 2002	27 399 604
Descontos concedidos em 2003	22 258 097
Descontos concedidos no primeiro semestre de 2004	15 100 413
	<u>64 758 114</u>

Em 30 de Junho de 2004, a PT Comunicações tem celebrados contratos de cessão de créditos com uma instituição financeira, no montante total de 53 791 776 euros, relativamente ao crédito dos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português. O valor nominal destes créditos foi registado por contrapartida de "Outros credores", como um adiantamento recebido (Nota 51), sendo a venda do crédito reconhecida quando ocorrer

o pagamento deste valor. O custo inerente a estas operações, que corresponde à diferença entre os adiantamentos recebidos e o valor nominal dos créditos, foi integralmente reconhecido em resultados no momento da celebração dos contratos.

Em Agosto de 2004, O Estado Português liquidou a totalidade do montante relativo aos descontos concedidos a reformados em 2002, pelo que o valor em dívida relativo às cessões de créditos anteriormente mencionadas foi reduzido em igual montante.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun 2004	31 Dez 2003
Outros devedores – Médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	47 934 520	22 922 839
Outros	29 902 256	23 947 493
	<u>77 836 776</u>	<u>46 870 332</u>
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(3 527 351)	(2 000 060)
	<u>74 309 425</u>	<u>44 870 272</u>
Outros devedores – Curto prazo		
Estados de países estrangeiros (a)	95 720 730	98 392 064
Subsídios Comunitários	4 186 044	10 360 925
Facturação diversa	10 650 250	8 696 276
Pessoal	4 273 867	4 651 516
Contribuições para os fundos de pensões (b)	6 159 960	–
Outros	75 620 528	92 972 493
	<u>196 611 379</u>	<u>215 073 274</u>
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(14 469 298)	(18 448 447)
	<u>182 142 081</u>	<u>196 624 827</u>
Outros credores – Médio e longo prazo		
Estados de países estrangeiros (c)	24 752 888	24 943 234
Outros	7 298 035	18 989 347
	<u>32 050 923</u>	<u>43 932 581</u>
Outros credores – Curto prazo		
Estados de países estrangeiros (c)	68 748 796	75 635 262
PT ACS	6 728 889	12 270 401
Pessoal	11 305 354	15 226 926
Contribuições a pagar aos Fundos de Pensões (b)	–	2 342 959
Outros (d)	372 624 923	187 726 328
	<u>459 407 962</u>	<u>293 201 876</u>

(a) Em 30 de Junho de 2004, estas rubricas incluem 141 262 945 euros referente a 50% dos impostos a recuperar pelas empresas participadas pela Vivo, dos quais 47 934 520 euros se encontram classificados no médio e longo prazo.

(b) Em 30 de Junho de 2004, o montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a adiantamentos efectuados ao Fundo de Pensões por conta de contribuições futuras. Em 31 de Dezembro de 2003, o montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a contribuições a entregar aos Fundos de Pensões pela PT Comunicações, no montante de 4 672 376 euros, líquido de pagamentos por conta da Caixa da Marconi efectuados no exercício, no montante de 2 329 417 euros.

(c) Em 30 de Junho de 2004, estas rubricas incluem 50% do valor a pagar ao Estado Brasileiro pelas empresas participadas pela Vivo, no montante de 79 203 323 euros, dos quais 24 752 888 euros correspondem à parcela de médio e longo prazo de um plano de pagamentos estabelecido entre a Global Telecom e o Estado do Paraná para liquidação de ICMS em dívida.

(d) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui: (i) 201 086 680 euros referente ao valor de mercado de um instrumento financeiro de cash flow matching contratado no primeiro semestre de 2004; (ii) 53 791 776 euros referente a adiantamentos recebidos de uma instituição financeira em resultado de contratos de cessação de créditos efectuados pela PT Comunicações sobre os créditos relativos aos descontos concedidos a reformados por conta do Estado Português (Nota 50); (iii) 42 980 087 euros referente a um adiantamento recebido pela PT Móveis no âmbito do contrato de promessa de compra e venda da Mascom Wireless, que, em 30 de Junho de 2004, se encontra pendente de aprovação pelas autoridades do Bostwana; (iv) 13 936 849 euros referente a 50% dos honorários de gestão debitados pela Telefónica a empresas participadas da Vivo, que se encontram em dívida àquela data; e (v) 9 281 000 euros referente a 50% do valor em dívida relativo à aquisição pela TCP da participação na TCO.

52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Títulos negociáveis e outras aplicações ⁽ⁱ⁾	735 923 661	734 545 904
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local ⁽ⁱⁱ⁾	929 904 369	1 354 850 679
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	133 332 759	182 810 543
	1 799 160 789	2 272 207 126
Menos: Provisões para títulos negociáveis (Nota 46)	(19 066)	(19 066)
	1 799 141 723	2 272 188 060

(i) Em 30 de Junho de 2004, a Portugal Telecom detém em carteira obrigações emitidas pela PT Finance, emitidas no âmbito dos programas de Global Medium Term Notes, com a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	Valor nominal (Nota 34)	Valor de aquisição	Proveito/(Custo) diferido (Nota 53)
Global Medium Term Notes			
Vencimento em 7 de Abril de 2009	120 500 000	114 110 109	6 389 891
Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006	100 500 000	100 944 917	(444 917)
Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005	15 050 000	14 998 937	51 063
	236 050 000	230 053 963	5 996 037

(ii) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui 208 025 245 euros relativos a empréstimos concedidos à TCP e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado.

(iii) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui (I) 86 384 204 euros referente a empréstimos denominados em dólares americanos concedidos à TCP, os quais se encontram titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado, e (II) 19 754 278 euros referente a instrumentos financeiros contratados por empresas participadas da Vivo que, de momento, não estão relacionados com nenhum risco específico e, por isso, estão registados ao seu valor de mercado (Nota 23.s)).

53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003, os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Acréscimos de proveitos		
Valores a facturar a clientes	174 871 331	165 160 571
Juros a receber	41 187 874	40 273 623
Comparticipação do SNS (a)	26 953 175	19 051 992
Outros	11 764 657	10 709 823
	254 777 037	235 196 009
Custos diferidos		
Publicação de listas	34 338 788	50 674 110
Despesas com contratos plurianuais	26 364 318	33 345 459
Encargos financeiros (b)	10 912 189	14 930 949
Adiantamentos para a aquisição de direitos de exibição e distribuição de filmes em Portugal	14 353 418	12 756 002
Fornecimentos e serviços externos	11 370 360	7 699 759
Rendas e alugueres	6 420 576	6 071 809
Conservação plurianual	2 350 569	2 433 275
Subsídios de refeição	2 297 320	2 095 310
Seguros	2 998 880	691 519
Outros	47 751 179	32 262 046
	159 157 597	162 960 238
Acréscimos de custos		
Fornecimentos e serviços externos	247 252 589	163 585 775
Encargos financeiros	113 440 138	176 139 490
Encargos com férias, subsídios de férias e Natal e outros encargos com o pessoal	104 371 921	109 396 438
Descontos a conceder	40 879 265	58 818 100
Comissões a pagar a agentes	19 499 260	18 770 926
Rappel de vendas	5 559 186	7 741 232
Encargos com a PT ACS	5 476 595	6 841 810
Juros compensatórios (Nota 57.b))	1 116 083	1 157 276
Outros (c)	49 045 897	56 028 700
	586 640 934	598 479 747
Proveitos diferidos		
Facturação antecipada (d)	95 673 330	113 190 687
Subsídios para investimentos em imobilizado	47 255 356	53 281 525
Instrumentos financeiros (Nota 60) (e)	7 947 052	22 006 110
Obrigações próprias (Nota 52)	5 996 037	5 996 037
Diferenças de câmbio (f)	4 582 219	2 765 779
Publicação de listas	1 388 963	2 118 787
Outros (g)	67 679 297	83 989 286
	230 522 254	283 348 211

(a) Os acréscimos de proveitos relacionados com a comparticipação do SNS correspondem ao montante a receber relativo à comparticipação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(b) Esta rubrica engloba essencialmente encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o respectivo período.

(c) Esta rubrica inclui uma especialização de custos financeiros relacionados com instrumentos financeiros no montante aproximado de 27 milhões de euros.

(d) Esta rubrica inclui 66 958 194 euros de proveitos diferidos referentes essencialmente a minutos de tráfego pré-pago, não consumidos pelos clientes destes serviços móveis na TMN e na Vivo.

(e) Em 30 de Junho de 2004, este montante corresponde essencialmente a prémios recebidos por renegociação de contratos de swaps efectuados em 2002, os quais serão reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos.

(f) Este montante diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis relativas à actualização cambial de contas a receber de clientes considerados de cobrança difícil e como tal reconhecidas como proveitos diferidos.

(g) Esta rubrica inclui 23 964 252 euros referentes ao diferimento de parte da mais-valia associada à venda do Edifício Picoas ao fundo de pensões PT/CGA ocorrida durante o exercício de 2003, que está a ser reconhecida em resultados num período de 5 anos.

54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2004, o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

valores expressos em euros				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	1 254 285 000	–	–	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	(28 644 509)	(25 580 599)	–	(54 225 108)
Acções próprias – descontos e prémios	(181 395 553)	(198 472 086)	–	(379 867 639)
Prémios de emissão de acções	91 704 891	–	–	91 704 891
Reserva legal	144 184 287	10 040 788	–	154 225 075
Outras reservas	1 853 869 232	36 511 428	(798 940 931)	1 091 439 729
Ajustamentos de conversão cambial	(2 261 577 622)	5 484 048	(66 317 230)	(2 322 410 804)
Resultados transitados	1 828 165 898	759 419 534	(34 695 049)	2 552 890 383
Resultado consolidado líquido	240 235 301	322 520 807	(240 235 301)	322 520 807
	2 940 826 925	909 923 920	(1 140 188 511)	2 710 562 334

Capital

Em 30 de Junho de 2004, o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 254 285 000 euros e estava representado por 1 254 285 000 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- ▶ Um milhar de milhão, duzentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentas acções ordinárias;
- ▶ Quinhentas acções de categoria A.

As acções de categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais (Nota Introdutória), como segue:

- ▶ Eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;
- ▶ Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis;
- ▶ Aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos;
- ▶ Emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- ▶ Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom;
- ▶ Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativos à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço; e

- ▶ Definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

Acções próprias

No semestre findo em 30 de Junho de 2004, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

valores expressos em euros				
	Número de acções	Variações		
		Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	28 644 509	28 644 509	181 395 553	210 040 062
Compras	25 580 599	25 580 599	198 472 086	224 052 685
Saldo final	54 225 108	54 225 108	379 867 639	434 092 747

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no primeiro semestre de 2004, resultam dos seguintes movimentos:

	valores expressos em euros		
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Resultados e reservas atribuídos/distribuídos por subsidiárias (a)	34 695 049	(720 000 000)	(685 304 951)
Distribuição de dividendos (b)	–	(76 724 707)	(76 724 707)
Outras variações (Nota 50)	1 816 379	(2 216 224)	(399 845)
	36 511 428	(798 940 931)	(762 429 503)

(a) As variações ocorridas respeitam a transferências efectuadas de/para resultados transitados. As variações positivas referem-se à diferença entre os lucros de 2003 das empresas do grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2004. As variações negativas referem-se à transferência para resultados transitados decorrentes da distribuição de reservas pela PT Comunicações e pela TMN à Portugal Telecom relativas a resultados gerados em anos anteriores e que não tinham sido objecto de distribuição por parte das mesmas.

(b) Este valor corresponde à distribuição de reservas livres aos accionistas aprovada em Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004, no montante de 85 167 721 euros, deduzida da parcela relativa às acções próprias detidas pela Portugal Telecom na data da distribuição das reservas, no montante de 8 457 896 euros.

Ajustamentos de conversão cambial

O saldo desta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, que no primeiro semestre de 2004 foi negativo e ascendeu a aproximadamente 61 milhões de euros. Esta rubrica inclui igualmente diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos intragrupo de médio e longo

prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituem como numa extensão dos investimentos financeiros (Nota 23.r)), que no semestre findo em 30 de Junho de 2004 foram positivas e ascenderam a 3 539 953 euros. Este saldo inclui igualmente o imposto corrente sobre as diferenças cambiais acima mencionadas (Nota 23.p)), que no semestre findo em 30 de Junho de 2004 ascendeu a 973 487 euros (Nota 50.a)).

Resultados transitados

As variações verificadas no primeiro semestre de 2004 na rubrica de resultados transitados, resultam dos seguintes movimentos:

	valores expressos em euros		
	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação dos resultados de 2003	39 419 534	–	39 419 534
Resultados e reservas atribuídos/ /distribuídos por subsidiárias	720 000 000	(34 695 049)	685 304 951
	759 419 534	(34 695 049)	724 724 485

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2003 no montante de 240 235 301 euros, foi aplicado da seguinte forma, conforme deliberado na Assembleia Geral de 2 de Abril de 2004:

valores expressos em euros	
Reserva legal	10 040 788
Resultados transitados	39 419 534
Distribuição de dividendos	190 774 979
	240 235 301

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

No primeiro semestre de 2004 realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

	valores expressos em euros							
	Saldo inicial	Aquisições e alienações	Resultados atribuíveis no exercício	Alteração ao perímetro de consolidação	Dividendos atribuídos	Variações cambiais	Outras variações nos capitais próprios	Saldo final
Brasilcel ^(a)	419 201 233	(17 835 378)	30 006 267	–	(17 361 126)	(13 732 487)	2 848 600	403 127 109
PT Multimedia ^(b)	166 169 910	–	12 981 400	–	(5 327 366)	(31 041)	–	173 792 903
Cabo Verde Telecom	28 772 842	–	3 583 099	–	(5 273 610)	–	163 923	27 246 253
Mascom Wireless ^(c)	16 682 849	–	–	(16 682 849)	–	–	–	–
Cabo TV Madeirense, S.A.	5 155 415	–	700 868	–	(539 400)	–	–	5 316 883
Timor Telecom	–	–	659 466	1 716 566	–	–	–	2 376 032
Cabo TV Açoreana, S.A.	1 872 300	–	216 289	–	(349 197)	–	–	1 739 392
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações	1 438 850	–	204 472	–	(33 385)	(34 236)	(57 366)	1 518 334
Kenya Postel Directories, Ltd.	1 127 747	–	282 385	–	(369 088)	(6 907)	(11 182)	1 022 954
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	1 299 359	–	246 271	–	(527 288)	44 611	19 314	1 082 267
Gráfica Funchalense	1 080 177	–	159 709	–	–	–	759 120	1 999 006
Previsão	–	–	(115 541)	1 029 851	–	–	–	914 310
Lusomundo Media	494 440	–	(63 551)	–	–	–	309 058	739 947
Grafilme	577 237	–	115 778	–	(88 880)	–	–	604 135
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.	–	–	154 865	424 942	–	–	–	579 807
Outras	95 609	–	(14 045)	–	(225 368)	5 002	535	(138 267)
	643 967 968	(17 835 378)	49 117 731	(13 511 490)	(30 094 708)	(13 755 058)	4 032 001	621 921 065

Os lucros / (perdas) atribuíveis a interesses minoritários em 30 de Junho de 2004 e 2003, são como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Brasilcel ^(a)	30 006 267	24 435 813
PT Multimedia ^(b)	12 981 400	1 334 594
Cabo Verde Telecom	3 583 099	4 077 038
Cabo TV Madeirense, S.A.	700 868	551 998
Timor Telecom	659 466	–
Kenya Postel Directories, Ltd.	282 385	651 564
LTM – Listas Telefónicas Moçambique, Lda.	246 271	441 663
Cabo TV Açoreana, S.A.	216 289	163 766
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	204 472	129 708
Mascom Wireless ^(c)	–	2 469 887
PT Prime ^(d)	–	579 320
Outros	237 214	408 998
	49 117 731	35 244 349

(a) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários das empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos capitais próprios e resultados. A redução de interesses minoritários decorrente da aquisição de participações está relacionada com a aquisição de uma participação de 10,5% no capital da Sudestecel Participações (Nota 64).

(b) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimedia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos seus investimentos financeiros em empresas participadas.

(c) Esta empresa encontra-se em processo de alienação, pelo que foi excluída da consolidação integral, passando a ser aplicado o método da equivalência patrimonial desde 1 de Janeiro de 2004.

(d) Durante o segundo semestre de 2003 o Grupo adquiriu a totalidade do capital social desta subsidiária.

56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Nos primeiros semestres de 2004 e 2003, a rubrica “Trabalhos para a própria empresa” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Mão-de-obra interna		
Equipamento básico	10 442 239	6 015 033
Outras imobilizações	2 024 974	2 969 121
	12 467 213	8 984 154
Consumo de materiais		
Equipamento básico	22 721 857	16 620 402
Outras imobilizações	74 961	1 029 157
	22 796 818	17 649 559
Transportes internos		
Equipamento básico	261 262	284 599
Outras imobilizações	–	4 624
	261 262	289 223
	35 525 293	26 922 936

57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as cotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2004, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

- ▶ Imposto relacionado com liquidações adicionais e referentes aos exercícios de 1999 e 2000 e com o benefício do Crédito Fiscal ao Investimento (CFI) relativamente ao exercício de 1991 (Nota 46) **1 370 773 euros**
- ▶ Juros compensatórios relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53) **1 116 083 euros**

Outras situações que merecem destaque:

- ▶ Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP, de 1993 da ex-Telecom Portugal, e de 1997 a 1999 da Portugal Telecom, S.A., no montante global de 28 008 616 euros. A Portugal Telecom, baseada na opinião dos seus consultores legais, entende que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.
- ▶ Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 1 182 827 e 102 461 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29.º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.
- ▶ Dada a frequente necessidade de proceder ao abate de equipamento por inutilização, antes do término da respectiva vida útil, a Administração Fiscal concordou com a assunção como custo fiscal do valor dos abates de 1992 a 1999, líquido de amortizações e reavaliações. Relativamente aos abates efectuados nos exercícios de 2000 a 2003, foram igualmente efectuados requerimentos à Administração Fiscal, para os quais a PT Comunicações aguarda deferimento e cujo valor global ascende a 1 926 204 euros.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, estão reconhecidos em 30 de Junho de 2004 activos e passivos por impostos diferidos de, respectivamente, 1 245 651 951 e 317 946 230 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no semestre, conforme segue:

valores expressos em euros						
	Saldo inicial	Aumento/(redução)		Varição cambial	Regularizações	Saldo final
		Resultado líquido	Estado e outros entes públicos (Nota 50.a))			
Impostos diferidos activos						
Provisões	415 955 871	(14 985 602)	–	(595 607)	84 255	400 458 917
Prejuízos fiscais reportáveis ⁽ⁱ⁾	651 863 830	(1 340 521)	(124 290 840)	(1 298 296)	5 471 272	530 405 445
Instrumentos Financeiros	10 815 788	(3 592 739)	–	–	–	7 223 049
Contribuição adicional para os Fundos de Pensões	36 436 390	3 228 405	–	–	–	39 664 795
Outras diferenças temporárias ⁽ⁱⁱ⁾	216 540 935	(12 564 331)	–	(5 986 865)	69 910 006	267 899 745
	1 331 612 814	(29 254 788)	(124 290 840)	(7 880 768)	75 465 533	1 245 651 951
Impostos diferidos passivos						
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	24 567 396	(1 123 036)	–	–	(2 409)	23 441 951
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	286 457 914	(12 963 746)	–	–	–	273 494 168
Lucros não atribuídos	13 353 094	(1 512 802)	–	–	–	11 840 292
Outras diferenças temporárias	9 147 176	22 643	–	–	–	9 169 819
	333 525 580	(15 576 941)	–	–	(2 409)	317 946 230
		(13 677 847)	(124 290 840)	(7 880 768)	75 467 942	

(i) As regularizações efectuadas nesta rubrica respeitam essencialmente a deduções à colecta de empresas incluídas no consolidado fiscal da Portugal Telecom, as quais só poderão ser efectivamente recuperadas quando a Portugal Telecom apresentar colecta, ou seja, após a utilização integral dos prejuízos fiscais reportáveis.

(ii) Em 30 de Junho de 2004, esta rubrica inclui 212 279 553 euros relativos aos benefícios fiscais decorrentes das reestruturações societárias efectuadas nas empresas subsidiárias da Brasilcel. No primeiro semestre de 2004 foi realizada uma reestruturação societária com vista ao aproveitamento fiscal da amortização do goodwill gerado pela TCP na aquisição da TCO. Esta reestruturação originou um aumento na rubrica "Impostos diferidos activos" em cerca de 69 milhões de euros, por redução do montante de goodwill registado na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" (Nota 27.a)).

No primeiro semestre de 2004, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto, é como segue:

valores expressos em euros	
Resultado consolidados ants de impostos	541 711 281
Taxa nominal de imposto	27,5%
Imposto esperado	148 970 602
Diferenças permanentes (a)	17 245 426
Diferenças da taxa de imposto (b)	5 264 030
Ajustamentos à colecta	572 119
Reposição do imposto das mais-valias diferidas pela Portugal Telecom (c)	(12 610 960)
Prejuízos fiscais não considerados para efeitos de cálculo de impostos diferidos	9 546 327
Outros	1 085 199
	170 072 743
Taxa efectiva de imposto	31,4%
O imposto sobre o rendimento do exercício tem a seguinte composição	
Imposto corrente (Nota 50.a))	156 394 896
Imposto diferido	13 677 847
	170 072 743

(a) Este valor respeita essencialmente a:

valores expressos em euros	
Amortização de goodwill (Nota 44)	46 770 698
Amortização do valor atribuído às licenças de Banda A ⁽ⁱ⁾	17 332 716
Excesso de estimativa de impostos sobre o rendimento (Nota 45)	(727 982)
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 44)	(4 868 677)
Outros	4 203 885
	62 710 640
	27,5%
Impacto fiscal	17 245 426

(i) O valor atribuído às licenças de Banda A das empresas subsidiárias da Brasilcel faz parte do goodwill gerado na aquisição dessas empresas, pelo que a sua amortização não é dedutível para efeitos fiscais.

(b) Este valor engloba o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto e derrama diferenciadas.

(c) Este montante refere-se à tributação voluntária de mais-valias geradas em anos anteriores e que se encontravam sujeitas ao regime de reinvestimento.

58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23 j), a PT Comunicações, a PT SI e a Lusomundo (através da Global Notícias) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais reportado a 31 de Dezembro de 2003 e realizado com base nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com pensões	6,0%
Taxa anual de actualização das responsabilidades com salários de pré-reformados	4,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões ^(*)	2,0%
Taxa de inflação	2,0%
Método actuarial	Projected Unit Credit

(*) Excepto para o Diário de Notícias e para o Fundo Melhoria da Marconi, onde não se considera crescimento de pensões.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade		
Activos e pré-reformados		
Homens	AM (92)	
Mulheres	AF (92)	
Pensionistas		
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos	
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos	
Tábua de invalidez		
Swiss Reinsurance Company		
Rotação de empregados		
Nula		

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos em 31 de Dezembro de 2003, eram como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades projectadas	
Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos	1 846 468 000
Salários e prémios a pré-reformados e suspensos	841 232 000
Activos	670 020 000
	3 357 720 000
Valor de mercado dos fundos	(1 828 066 000)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 529 654 000

Em 31 de Dezembro de 2003, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

	valores expressos em euros
Acções	615 829 914
Obrigações	649 868 442
Fundos de investimento imobiliário	75 160 719
Imobiliário	259 371 373
Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo	227 835 552
	1 828 066 000

Em 31 de Dezembro de 2003, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com pensões não financiadas e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, era como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 529 654 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(769 090 982)
Responsabilidades na data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(26 519 596)
Responsabilidades com serviços passados	1 466 730
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	735 510 152

(i) Os "Ganhos e perdas actuariais e de experiência" decorrem, essencialmente, do facto da taxa de rentabilidade dos fundos ter sido inferior à estimada, bem como do crescimento superior ao previsto da massa salarial e das pensões. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos).

(ii) As "Responsabilidades na data da transição" decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com pensões em 1 de Janeiro de 1993. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 as responsabilidades líquidas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Provisões (Nota 46)	664 374 229	730 837 776
Outros credores (Nota 51)	–	4 672 376
	664 374 229	735 510 152

Os custos estimados com pensões de reforma, pré-reformas, reformas antecipadas e suspensão de contratos, constantes dos relatórios do actuário independente, registados em 30 de Junho de 2004 e 2003, são como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com pensões de reforma		
Custo com os serviços do semestre	9 619 730	10 063 677
Custo financeiro do semestre	86 828 500	91 526 327
Rendimento estimado dos fundos	(55 600 000)	(50 585 000)
Amortizações das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	29 797 500	31 287 745
	70 645 730	82 292 749
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	2 534 686	247 460 054
	73 180 416	329 752 803

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos primeiros semestres de 2004 e 2003, como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Custos com o pessoal	70 645 730	82 292 749
Custos extraordinários	2 534 686	247 460 054
	73 180 416	329 752 803

As contribuições para os fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados nos primeiros semestres de 2004 e 2003, foram como segue:

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Contribuições para os fundos de pensões		
Contribuições do Grupo	92 835 000	122 316 000
Contribuições dos empregados	4 641 000	5 421 000
	97 476 000	127 737 000
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação (Nota 46)	61 688 665	62 566 971

As contribuições da PT Comunicações para os fundos de pensões no primeiro semestre de 2004, incluem contribuições no montante de 65 566 577 euros (Nota 46), as quais foram registadas por utilização de provisões constituídas em exercícios anteriores.

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato são registadas como utilização directa da provisão para pensões (Nota 46).

(b) Na Brasilcel, os custos com pensões referentes às contribuições para o Fundo de Pensões Sistel ascenderam a 294 301 euros e foram registados em “Custos com o pessoal”. Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as subsidiárias da Brasilcel constituem provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus planos de pensões. Em 30 de Junho de 2004, a quota parte do Grupo correspondente a 50% do valor dessas provisões e do reforço efectuado durante o semestre ascendeu a 42 133 euros (Nota 46) e a 18 400 euros, respectivamente.

59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23 l), a PT Comunicações e a PT SI são responsáveis pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com bases em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2003 e assentou nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de crescimento dos custos com saúde	
Próximos 6 anos	3,5%
Anos seguintes	3,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa anual de inflação	2,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade	
Activos e pré-reformados	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
Tábua de invalidez	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades reportadas a 31 de Dezembro de 2003 eram de 688 763 000 euros. Nessa data, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com cuidados de saúde

e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço, é como segue:

valores expressos em euros	
Valor actual das responsabilidades projectadas	688 763 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(120 927 369)
Responsabilidades na data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(46 273 802)
Responsabilidades com serviços passados	3 540 000
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	525 101 829

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem essencialmente do crescimento superior ao previsto dos custos com saúde, bem como da taxa de inflação ter sido superior à estimada. Estes custos diferidos serão reconhecidos em resultados ao longo do período médio de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (16 anos).

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da introdução do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com benefícios de saúde em 1 de Janeiro de 1997. Este valor está a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos empregados activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Para fazer face às responsabilidades líquidas com cuidados de saúde, a Empresa tem registada uma provisão que em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 ascendia a 536 850 728 e 525 101 829 euros, respectivamente (Nota 46).

Nos primeiros semestres de 2004 e 2003, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Custo com os serviços do semestre	2 550 000	2 777 500
Custo financeiro do semestre	18 411 500	19 170 833
Amortização das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	3 650 000	5 333 667
	24 611 500	27 282 000
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	184 500	26 657 800
	24 796 000	53 939 800

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos primeiros semestres de 2004 e 2003, como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Custos com o pessoal	24 611 500	27 282 000
Custos extraordinários	184 500	26 657 800
	24 796 000	53 939 800

No primeiro semestre de 2004, as despesas correntes com reformados registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde ascenderam a 13 244 189 euros (Nota 46).

(b) Conforme Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, as empresas integradas na Brasilcel constituíram provisões para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde. Em 30 de Junho de 2004, a quota parte do Grupo correspondente a 50% do valor destas provisões ascendeu a 71 846 euros (Nota 46).

60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2004, encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de taxa de juro

Durante o primeiro semestre de 2004, e em resultado de os mesmos terem atingido a sua maturidade, verificou-se uma redução significativa no notional dos swaps de taxa de juro em euros associados à dívida. Em 30 de Junho de 2004, o notional das operações de swaps e de floors de taxa de juro em euros era, respectivamente, de 1 760 milhões de euros e de 1 000 milhões de euros, com uma maturidade média de, respectivamente, 2,4 anos e 2 meses.

Durante o primeiro semestre de 2004, as empresas integradas na Vivo contrataram swaps de taxa de juro em reais brasileiros, os quais em 30 de Junho de 2004 ascendiam a 1 601 milhões de reais, com uma maturidade média de 6 meses.

Risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 30 de Junho de 2004 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 75 milhões de swaps de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 7,3 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de cross currency swaps, a Portugal Telecom mantém contratados opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 30 de Junho de 2004, o montante

líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 4,8 anos.

Foram ainda contratados forwards de euros para dólares americanos, associados a pagamentos futuros a efectuar nesta divisa. Em 30 de Junho de 2004 o notional destes contratos era de 9 milhões de euros, com uma maturidade média de 5 meses.

As empresas integradas na Vivo dispõem de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos, euros e ienes. Neste sentido, em 30 de Junho de 2004, estas empresas possuíam: cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 907 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1 ano; cross currency swaps de euros para reais brasileiros no montante de 416 milhões de euros, com uma maturidade de 5 meses; e cross currency swaps de ienes para reais brasileiros no montante de 13 401 milhões de ienes, com uma maturidade média de 10 meses.

Em 30 de Junho de 2004, as empresas que compõem a Vivo possuíam ainda outros cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 671 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 1,3 anos, os quais estão parcialmente compensados pela venda de opções cambiais no montante de 300 milhões de dólares americanos, com uma maturidade de 3 meses, e por cross currency swaps de euros para reais brasileiros no montante de 11 milhões de euros, com uma maturidade de 2 meses.

Equity derivatives

Em 30 de Junho de 2004, a Portugal Telecom tinha vendido put options sobre 21 550 000 acções próprias. Adicionalmente, e para fazer face ao programa de share buyback, a Portugal Telecom contratou equity swaps sobre 27 505 848 acções próprias representativas de 2,19% do seu capital. Atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi registada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 6,21 e 12,12 euros por acção) e a cotação da acção da PT na data das demonstrações financeiras (Nota 46). Estes contratos têm maturidades entre 1 mês e 1,2 anos.

Em exercícios anteriores, a Portugal Telecom contratou um equity swap sobre 15 287 545 acções da PT Multimedia, representativas de 9,74% desta empresa participada e com maturidade em Maio de 2005. Atendendo à cotação das acções da PT Multimedia em 30 de Junho de 2004 e ao preço de exercício do derivado, não foi constituída qualquer provisão para perdas. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2004 foram compradas e vendidas call options sobre 6 063 842 acções da PT Multimedia. Em 30 de Junho de 2004, não se estimam quaisquer perdas decorrentes destes contratos, tendo estes derivados uma maturidade de 1,5 anos.

Fair value dos instrumentos financeiros

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, o Fair Value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico são os seguintes:

valores expressos em milhões de euros	30 Jun		31 Dez	
	2003		2002	
	Valor contabilístico	Fair value	Valor contabilístico	Fair value
Instrumentos financeiros de cobertura de risco ⁽ⁱ⁾				
Taxa de juro	(1,5)	(18,7)	(8,5)	(61,9)
Taxa de juro e taxa de câmbio	66,6	75,2	80,5	99,5
Total	65,2	56,5	72,0	37,6
Equity derivatives				
Acções próprias ⁽ⁱⁱ⁾	(11,7)	29,5	(24,4)	3,4
PT Multimedia	—	73,2	(3,9)	15,5
Total	(11,7)	102,8	(28,3)	18,9

(i) Determinados derivados incluídos nesta rubrica foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a Empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 30 de Junho de 2004, o montante dos prémios registados como proveitos diferidos ascende a 7 947 052 euros (Nota 53).

(ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os equity swaps (11,2 milhões de euros – Nota 46), acrescida dos prémios relativos às put options que se encontram por reconhecer em resultados, no montante de 0,5 milhão de euros.

61. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Em 30 de Junho de 2004, os segmentos de negócio têm a seguinte composição:

Segmentos de negócio	
Rede Fixa⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Retalho ▶ Serviços a operadores ▶ Dados e soluções empresariais ▶ Outras operações de rede fixa
Móveis • Portugal	▶ TMN
Móveis • Brasil	▶ Vivo
PT Multimedia	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Televisão por subscrição e Internet por cabo [TV Cabo Portugal e PT Conteúdos] ▶ Distribuição e exibição cinematográfica [Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas] ▶ Media [Lusomundo Serviços e Lusomundo Media] ▶ Outras operações multimédia [PT Multimedia e outras]

(1) Os serviços deste negócio são prestados essencialmente pela PT Comunicações, PT Prime e PT.COM.

As demonstrações de resultados dos principais segmentos de negócio do Grupo apresentam a seguinte composição nos primeiros semestres de 2004 e 2003:

a) Negócios da Rede Fixa

	valores expressos em euros	
	2004	2003
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	1 037 153 997	1 055 183 073
Prestações de serviços – intragrupo	69 930 712	76 169 481
Vendas – clientes externos (Nota 36)	16 072 993	16 457 010
Vendas – intragrupo	249 761	513 914
Proveitos suplementares – clientes externos	22 127 081	12 433 045
Proveitos suplementares – intragrupo	10 575 075	9 871 244
Outros proveitos operacionais	16 704 390	14 722 526
Total de proveitos operacionais	1 172 814 009	1 185 350 293
Custo das existências vendidas e consumidas	(48 858 257)	(36 944 232)
Custos de telecomunicações	(199 204 065)	(216 688 474)
Outros subcontratos	(98 421 240)	(82 405 350)
Conservação e reparação	(39 785 596)	(36 101 870)
Publicidade e propaganda	(15 546 282)	(12 883 976)
Trabalhos especializados	(17 289 056)	(18 085 766)
Outros fornecimentos e serviços	(50 675 703)	(43 453 405)
Custos com pessoal	(241 026 014)	(274 686 091)
Amortizações	(189 222 779)	(202 475 087)
Provisões	(11 390 896)	(12 138 593)
Impostos	(3 647 171)	(3 692 532)
Outros custos e perdas operacionais	(2 998 843)	(2 023 201)
Total de custos operacionais	(918 065 902)	(941 578 577)
Resultado operacional	254 748 107	243 771 716
Custos financeiros	(25 645 800)	(25 925 111)
Proveitos financeiros	9 596 397	7 096 852
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	238 698 704	224 943 457
Resultados extraordinários	5 026 037	(222 430 573)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	243 724 741	2 512 884
Imposto sobre o rendimento	(68 309 940)	2 583 887
Interesses minoritários	–	(48 750)
Resultado líquido do semestre	175 414 801	5 048 021

Os resultados deste segmento de negócio nos semestres findos em 30 de Junho de 2004 e 2003 incorporam encargos com o programa de redução de efectivos de 3 666 646 e 277 152 644 euros, respectivamente, incluídos em resultados extraordinários.

O capex deste segmento de negócio nos primeiros semestres de 2004 e 2003 ascendeu a aproximadamente 84,2 milhões e 60 milhões de euros, respectivamente. O total do activo deste segmento de negócio em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 ascendeu a aproximadamente 3 828,7 milhões e 3 957,5 milhões de euros, respectivamente.

b) Negócios Móveis • Portugal

valores expressos em euros

	2004	2003
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	627 794 186	568 909 564
Prestações de serviços – intragrupo	74 011 615	88 451 007
Vendas – clientes externos (Nota 36)	50 759 782	52 084 006
Vendas – intragrupo	2 044 300	2 025 913
Proveitos suplementares – clientes externos	5 255 746	6 089 628
Proveitos suplementares – intragrupo	188 973	62 660
Outros proveitos operacionais	1 047 278	2 536 161
Total de proveitos operacionais	761 101 880	720 158 939
Custo das existências vendidas e consumidas	(62 776 056)	(63 635 645)
Custo de telecomunicações	(142 463 568)	(145 129 025)
Outros subcontratos	(687 228)	(1 596 356)
Conservação e reparação	(16 692 188)	(18 895 952)
Publicidade e propaganda	(15 256 286)	(14 215 767)
Trabalhos especializados	(30 643 066)	(28 364 367)
Outros fornecimentos e serviços	(64 399 684)	(72 793 897)
Custos com pessoal	(27 742 398)	(30 377 503)
Amortizações	(95 660 313)	(95 621 268)
Provisões	(31 636 208)	(15 559 749)
Impostos	(15 294 560)	(15 256 562)
Outros custos operacionais	(794 850)	(2 268 122)
Total de custos operacionais	(504 046 405)	(503 714 213)
Resultado operacional	257 055 475	216 444 726
Custos financeiros	(360 011)	(8 157 521)
Proveitos financeiros	1 511 074	3 188 146
Resultado antes de itens extraordinários e de impostos	258 206 538	211 475 351
Resultados extraordinários	4 113 122	(631 746)
Resultado antes de impostos	262 319 660	210 843 605
Imposto sobre o rendimento	(71 861 900)	(69 538 939)
Resultado líquido do semestre	190 457 760	141 304 666

O capex deste segmento de negócio nos primeiros semestres de 2004 e 2003 ascendeu a aproximadamente 38,9 milhões e 71,8 milhões de euros, respectivamente. O total do activo deste segmento de negócio em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003 ascendeu a aproximadamente 1 250,8 milhões e 1 335,6 milhões de euros, respectivamente.

C) Negócios Móveis • Brasil

valores expressos em euros

	2004	2003
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	575 713 972	490 735 473
Prestações de serviços – intragrupo	3 466	–
Vendas – clientes externos (Nota 36)	146 504 008	97 974 049
Outros proveitos suplementares	3 520 372	8 899 244
Total de proveitos operacionais	725 741 818	597 608 766
Custo das existências vendidas e consumidas	(157 922 464)	(104 091 323)
Custo de telecomunicações	(40 529 748)	(65 291 312)
Outros subcontratos	(34 005 218)	(22 334 100)
Conservação e reparação	(546 405)	(1 644 893)
Publicidade e propaganda	(29 384 263)	(21 196 329)
Trabalhos especializados	(16 617 021)	(18 778 337)
Outros fornecimentos e serviços	(91 246 955)	(66 467 396)
Custos com pessoal	(42 866 985)	(33 532 988)
Amortizações	(128 090 508)	(116 549 500)
Provisões	(15 191 943)	(9 499 135)
Impostos	(34 544 309)	(22 932 253)
Outros custos operacionais	(2 332 962)	(699 708)
Total de custos operacionais	(593 278 781)	(483 017 274)
Resultado operacional	132 463 037	114 591 492
Custos financeiros	(123 225 552)	(116 248 022)
Proveitos financeiros	45 601 752	88 446 306
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	54 839 237	86 789 776
Resultados extraordinários	108 871	(5 666 934)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	54 948 108	81 122 842
Imposto sobre o rendimento	(39 732 395)	(49 044 013)
Interesses minoritários	(30 006 267)	(24 435 813)
Resultado líquido do semestre	(14 790 554)	7 643 016

O capex deste segmento de negócio nos primeiros semestres de 2004 e 2003 ascendeu a aproximadamente 69 milhões e 41,4 milhões de euros, respectivamente. O total do activo deste segmento de negócio em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003 ascendeu a aproximadamente 3 585,7 milhões e 3 742,4 milhões de euros, respectivamente.

d) PT Multimedia

valores expressos em euros

	2004	2003
Prestações de serviços – clientes externos (Nota 36)	301 120 558	262 002 539
Prestações de serviços – intragrupo	296 084	308 653
Vendas – clientes externos (Nota 36)	58 673 488	63 768 935
Vendas – intragrupo	5 214	6 149
Proveitos suplementares – clientes externos	4 388 929	3 786 714
Proveitos suplementares – intragrupo	7 231	–
Outros proveitos operacionais	848 837	736 070
Total de proveitos operacionais	365 340 341	330 609 060
Custo das existências vendidas e consumidas	(27 039 637)	(32 710 665)
Custos de telecomunicações	(9 998 902)	(9 098 041)
Outros subcontratos	(116 816 504)	(113 550 011)
Conservação e reparação	(2 672 312)	(1 866 649)
Publicidade e propaganda	(20 985 696)	(14 321 982)
Trabalhos especializados	(18 609 591)	(17 110 172)
Outros fornecimentos e serviços	(27 048 600)	(31 917 558)
Custos com pessoal	(43 721 915)	(42 946 283)
Amortizações	(34 936 111)	(33 678 428)
Provisões	(9 497 142)	(9 856 873)
Impostos	(1 296 236)	(1 319 090)
Outros custos e perdas operacionais	(788 299)	(2 566 710)
Total de custos operacionais	(313 410 945)	(310 942 462)
Resultado operacional	51 929 396	19 666 598
Custos financeiros	(13 391 190)	(31 827 142)
Proveitos financeiros	2 177 249	19 240 932
Resultado antes de itens extraordinários, impostos e interesses minoritários	40 715 455	7 080 388
Resultados extraordinários	9 056 873	(55 376 551)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	49 772 328	(48 296 163)
Imposto sobre o rendimento	(17 886 346)	52 853 026
Interesses minoritários	(1 115 863)	(1 220 693)
Resultado líquido do semestre	30 770 119	3 336 170

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos primeiros semestres de 2004 e 2003 ascende a 13 059 823 euros e a 1 415 978 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração de resultados deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas pela PT Multimedia.

O resultado líquido do primeiro semestre de 2003 deste segmento de negócio foi negativamente afectado pelo registo de custos extraordinários relativos à reestruturação das suas

actividades, que originaram o registo de provisões para fazer face à perspectivada descontinuação da comercialização de certos serviços e da digitalização da rede. Este efeito foi atenuado pelo consequente impacto fiscal, bem como pelo reconhecimento inicial de impostos diferidos activos referentes a prejuízos fiscais reportáveis.

O capex deste segmento de negócio nos primeiros semestres de 2004 e 2003 ascendeu a aproximadamente 26,4 milhões e 25,6 milhões de euros, respectivamente. O total do activo deste segmento de negócio em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2003 ascendeu a aproximadamente 893,8 milhões e 900,7 milhões de euros, respectivamente.

e) Reconciliação dos segmentos reportáveis

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a reconciliação do total dos proveitos operacionais por segmento com o total dos proveitos operacionais consolidados era como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Proveitos operacionais		
Relativos aos segmentos reportados	3 024 998 048	2 833 727 058
Relativos a outros segmentos	220 312 619	201 114 634
Eliminação das operações intra-grupo	(247 022 197)	(253 686 743)
	<u>2 998 288 470</u>	<u>2 781 154 949</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 2003, a reconciliação do resultado líquido do semestre por segmento com o resultado consolidado líquido do semestre era como segue:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Resultado líquido relativo aos segmentos reportados	381 852 126	157 331 874
Resultado líquido relativo aos outros segmentos	14 995 461	8 660 033
Outros itens não reportados nos segmentos		
Despesas suportadas com empréstimos a nível corporativo	(79 110 484)	(89 835 071)
Ganhos/(perdas) cambiais com instrumentos derivados	993 817	43 962 608
Amortização do goodwill	(18 304 949)	(17 227 741)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	6 531 469	(9 338 454)
Redução de provisões para equity swaps	9 768 906	54 649 759
Impacto fiscal dos itens não reportados nos segmentos	18 795 634	(2 896 508)
Interesses minoritários sobre os segmentos reportados	(13 001 173)	(1 812 402)
	<u>322 520 807</u>	<u>143 494 098</u>

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, a reconciliação do total do activo por segmento com o total do activo consolidado é como segue:

valores expressos em euros		
	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Activos líquidos relativos aos segmentos reportados	9 559 076 283	9 947 546 169
Activos líquidos relativos aos outros segmentos	2 429 891 991	2 694 094 182
Goodwill	511 293 079	529 986 996
Investimentos financeiros	372 840 228	386 187 913
	<u>12 873 101 581</u>	<u>13 557 815 260</u>

62. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

62.1 Processo Deco

A introdução pela Portugal Telecom, S.A. a partir de Fevereiro de 1998 dos novos preços para o serviço fixo de telefone, aprovados pela entidade reguladora de telecomunicações de Portugal (na altura, o Instituto das Comunicações de Portugal – ICP), suscitou por parte da Deco a apresentação de diversas acções judiciais, das quais a mais relevante do ponto de vista financeiro consiste na acção inibitória, apresentada em Setembro de 1999, na qual se pediu que o ICP se abstinhasse de aprovar a proposta de preços para 1999 e que a Portugal Telecom, S.A. fosse impedida de a aplicar.

Em primeira instância, o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a PT Comunicações (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de taxa de activação e a publicitar essa decisão. A PT Comunicações recorreu por diversas vezes para os Tribunais superiores, que foram mantendo a decisão do Tribunal de primeira instância, tendo em Outubro de 2003 sido notificada do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça negando provimento ao recurso apresentado.

Em Março de 2004, a PT Comunicações e a Deco assinaram um acordo que irá permitir uma solução alternativa ao reembolso dos valores cobrados a título de taxa de activação aos assinantes, sendo assegurados aos mesmos determinados benefícios a atribuir em 2004. Estes benefícios compreendem um conjunto de iniciativas a implementar pela PT Comunicações em 2004, cujo custo estimado ascende a aproximadamente 10 milhões de euros (Nota 45). Na sequência deste acordo a Deco retirou todas as acções judiciais apresentadas contra a PT Comunicações sobre o assunto em referência.

62.2 Outros processos judiciais

Em 30 de Junho de 2004 existem diversos processos judiciais em curso intentados contra o Grupo, os quais são acompanhados pelos seus serviços internos das diversas empresas do Grupo e por advogados contratados para o efeito, tendo sido registada uma provisão de 25 911 269 euros (Nota 46) para fazer face às responsabilidades estimadas com esses processos.

Em 30 de Junho de 2004 não existe nenhum processo em curso, cujo desfecho desfavorável para o Grupo possa ter um impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom.

63. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar: a) A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da DRF não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Naturezas (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as Correções Favoráveis de Exercícios Anteriores relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.

- b) Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma designação da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em “Outros ganhos não especificados” e “Outras correcções de exercícios anteriores”, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- c) Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem a estes custos, os proveitos registados na rubrica “Subsídios à exploração” e em “Outros proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- d) Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade e pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo Grupo.
- e) A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os ganhos e perdas em empresas associadas, os custos com a amortização de goodwill e os rendimentos de participações de capital.
- f) A rubrica “Ganhos/Perdas em filiais e associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

valores expressos em euros		
	2004	2003
Ganhos em filiais e associadas		
Ganhos relativos a empresas associadas (Nota 44)	21 096 994	10 325 927
Ganhos em participações de capital (Nota 44)	1 474 336	1 222 136
Ganhos decorrentes da alienação de participações de capital	1 695 844	327 313
	24 267 174	11 875 376
Perdas em filiais e associadas		
Amortização de goodwill (Nota 44.b))	(46 770 698)	(52 723 813)
Perdas relativas a empresas associadas (Nota 44)	(16 228 317)	(23 350 371)
Provisões para investimentos financeiros (Nota 44.b))	(80 000)	–
Menos-valias na alienação de outros investimentos financeiros	–	(9 517)
	(63 079 015)	(76 083 701)
	(38 811 841)	(64 208 325)

- g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui essencialmente custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e com as reformas antecipadas, bem como outros encargos com reestruturações de empresas do Grupo.
- h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o primeiro semestre de 2004, tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Estimativa de imposto sobre o rendimento na DRN	170 072 743
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 45)	(7 478 076)
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento (Nota 45)	6 750 094
	169 344 761

64. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística N.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- (a) A rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” refere-se essencialmente ao pagamento efectuado pela PT Comunicações referente às contribuições extraordinárias e adicionais para os fundos de pensões PT/CGA e TLP.
- (b) No primeiro semestre de 2004, a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Alienação / Redução de partes de capital	
Mascom Wireless	5 164 603
Eutelsat	4 736 349
Lusocine	273 629
Outros	118 632
	10 293 213
Reembolso de empréstimos concedidos	
Lusocine	880 874
	11 174 087

- (c) No primeiro semestre de 2004, os recebimentos provenientes de dividendos têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
CTM	6 835 578
Páginas Amarelas	1 802 000
BES	1 386 000
Outras	104 746
	10 128 324

(d) No primeiro semestre de 2004, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Aquisição / Constituição de partes de capital	
Sport TV	16 300 000
TCO	13 505 906
Sudeste Celular Participações	10 313 350
Media Capital (Nota 27.b))	6 960 000
Ocasão	4 756 279
Previsão	1 906 641
Outras	55 000
	53 797 176
Empréstimos concedidos	
Ocasão	763 722
Web Lab	761 257
Tradecom International	728 356
Outras	18 501
	2 271 836
	56 069 013

(e) No primeiro semestre de 2004, a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

(f) No primeiro semestre de 2004, a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Papel comercial e outros empréstimos bancários	8 018 990 094
Obrigações convertíveis (Nota 34)	450 485 000
	8 469 475 094

(g) No primeiro semestre de 2004, esta rubrica inclui essencialmente (i) o pagamento de dividendos a accionistas da Portugal Telecom no montante de 190 774 979 euros (Nota 54) e (ii) a distribuição de reservas livres a accionistas no montante de 76 724 707 euros (Nota 54), tal como deliberado em Assembleia Geral de Accionistas em 2 de Abril de 2004.

(h) No primeiro semestre de 2004, os pagamentos respeitantes à aquisição de acções próprias incluem 14 237 290 euros referente ao pagamento de aquisições de acções próprias efectuadas em Dezembro de 2003, sendo o remanescente referente ao pagamento de aquisições efectuadas durante o primeiro semestre de 2004. Adicionalmente, esta rubrica inclui os custos com as comissões bancárias suportadas com as aquisições de acções próprias antes referidas.

(i) A discriminação de caixa e seus equivalentes em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

valores expressos em euros	30 Jun	31 Dez
	2004	2003
Numerário	13 730 090	28 049 854
Depósitos bancários	484 694 304	230 853 653
Outros títulos negociáveis	735 904 594	734 526 838
Outras aplicações de tesouraria	1 063 237 129	1 537 661 222
Disponibilidades constantes do balanço	2 297 566 117	2 531 091 567
Descobertos bancários (Nota 34)	(8 036 052)	(2 545 597)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 289 530 065	2 528 545 970

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2003 difere do saldo inicial que consta da demonstração do fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2004, em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado, como segue:

	valores expressos em euros
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	2 528 545 970
Alteração no perímetro de consolidação	(12 498 735)
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2004	2 516 047 235

65. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2004, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- ▶ Em Julho de 2004, a PT Multimedia concedeu suprimen-tos à sua participada PT Conteúdos no montante de 40 milhões de euros, tendo a PT Conteúdos por sua vez concedido presta-ções acessórias de igual montante à sua participada Sport TV, empresa em que detém uma participação de 50% no respectivo capital.
- ▶ Em 1 de Setembro de 2004, a PT Multimedia aprovou a concessão à Sport TV de um aval solidário com a PPTV – Publi-cidade de Portugal e Televisão, S.A. (o outro accionista da Sport TV em conjunto com a PT Conteúdos), até ao montante de 70 milhões de euros, como forma de garantia de um finan-ciamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos jogos da Superliga de futebol, para as épocas de 2004-2005 a 2007-2008.

► Em 25 de Agosto de 2004, a Brasilcel anunciou que tenciona lançar ofertas públicas voluntárias de aquisição em dinheiro sobre as seguintes empresas em que detém uma posição de controlo: (i) Tele Sudeste Celular Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 7 332 milhões de acções ordinárias (“ON”) ao preço de 6,35 reais por mil acções e de 12 700 milhões de acções preferenciais (“PN”) ao preço de 7,80 reais por mil acções; (ii) Tele Leste Celular Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 16 723 milhões de acções ON ao preço de 0,90 reais por mil acções e de 92 499 milhões de acções PN ao preço de 1,10 reais por mil acções; e (iii) Celular CRT Participações, até ao montante máximo de aproximadamente 61 milhões de acções ON ao preço de 575,31 reais por mil acções e de 442 milhões de acções PN ao preço de 718,69 reais por mil acções.

► Simultaneamente, a TCP tenciona lançar uma oferta pública voluntária de aquisição em dinheiro sobre um montante máximo de aproximadamente 84 253 milhões de acções PN da Tele Centro Oeste Celular Participações ao preço de 10,70 reais por mil acções.

A Portugal Telecom e a Telefónica Móviles pretendem financiar, em partes iguais, a Brasilcel para a execução destas ofertas. Por outro lado, a TCP tenciona financiar a sua oferta com dívida e, tendo em conta o resultado da oferta entre outros factores, irá avaliar a necessidade de um eventual aumento de capital, caso considere recomendável reduzir o seu nível de endividamento.

As ofertas deverão ter início na primeira semana de Setembro e decorrerão num período de pelo menos trinta dias após a publicação de toda a documentação formal. Espera-se que estas operações estejam concluídas em Outubro do corrente ano.

I. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	30Jun04	2003
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais.			
Anuncipress – Edições Periódicas e Anúncios, Sociedade Unipessoal, Lda. ^(a)	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Global Notícias (100%)	48,95%	–
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A. (Açormedia)	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros.	Lusomundo Media (90%)	44,18%	44,23%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores.	TV Cabo Portugal (83,82%)	48,24%	48,24%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira.	TV Cabo Portugal (69%)	39,71%	39,71%
Cabo Verde Telecom, S.A.	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A. ^(b)	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços de comércio electrónico.	Lusomundo Media (100%)	–	49,15%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, S.A.R.L.	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins.	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda.	Luanda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,78%
Global Notícias – Publicações, S.A.	Porto	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (99,72%)	48,95%	49,01%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual.	Lusomundo Audiovisuais (50%)	31,98%	31,98%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acréscentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acréscentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet.	PT Prime (90%)	90,00%	90,00%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas.	Lusomundo Media (51,34%)	25,20%	25,24%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (55%)	55,00%	55,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Cinemas, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Editores, Lda.	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo España, S.L. ("Lusomundo España")	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Media, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Lusomundo Serviços (74,97%) Portugal Telecom (5,94%)	49,09%	49,09%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo Cinemas (10%) PT Multimedia (90%)	57,56%	57,56%
Lusomundo Serviços, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	57,56%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom Wireless") ^(c)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PT Móveis (50,01%)	–	50,01%

percentagem de capital detido

30Jun04 2003

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Mobitel, S.A.	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações.	PT Brasil (56,96%)	56,96%	56,96%
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços.	Lusomundo Serviços (100%)	57,56%	57,56%
Ocasião – Edições Periódicas, Lda. ("Ocasião") ^(a)	Almada	Edição de publicações jornalísticas.	Global Notícias (99,98%) Lusomundo Media (0,0167%)	48,95%	–
Platoforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. ("Platoforma") ^(d)	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional.	–	–	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação.	Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda.	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V	Amsterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A.	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de TV por subscrição, multimédia e licenciamento de programação para televisão.	PT Conteúdos (100%)	57,56%	57,56%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") ^(e)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (78,12%)	78,12%	–
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A.	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ^(f)	Lisboa	Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações")	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A. (ex. TV Cabo Audiovisuais)	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
PT Corporate	Lisboa	Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, S.A. ("PT II") ^(g)	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial. Elaboração de projectos e estudos económicos internacionais e gestão de participações.	Portugal Telecom (100%)	100%	–
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A.	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%
PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis.	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Portugal Telecom (57,56%)	57,56%	57,56%
PT Multimedia.com Brasil, Ltda. ("PTM:COM Brasil")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos.	Portugal Telecom (100%)	100%	100%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. ("Tradecom")	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação.	Tradecom SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT SI")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures")	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT.COM – Comunicações Interactivas, S.A. ^(h)	Lisboa	Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. ("Rádio Notícias")	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Lusomundo Media (67,71%) Global Notícias (15%)	40,58%	40,63%
Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, Lda.	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. ("Saber e Lazer")	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ^(f)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	–
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia.	PT.COM (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, S.A. ^(f)	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	39,16%	–
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais.	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Rádio Notícias (100%)	40,58%	40,63%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT") ^(f)	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) Harrii (17,90%) PT Ásia (0,98%)	78,15%	–
TV Cabo Portugal, S.A.	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, e exploração de serviços de telecomunicações.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda.	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos.	Lusomundo Cinemas (100%)	57,56%	57,56%

(a) Empresa adquirida em 13 de Maio de 2004.

(b) Em 30 de Junho de 2004, esta empresa não foi consolidada pelo método integral dado que a mesma se encontra em fase de liquidação e sem actividade.

(c) Esta empresa encontra-se em processo de alienação pelo que deixou de ser consolidada pelo método integral e passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

(d) Em 4 de Maio de 2004, a PT Contact alienou a totalidade da sua participação na Platoforma.

(e) Durante o primeiro semestre de 2004, a Portugal Telecom reforçou a sua participação na Previsão para 78,12%, pelo que esta empresa passou a ser consolidada pelo método integral em 30 de Junho de 2004.

(f) Estas empresas foram consolidadas pelo método integral pela primeira vez por se considerar que as mesmas são materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

(g) Empresa constituída em 31 de Março de 2004, na sequência da reorganização dos negócios internacionais.

(h) Em 7 de Maio de 2004, foi alterada a denominação de "PT Multimedia.com, SGPS, S.A." para a actual.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91 (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, a qual foi consolidada com base na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parassociais ou em outros contratos).

II. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	percentagem de capital detido	
				30Jun04	2003
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (81,77%)	–	47,00%
Academia Global, Ltda. ^(a)	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional.	PTM.com Brasil (100%)	–	100,00%
Canal 20 TV, S.A. ^(b)	Madrid	Distribuição de produtos televisivos.	PT Multimedia (50%)	28,78%	28,78%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. ^(a)	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (100%)	–	57,56%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda. ^(a)	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (100%)	–	57,48%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A. ^(c)	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços de comércio electrónico.	Lusomundo Media (100%)	49,09%	
Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ^(b)	Praia	Gestão de call e de contact center.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
DirectMedia Ásia, Lda. ^(b)	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico.	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited ^(c)	Uganda	Publicação de listas telefónicas.	Directel (90%)	90,00%	90,00%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ^(b)	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços.	PT.COM (100%)	100%	100%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ^(b)	Lisboa	Exibição cinematográfica.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	57,48%
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(d)	Moura	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (99,46%)	57,25%	57,25%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("ERA") ^(b)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (87,90%) PT Multimedia (4,03%)	52,85%	52,85%
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. ^(b)	Santarém	Exploração de espectáculos públicos.	PT Multimedia (60%)	–	34,53%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A. ^(b)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho.	PT.COM (99,99%)	99,99%	74,88%
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. ^(b)	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas.	Lusomundo Media (100%)	49,09%	49,15%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, S.A.R.L. ^(e)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações.	PT Comunicações (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros, Lda. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e realização de estudos económico-financeiros.	Lusomundo SII (100%)	57,48%	57,48%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda. ^(b)	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares.	PT Multimedia (60%)	34,53%	34,53%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital") ^(b)	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ^(a)	V.R.S. António	Exibição cinematográfica.	PT Multimedia (82,75%)	–	57,56%
Lusomundo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII") ^(b)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	PT Multimedia (99,87%)	57,48%	57,48%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A. ^(b)	Lisboa	Exploração de activos imobiliários.	Lusomundo SII (99,80%)	57,37%	57,37%
Marconi France Telecommunications SAS ^(b)	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, S.A.R.L. ^(d)	Luxemburgo	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. ^(d)	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e voz.	PT Ventures (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, S.A.R.L. ^(b)	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ^(b)	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis.	PT.COM (74,90%)	74,90%	74,90%

Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Portugal Telecom Argentina, S.A. ^(d)	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações.	Portugal Telecom (10,01%) PT Ventures (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa") ^(b)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom North América, Inc. ^(d)	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Acessos de Internet Wi-Fi, S.A. ^(f)	Lisboa	Prestação de serviço de acesso à Internet sem fios.	Portugal Telecom (100%)	–	100%
PT Prestações Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ("PT Prestações") ^(g)	Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100%	–
PT Multimedia.com Participações, S.A. ^(b)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão.	PT Multimedia (100%)	57,56%	57,56%
Rádio Canal Aberto, Lda. ^(b)	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários.	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	35,34%	35,39%
Rádio Comercial dos Açores, Lda. ^(b)	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação.	Açormedia (100%)	44,18%	44,23%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ^(h)	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ^(f)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	Portugal Telecom (100%)	–	100%
Sociedade Teatral Bejense, S.A. ^(a)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo SII (84,8%)	–	48,74%
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. ^(b)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto.	PT.COM (99,98%)	99,98%	99,98%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. ^(b)	Porto	Organização de provas desportivas.	Global Notícias (100%)	48,95%	49,01%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ^(b)	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego.	PT.COM (63,75%)	63,75%	63,75%
Teat Flower Trading Ltd. ^(d)	Ilha British Virgin	International Business Trading Company.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(d)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, S.A. ^(f)	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (50,10%)	–	39,16%
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ^(f)	Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação.	PT Ventures (75,16%) Harri (17,90%) PT Ásia (0,98%)	–	78,15%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ^(b)	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interactivo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados.	PT.COM (99,99%)	99,99%	74,9%

(a) Empresas liquidadas no decorrer do primeiro semestre de 2004.

(b) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(c) Em 30 de Junho de 2004, estas empresas foram excluídas da consolidação por se encontrarem em fase de liquidação.

(d) Estas empresas encontram-se sem actividade.

(e) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações ocorridas na Guiné-Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(f) Em 30 de Junho de 2004, estas empresas passaram a ser consolidadas pelo método integral.

(g) Empresa constituída em 30 de Março de 2004 e ainda sem actividade.

(h) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta da prosseguida pelo Grupo (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

III. EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			30Jun04	2003	
Directamente	Efectiva	Efectiva			
24 Horas Inc.	Newark	Edição de publicações.	Global Notícias (51%)	24,96%	24,99%
Banco 1.net, S.A.	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT Brasil (20,48%)	20,48%	31,50%
BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, S.A. ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet.	PT.COM (34%)	34,00%	34,00%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L.	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas.	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Distodo – Distribuição e Logística, Lda.	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas.	Lusomundo Serviços (50%)	28,78%	28,78%
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun")	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	PT Multimedia (50%)	28,78%	28,78%
Empresa do Diário de Notícias, Lda.	Funchal	Produção e comercialização de publicações.	Lusomundo Media (40%)	19,64%	19,66%
Hungaro Digitel KFT	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze, S.A.	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para Internet.	PT.COM (33,33%)	33,33%	33,33%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação.	Sportinveste Multimédia (100%)	50,00%	50,00%
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A.	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (40%)	23,02%	23,02%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	Lisboa	Agência noticiosa.	Lusomundo Serviços (23,35%)	13,44%	13,44%
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ^(a)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis.	PT Móveis (50,01%)	50,01%	–
Médi Télécom	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular.	PT Móveis (32,18%)	32,18%	32,18%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica.	PT Prime (20%)	20,00%	20,00%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda.	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (35%)	35,00%	35,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio.	Diverfun (66,66%)	19,19%	19,19%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações.	Global Notícias (38,46%)	18,83%	18,85%
Octal TV, SA.	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga.	PT Multimedia (20%)	11,51%	11,51%
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	25,00%	25,00%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão") ^(b)	Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	Portugal Telecom (31,56%)	–	31,56%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, S.A.	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet.	PT Comunicações (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Tradecom SGPS (11,11%)	28,61%	28,61%
Sport TV Portugal, S.A.	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade.	PT Conteúdos (50%)	28,78%	19,18%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (50%)	50,00%	50,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A.	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados.	PT Prime (50%)	50,00%	50,00%
Teledata de Moçambique, Lda.	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos.	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações.	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%)	22,22%	24,44%

			percentagem de capital detido		
				30Jun04	2003
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Tradecom International N.V.	Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via Internet na América Latina.	Tradecom SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo.	PT Ventures (35%) PT Ásia (40%)	74,98%	74,98%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%
UOL, Inc.	São Paulo	Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet.	PT Brasil (28,11%) PTM.com Participações (0,30%)	28,41%	17,94%
Unitel	Luanda	Exploração do serviço móvel celular.	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. (“Vasp”)	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza.	Lusomundo Serviços (33,33%) PT Multimedia (0,01%)	19,19%	19,19%
Warner Cines de España, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos.	Lusomundo España (33,33%)	19,19%	19,19%
Web-Lab, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (36,26%)	36,26%	36,26%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda.	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo.	PT.COM (50%)	50,00%	50,00%

(a) Esta empresa encontra-se em processo de alienação pelo que deixou de ser consolidada pelo método integral e passou a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

(b) A Portugal Telecom aumentou a sua participação nesta empresa para 78,12% durante o primeiro semestre de 2004, pelo que a mesma passou a ser consolidada pelo método integral.

As empresas associadas acima referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

IV. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

			percentagem de capital detido		
				30Jun04	2003
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva	Efectiva
Centro Publicitário, Lda. ^(a)	Lisboa	Exploração de espaços publicitários.	PT Multimedia (30%)	–	17,26%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, SARL	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (15,78%)	9,08%	9,08%
Filmes Mundáfrica, SARL	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (23,91%)	13,76%	13,76%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica.	ERA (20%)	10,57%	10,57%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico.	PT Multimedia (40%)	23,02%	23,02%
NP – Notícias de Portugal, CRL	Lisboa	Prestação de serviços de informação noticiosa.	Global Notícias(13,8%) Açormédia (3,45%) TSF (3,45%) Portugal Telecom (3,33%) PT Comunicações (3,33%)	16,34%	16,35%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos.	PT Multimedia (45%)	25,90%	25,90%
Turismo da Samba (Tusal), SARL	Luanda	Sem actividade.	PT Multimedia (30%)	17,27%	17,27%

(a) Empresa liquidada durante o primeiro semestre de 2004.

V. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			30Jun04	2003	2003
Brasilcel, N.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Directamente PT Móveis (50%)	Efectiva 50,00%	Efectiva 50,00%
Celular CRT Participações, S.A. ("Celular CRT Participações")	Porto Alegre	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	TBS (28,04%) Brasilcel (24,45%)	25,72%	25,30%
Global Telecom, S.A.	Coritiba	Exploração do serviço móvel celular.	TCP (100%)	32,56%	32,56%
Iberoleste Participações, S.A. ("Iberoleste")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Intertelecom, Ltda. ("Intertelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Portelcom Fixa, S.A. ("Portelcom Fixa")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Portelcom Participações, S.A. ("Portelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (25,59%) Intertelecom (14,26%)	50,00%	50,00%
Ptelecom Brasil, S.A. ("Ptelecom")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
Sudeste Celular Participações, S.A. ("Sudeste Celular")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	44,75%
Tagilo Participações, Lda. ("Tagilo")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (100%)	50,00%	50,00%
TBS Celular Participações, S.A. ("TBS")	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações.	Brasilcel (73,27%); Portelcom Fixa (22,99%)	48,13%	48,13%
Tele Sudeste Celular Participações, S.A. ("Tele Sudeste")	Rio de Janeiro	Exploração do serviço móvel celular.	Brasilcel (51,61%) Sudeste (24,27%) Tagilo (10,80%)	43,34%	41,94%
Tele Leste Celular Participações, S.A. ("Tele Leste")	Bahia	Exploração do serviço móvel.	Iberoleste (22,08%) Brasilcel (3,37%) Tagilo (2,41%)	13,93%	13,85%
Telesp Celular Participações, S.A. ("TCP")	São Paulo	Gestão de participações sociais.	Brasilcel (57,26%) Portelcom (7,86%)	32,56%	32,56%
Telesp Celular, S.A. ("Telesp Celular")	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular.	TCP (100%)	32,56%	32,56%
Tele Centro Oeste Celular Participações, S.A. ("TCO")	Brasília	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	TCP (29,30%)	9,54%	9,40%

VI. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 30 de Junho de 2004 e 31 de Dezembro de 2003, para além das participações referidas nas notas anteriores, o Grupo detinha directa e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			30Jun04	2003	2003
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A.	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros.	Directamente PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT SI (5%)	Efectiva 17,87%	Efectiva 17,87%
Harii – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A. ("Harii")	Timor	Gestão de participações sociais.	Portugal Telecom (11,26%)	11,26%	11,26%
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de aplicações informáticas, consultadoria e serviços de Internet, no âmbito do sector da construção.	Tradecom (13,75%)	9,08%	9,08%

Estas empresas estão registadas ao custo de aquisição deduzido de uma provisão para perdas estimadas, quando aplicável.

VII. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o primeiro semestre de 2004 verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

a) Aquisições

No decorrer do primeiro semestre de 2004, foram adquiridas em bolsa 1,6 milhões de ações da Media Capital, SGPS, S.A., pelo valor de 6 960 000 euros, representativas de 1,93% do capital daquela empresa (Nota 27.b)).

No primeiro semestre de 2004, a PT Conteúdos adquiriu, à RTP, 250 mil ações representativas de 16,67% do capital da Sport TV. Em 30 de Junho de 2004, a PT Conteúdos detém 750 mil ações daquela empresa, correspondentes a 50% do respectivo capital (Nota 10).

No decurso do primeiro semestre de 2004, a Portugal Telecom reforçou a sua participação na Previsão para 78,12% através da aquisição de ações a diversas entidades. O custo total desta operação, que se traduziu na aquisição de 325 920 ações, ascendeu a 2 147 561 euros.

Em Maio de 2004, a Brasilcel adquiriu 10,5% do capital da Sudeste Celular pelo montante de 20 654 210 euros, pelo que passou a deter 100% desta empresa.

Em 13 de Maio de 2004, a Global Notícias adquiriu duas quotas da empresa Ocasão, cujo custo ascendeu a 4 756 279 euros, tendo gerado um goodwill de 4 763 278 euros nesta aquisição (Nota 10). Em 30 de Junho de 2004 a Global Notícias detém 99,98% do capital desta empresa.

b) Constituições

Em 30 de Março de 2004 foi constituída a PT Prestações, com um capital social de 50 mil euros, integralmente subscrito pela PT Comunicações.

Em 31 de Março de 2004 foi constituída a PT Investimentos Internacionais, com um capital social de um milhão de euros, integralmente subscrito pela Portugal Telecom. Esta empresa terá como funções prestar serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial, no que se refere aos negócios internacionais do Grupo PT.

c) Liquidações

No decorrer do primeiro trimestre de 2004, realizou-se a escritura de dissolução e liquidação das empresas “Sociedade Teatral Bejense, S.A.”, “A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A.”, “Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda.”, “Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda.”, “Cine Esplanada Ideal Olharense, S.A.” e “Lusocine – Sociedade de Filmes, Lda.”.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias ("Grupo Portugal Telecom") para o primeiro semestre de 2004, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 30 de Junho de 2004 (que evidencia um total de balanço de 12 873 101 581 euros e um total de capital próprio de 2 710 562 334 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do semestre de 322 520 807 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Portugal Telecom em 30 de Junho de 2004, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. Os Balanços Consolidados em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2003 e as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 30 de Junho de 2003, apresentados para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e as nossas correspondentes Certificações Legais das Contas, datadas respectivamente de 29 de Agosto de 2003 e de 5 de Março de 2004, foram emitidas sem reservas.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes, R.O.C.

RELATÓRIOS DE AUDITORIA

DELOITTE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do semestre findo em 30 de Junho de 2004 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 30 de Junho de 2004, que evidencia um total de 12 873 101 581 euros e capitais próprios de 2 710 562 334 euros incluindo um resultado líquido de 322 520 807 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom:

- (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa;
 - (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e
 - (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as

demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 30 de Junho de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no semestre findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 3 de Setembro de 2004

Deloitte & Associados, SROC, S.A.
representada por Carlos Pereira Freire

Dados Operacionais por Negócio

> Rede Fixa

	1S04	1S03	Δ %
RETAILHO E WHOLESALE			
Acessos ⁽¹⁾ (mil)	4 278	4 189	2,1
PSTN/RDIS	3 985	4 080	(2,3)
ADSL (Wholesale)	293	109	168,1
ADSL (Retalho)	260	88	196,2
Desmontagens líquidas ⁽²⁾ (mil)	53	(7)	n.s.
PSTN/RDIS	(52)	(63)	(17,5)
ADSL (Wholesale)	105	56	85,9
ADSL (Retalho)	99	45	119,0
Tráfego total [incluindo wholesale] (milhões minutos)	8 617	9 416	(8,5)
Retalho	3 785	4 079	(7,2)
Wholesale	4 832	5 337	(9,5)
Internet	1 838	2 804	(34,5)
Tráfego total originado (milhões minutos)	6 616	7 630	(13,3)
Tráfego originado por acesso dia (minutos)	9,1	10,3	(11,7)
Tráfego nacional fixo-fixo (milhões minutos)	2 786	3 003	(7,2)
Tráfego nacional fixo-fixo por acesso dia (minutos)	3,8	4,0	(5,5)
ARPU ⁽³⁾ (euros)	34,3	33,8	1,3
Voz	31,2	31,6	(1,4)
Dados	3,1	2,2	38,4
Percentagem de chamadas completadas (%)	99,8	99,9	(0,1pp)
Avarias por 100 acessos (n.º)	4,8	4,9	(0,1pp)
Portal Sapo [Junho] (milhões)			
Page views por mês	285,7	211,5	35,1
Visitantes únicos por mês	2,7	2,4	8,5
DADOS E SOLUÇÕES EMPRESARIAIS			
Acessos para comunicação de dados (mil)	35,5	35,9	(0,9)
Frame relay	14,2	11,3	25,9
Banda larga	3,9	1,4	180,7
Capacidade vendida de Internet empresarial (Mbps)	4 330	1 620	167,3
Circuitos alugados a clientes finais			
Número de circuitos (mil)	17,9	19,6	(8,8)
Capacidade [Equivalente a 64 kbps] (mil)	178,7	120,4	48,4
Digitais (%)	95,5	92,4	3,1pp

(1) Exclui 9,5 mil acessos no âmbito do Euro 2004.

(2) Inclui ADSL.

(3) Inclui ADSL e Internet dial-up.

> TMN

	1S04	1S03	Δ %
Total de clientes TMN (mil)	4 872	4 505	8,1
Terminais WAP	1 835	985	86,3
Terminais GPRS	916	256	258,1
Novos clientes TMN (mil)	(15)	79	n.s.
Churn total (%)	24,4	24,1	0,3pp
Dados [em % das receitas] (%)	9,3	8,3	1,0pp
ARPU [Average Revenue Per User] (euros)	23,8	24,7	(3,5)
Facturado ao cliente	17,7	17,8	(0,5)
Interligação	6,1	6,9	(11,1)
MOU [Minutes Of Use] (minutos)	119,2	120,0	(0,6)
ARPM [Average Revenue Per Minute] (cêntimos euro)	20,0	20,6	(2,8)
SARC [Subscriber Acquisition and Retention Costs] (euros)	54,8	72,1	(24,0)
CCPU [Cash Cost Per User] (euros)	10,8	12,4	(12,3)
ARPU menos CCPU (euros)	13,0	12,3	5,5

> Vivo

	1S04	1S03	Δ %
Clientes (mil)	23 514	17 521	34,2
Quota de mercado onde opera (%)	54,5	58,5	(4,0pp)
Adições líquidas (mil)	2 858	712	301,7
MOU (minutos)	91,7	99,2	(7,6)
ARPU [Average Revenue Per User] (real)	34,0	39,5	(14,1)
CCPU [Cash Cost Per User] (real)	18,3	21,0	(12,9)
ARPU menos CCPU (real)	15,7	18,5	(15,5)

> PT Multimedia

	1S04	1S03	Δ %
TV POR SUBSCRIÇÃO			
Total das casas passadas (mil)	2 514	2 423	3,7
Com bidireccionalidade	2 283	2 129	7,3
Clientes do serviço básico ⁽¹⁾⁽²⁾ (mil)	1 487	1 369	8,6
Cabo	1 123	1 053	6,6
DTH	364	315	15,3
Novos clientes (mil)	45	61	(26,0)
Churn (%)	13,6	14,8	(1,2pp)
Clientes Premium ⁽²⁾ (mil)	876	758	15,5
Taxa de penetração [Cabo] (%)	44,7	43,5	1,2pp
Rácio pay to basic (%)	58,9	55,4	3,5pp
Acessos Internet [Netcabo] (mil)	269	180	49,7
ARPU total (euros)	25,0	23,4	6,8
TV por subscrição	20,6	19,8	4,0
Internet por cabo	25,8	29,9	(13,9)
MEDIA E AUDIOVISUAIS			
Bilhetes vendidos em Portugal (mil)	4 498	4 153	8,3
Total de circulação média diária ⁽³⁾ (mil)			
Jornal de Notícias	117	105	10,8
Diário de Notícias	42	51	(16,5)
24 Horas	52	51	2,5

(1) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV Cabo. Saliente-se que a TV Cabo oferece vários pacotes básicos com um número variável de canais.

(2) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (p.e. promoções do tipo try and buy).

(3) Fonte: APTC até Março de 2004 e PT Multimedia de Abril a Junho de 2004.

Conselho de Administração

Portugal Telecom

Presidente

Ernâni Rodrigues Lopes

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Miguel Horta e Costa

Administradores Executivos

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Administradores não Executivos

Joaquim Goes

Henrique Granadeiro

Carlos Oliveira Cruz

Jorge Tomé

Fernando Ulrich

Fernando Abril

António Viana-Baptista

Pedro Malan

Luís de Mello Champalimaud

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

Carlos Blanco de Moraes

João Mello Franco

Gerald McGowan

Peter Golob

Nuno Silvério Marques

Thomaz Paes de Vasconcellos

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Principais Empresas do Grupo

PT Comunicações

Presidente

Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Miguel Horta e Costa

Vice-Presidentes

Zeinal Bava

Iriarte Esteves

Administradores Executivos

José Pedro Pereira da Costa

José Graça Bau

Alfredo Baptista

Manuel Rosa da Silva

Carlos Duarte

António Gomes de Azevedo

Administradores não Executivos

Álvaro dos Santos Amaro

Rui Corte-Real de Albuquerque

João da Fonseca Calixto

Jaime Roque de Pinho D'Almeida

PT Prime, SGPS

Presidente

Miguel Horta e Costa

Administradores

Iriarte Esteves

Carlos Duarte

José Pedro Pereira da Costa

António Gomes de Azevedo

PT Prime

Presidente

Iriarte Esteves

Administradores

Carlos Duarte

António Gomes de Azevedo

TMN

Presidente

Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Iriarte Esteves

Administradores Executivos

António Soares

David Lopes

Maria da Graça Galvão

Pedro Brandão Rodrigues

Luís Ribeiro

Maria Etelvina dos Santos

Administradores não Executivos

João Goulart de Bettencourt

Manuel Frexes

Vítor Pereira Dias

PT.COM

Presidente

Manuel Rosa da Silva

Administradores

José Pedro Pereira da Costa

José Carlos Baldino

Vivo

Presidente

Félix Pablo Ivorra Cano

DIRECTORIA

Presidente

Francisco Padinha

Directores Executivos

Fernando Abella García

Luís Avelar

Guilherme Porterla Santos

Paulo César Teixeira

Carlos de La Rosa

Javier Rodrigues

Administradores não Executivos

Zeinal Bava

Álvaro Roquette

Carlos Vasconcellos Cruz

António Viana-Baptista

Ignacio Aller Mallo

Carlos David Maroto Sobrado

Harry Dirk Hilbert Moraal

Hendrik Justus Wirix

Ernesto Lopez Mozo

Robertus Hendrikus Lukas de Groot

Alexander Daniel de Vreeze

Fernando Xavier Ferreira

Eduardo Correia de Matos

Pedro Brandão Rodrigues

Paul Josef Schmitz

Benjamin de Koe

Lara Leka Runne

Marcus Antonius Joseph Pessel

Paul Johannes Antonius Wilbrink

Luís Miguel Gilperez López

J. C. W. Van Burg

C. J. P. Klufft

Shakhaf Wine

PT Investimentos Internacionais

Presidente

Miguel Horta e Costa

Vice-Presidente

Carlos Vasconcellos Cruz

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Carlos Vasconcellos Cruz

Administradores Executivos

Diogo Horta e Costa

Álvaro Roquette

Administradores não Executivos

Zeinal Bava

Luís Sousa de Macedo

Jaime Matos da Gama

Rui Machete

Luís Todo Bom

PT Multimedia

Presidente

Miguel Horta e Costa

Vice-Presidente

Zeinal Bava

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Zeinal Bava

Administradores Executivos

Luís Pacheco de Melo

Pedro Leitão

Duarte Calheiros

José Biosa e Gala

Administradores não Executivos

José Egreja

Manuel Espírito Santo Silva

Fernando Ulrich

José Pedro Alenquer

Joaquim Goes

Joaquim Ferreira de Oliveira

Henrique Granadeiro

Luís Bordallo da Silva

Carlos Barbosa

TV Cabo Portugal

Presidente

Zeinal Bava

Administradores

Luís Pacheco de Melo

José Pedro Salas Pires

António Caria

Pedro Leitão

José Egreja

Duarte Calheiros

PT Sistemas de Informação

Presidente

Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Paulo Fernandes

Administradores Executivos

Eduardo Branco

Nuno Pedro

Administradores não Executivos

Zeinal Bava

Iriarte Esteves

Carlos Vasconcellos Cruz

Maria José Alves

Sérgio Carvalho

PT PRO

Presidente

Zeinal Bava

Vice-Presidente

Miguel Moreira

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Miguel Moreira

Administradores Executivos

Francisco Nunes

Nuno Cetra

Administradores não Executivos

José Pedro Pereira da Costa

Maria da Graça Galvão

Luís Pacheco de Melo

Manuel Rosa da Silva

Carlos Pina Teixeira

PT Compras

Presidente

Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Paulo Fernandes

Administradores Executivos

João Norton dos Reis

Luís Ribeiro

Carlos Sousa

Francisco Horta Machado

Administradores não Executivos

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Francisco Nunes

PT Inovação

Presidente

Norberto Fernandes

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Paulo Nordeste

Administradores Executivos

José Nina de Andrade

Artur Campos Calado

Administrador não Executivo

Lusitana Gerales da Fonseca

PT Contact

Presidente

José Graça Bau

Administradores

Armindo Ribeiro

Victor Pereira Gonçalves

José Pedro Pereira da Costa

Manuel Rosa da Silva

INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTCO.IN) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 30 de Junho de 2004, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1 254 285 000 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 254 284 500 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 66 898 244.

Informação bolsista

	1S04	1S03
Em 30 de Junho		
Capital social (mil euros)	1 254 285	1 254 285
Número de acções	1 254 285 000	1 254 285 000
Cotação (euros)	8,87	6,24
Capitalização bolsista (mil euros)	11 125 508	7 826 738
Cotações/Transacções		
Cotação máxima (euros)	9,45	7,27
Cotação mínima (euros)	7,85	5,55
Transacções em volume (mil acções)	716 335	660 401
Transacções em valor (milhões euros)	6 401	4 300
Quota de mercado na Euronext Lisbon	40%	43%
Varição		
PSI-20	9,5%	0,3%
PSI Geral	13,5%	2,4%
DJ Stoxx Telecoms Europeias	(0,3%)	7,1%
Acção PT	11,2%	(4,7%)

Informações

Os accionistas, investidores, analistas e demais interessados devem enviar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.) para o seguinte contacto ou endereço:

Portugal Telecom

Nuno Prego, Director de Relação com Investidores
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa
Tel.: + (351) 21 500 1701
Fax: + (351) 21 500 0800
e-mail: nuno.prego@telecom.pt

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque:

The Bank of New York

ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel./Fax: 1 212 815 4693/1 212 815 3050

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço:

www.telecom.pt

Calendário Financeiro 2004

- 4 MAR** Divulgação dos Resultados do exercício de 2003
- 2 ABR** Assembleia Geral Anual de Accionistas
- 29 ABR** Divulgação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2004
- 30 JUN** Filing do Form 20F com a SEC e NYSE
- 7 SET** Divulgação dos Resultados do Primeiro Semestre de 2004
- NOV** Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2004

Edição
Direcção de Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Design: José Brandão | Paulo Falardo [Atelier B2]
Pré-impressão e impressão: Texttype
Data de publicação: Setembro de 2004
Depósito legal: 216 960/04

